

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

A INFLUÊNCIA DA CULTURA E DO  
JULGAMENTO PROFISSIONAL SOBRE A  
CONTABILIDADE:  
UMA ANÁLISE SOB O PONTO DE VISTA DOS  
PREPARADORES DA INFORMAÇÃO EM  
PORTUGAL

---

Manuela Maria Marcelino

Lisboa, dezembro de 2013



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E  
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

A INFLUÊNCIA DA CULTURA E DO  
JULGAMENTO PROFISSIONAL SOBRE A  
CONTABILIDADE:  
UMA ANÁLISE SOB O PONTO DE VISTA DOS  
PREPARADORES DA INFORMAÇÃO EM  
PORTUGAL

Manuela Maria Marcelino

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Auditoria realizada sob a orientação científica do Professor Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque, Assistente Convidado na área de Contabilidade e Auditoria.

Constituição do Júri:

Presidente: Especialista (Mestre) Gabriel Correial Alves

Vogal: Doutora Maria do Rosário Justino

Vogal: Doutor Fábio Henrique de Albuquerque (Orientador)

Lisboa, dezembro de 2013

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

## AGRADECIMENTOS

Este espaço tem como objetivo agradecer a quem de uma forma direta ou de outra forma contribuiu para o realizar desta dissertação. Nesse sentido, espero não me esquecer de ninguém.

Ao agradecer aqui não poderei deixar de dizer umas palavras. A vida por vezes prega-nos partidas e nós pensamos “porquê?”. Mas eu penso que nós viemos ao mundo com o destino marcado e por vezes ele surpreende-nos. Por isso, nunca podemos deixar de sonhar e lutar pelo que desejamos. E por isso, aqui estou eu hoje a agradecer-vos.

O meu especial agradecimento vai para o meu orientador, o Professor Fábio de Albuquerque pela pessoa excecional que é e que faz parte integrante deste meu caminho.

À Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas pela disponibilidade prestada no que concerne à divulgação do questionário, e aos seus membros, os Técnicos Oficiais de Contas, pela sua participação, o que possibilitou a realização do estudo empírico presente nesta dissertação.

Ao Dr. Pedro Roque pela sua disponibilidade e colaboração na distribuição do referido questionário.

Aos meus colegas da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, um muito obrigada pelas palavras amigas e de incentivo ao longo destes anos. À Dr<sup>a</sup> Paula Resende, uma das melhores pessoas que já conheci na vida, quero agradecer a sua amizade e carinho. À Lavínia, quero agradecer os bons momentos que passámos juntas no laboratório. E, por fim, aos meus colegas dos Serviços Financeiros, um muito obrigada por me terem apoiado quando precisei e pelas palavras e sorrisos amigos.

À minha priminha Marta, um muito obrigada pelo seu sorriso alegre e palavras de amizade e incentivo durante este percurso.

À minha amiga Maísa, obrigada pela paciência e amizade ao longo de quase uma vida.

Não poderia deixar de mencionar alguns amigos e colegas de licenciatura e mestrado que sempre me apoiaram e incentivaram a acreditar em mim. Um muito obrigado à Clara Cunha, Glória Simões, Ana Castelo, Luís Agostinho, Rute Gomes, Ana Santos e Rita Nunes.

Por último, mas não menos importante, à minha família: aqueles que nos amam incondicionalmente, independentemente do que aconteça e que estão sempre presentes, nos bons e maus momentos.

Aos meus pais, um muito obrigada por tudo o que me deram e ensinaram, o que me permitiu definir como pessoa e chegar onde cheguei, mas acima de tudo pelo amor que sempre recebi.

Aos meus irmãos Zé, Mena, Bela e Nanda, e aos meus cunhados, Xana e Nelo, obrigada por estarem sempre presentes na minha vida, apesar dos meus momentos de ausência.

Aos meus sobrinhos Andreia, Vanessa, Jorge, Sara, Inês e João, só quero dizer-vos que vos adoro do fundo do meu coração, e que podem contar sempre comigo, independentemente do que a vida vos reservar.

E por fim, não podia deixar de mencionar duas pessoas muito importantes na minha vida, o meu irmão Henrique e o meu cunhado Quim, que embora já não estejam entre nós, de certeza que estão contentes com esta minha etapa.

**Dedico esta dissertação à minha irmã Nanda.**

**Luta pelo que queres e nunca desistas.**

**Adiante verás que vale sempre a pena.**

## RESUMO

As normas do International Accounting Standard Board (IASB) são normas do tipo *principle-based standards*, que delegam ao julgamento profissional a decisão em matérias contabilísticas a partir de conceitos especificamente delineados nas referidas normas, com implicações no relato financeiro. Por outro lado, de acordo com Gray (1988), os valores contabilísticos encontram-se relacionados com as práticas adotadas pelos preparadores da informação financeira que se materializam na forma, conteúdo e características qualitativas presentes no relato financeiro.

A presente dissertação tem como objetivo analisar a influência da cultura sobre o julgamento profissional, através da análise da existência de diferenças significativas relativamente às decisões em torno da divulgação ou reconhecimento de ativos e passivos, bem como validar (ou não) a classificação atribuída por Gray (1988) a Portugal no que respeita aos valores contabilísticos do conservadorismo e do secretismo. Para o efeito, foram analisados os conceitos previstos na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 21, intitulada Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os dados foram recolhidos a partir de um questionário conduzido aos preparadores da informação financeira (Técnicos Oficiais de Contas) em Portugal, resultando na obtenção de uma amostra de 408 profissionais.

Os resultados obtidos a partir de técnicas estatísticas bivariadas permitiram identificar diferenças significativas na perceção dos profissionais em torno da divulgação e do reconhecimento de passivos e ativos, constatando-se uma tendência mais fortalecida para a divulgação ou o reconhecimento de passivos. No que concerne aos valores do conservadorismo e do secretismo, e a partir de técnicas estatísticas multivariadas, foi possível verificar um maior grau de conservadorismo como valor contabilístico em Portugal, bem como a existência de uma associação entre os referidos valores.

Pretende-se que este estudo desperte a atenção de organismos normalizadores relativamente à importância dos aspetos relacionados com a informação divulgada no relato financeiro, particularmente quando está em causa o julgamento profissional.

**Palavras-Chave:** harmonização contabilística, valores culturais, valores contabilísticos, práticas contabilísticas, julgamento profissional.

## ABSTRACT

The standards of the International Accounting Standard Board (IASB) are based on principle-based standards, who delegate the decision to the professional judgment in accounting matters from concepts specifically delineated in these standards, with implications in the financial reporting. Moreover, according to Gray (1988), the accounting values are related to the practices adopted by preparers of financial information that materialize in the form, content and quality characteristics present in financial reporting.

The present dissertation aims to analyze the influence of culture on professional judgment, by analyzing the existence of significant differences regarding decisions around disclosure or recognition of assets and liabilities, as well as validate (or not) the rating assigned by Gray (1988) to Portugal with regard to the accounting values of conservatism and secrecy. To this end, the concepts contained in the national accounting and financial reporting standard (NCRF) 21, entitled Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets were analyzed.

The data were collected from a questionnaire conducted to the preparers of financial information (Chartered Accountants) in Portugal, resulting in a sample of 408 professionals.

The results from bivariate statistical techniques allowed identifying significant differences in the perception of professionals around the disclosure and recognition of liabilities and assets, though there is a stronger tendency for the disclosure or recognition of liabilities. Regarding the values of conservatism and secrecy, and from multivariate statistical techniques, it was possible to verify a greater degree of conservatism as accounting value in Portugal, as well as the existence of an association between those values.

It is intended that this study will arouse the attention of standard-setting bodies on the importance of aspects related to information disclosed in financial reporting, particularly when this involves professional judgment.

**Key words:** accounting harmonization, cultural values, accounting values, accounting practices, professional judgment.

# ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....	x
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	xii
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	xiii
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1 Justificação da dissertação .....	5
1.2 Objeto e objetivos da dissertação .....	6
1.3 Síntese metodológica .....	7
1.4 Estrutura da dissertação .....	7
<b>2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	9
2.1 A necessidade de harmonização contabilística .....	9
2.2 As provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	20
2.2.1 Breve caracterização da IAS 37 .....	22
2.2.2 O projeto de substituição da IAS 37 .....	26
2.3 A cultura, o julgamento profissional e a Contabilidade .....	30
2.3.1 Estudos relacionados com a influência da cultura .....	41
2.3.2 Estudos relacionados com o julgamento profissional .....	46
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	53
3.1 Hipóteses do estudo .....	53
3.2 População, amostra e período do estudo .....	54
3.3 Instrumento de recolha .....	57
3.4 Tratamento estatístico dos dados .....	60
<b>4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	63
4.1 Portugal e os valores culturais (H1) .....	63
4.2 O julgamento dos preparadores em Portugal (H2) .....	71
4.2.1 Análise adicional: Os profissionais a exercer a profissão .....	76
4.2.2 Análise adicional: Os profissionais por género .....	77
<b>5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS</b> .....	81
5.1 Conclusões .....	81
5.1.1 Portugal e os valores culturais (H1) .....	81
5.1.2 O julgamento dos preparadores em Portugal (H2) .....	82
5.2 Limitações e perspetivas futuras .....	83
<b>ANEXOS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	87

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 2.1</b> Vantagens e obstáculos da harmonização contabilística.....	14
<b>Quadro 2.2</b> Limitações da IAS 37.....	25
<b>Quadro 2.3</b> Principais razões do projeto de substituição da IAS 37. ....	26
<b>Quadro 2.4</b> Fatores para a diferenciação das práticas do relato financeiro.....	34
<b>Quadro 2.5</b> Relação entre o modelo de Hofstede (1980) e o modelo de Gray (1988).....	39
<b>Quadro 2.6</b> Os valores contabilísticos de Gray (1988) e o relato financeiro. ....	42
<b>Quadro 3.1</b> Ficha técnica do estudo. ....	55
<b>Quadro 3.2</b> Questões de enquadramento – Resultados obtidos. ....	56
<b>Quadro 4.1</b> Análise das estatísticas descritivas. QG.....	64
<b>Quadro 4.2</b> Análise de frequências relativas. QG.....	65
<b>Quadro 4.3</b> Análise de fiabilidade. QG.....	65
<b>Quadro 4.4</b> Análise das estatísticas item-total. QG.....	66
<b>Quadro 4.5</b> Análise de fiabilidade após a exclusão de itens. QG.....	66
<b>Quadro 4.6</b> Análise das estatísticas item-total após a exclusão de itens. QG.....	67
<b>Quadro 4.7</b> KMO e teste de esfericidade de Bartlett. QG.....	67
<b>Quadro 4.8</b> Análise de comunalidades. QG.....	68
<b>Quadro 4.9</b> Total da variância explicada. QG.....	68
<b>Quadro 4.10</b> Resultados da análise fatorial. QG.....	70
<b>Quadro 4.11</b> Estatísticas descritivas: “Sit. I” e “Sit. II”. QE.....	72
<b>Quadro 4.12</b> Frequências relativas: “Sit. I” e “Sit. II”. QE.....	73
<b>Quadro 4.13</b> Resultados do Wilcoxon <i>Signed Test</i> (valor médio). QE.....	74
<b>Quadro 4.14</b> Resultados do Wilcoxon <i>Signed Test</i> . QE.....	74
<b>Quadro 4.15</b> Número de observações abaixo ou acima da mediana. QE. ....	75
<b>Quadro 4.16</b> Resultados do teste do qui-quadrado. QE. ....	75
<b>Quadro 4.17</b> Resultados do Wilcoxon <i>Signed Test</i> (valor médio). PEP. QE.....	76

<b>Quadro 4.18</b> Resultados do Wilcoxon <i>Signed Test</i> . PEP. QE.....	77
<b>Quadro 4.19</b> Resultados do Wilcoxon <i>Signed Test</i> (valor médio). Género Masc. QE. ....	77
<b>Quadro 4.20</b> Resultados do Wilcoxon <i>Signed Test</i> . Género Masc. QE. ....	78
<b>Quadro 4.21</b> Resultados do Wilcoxon <i>Signed Test</i> (valor médio). Género Fem. QE.....	78
<b>Quadro 4.22</b> Resultados do Wilcoxon <i>Signed Test</i> . Género Fem. QE.....	79
<b>Quadro 4.23</b> Estatísticas descritivas: “Sit. I” e “Sit. II”. Por Género. QE. ....	79
<b>Quadro 4.24</b> Resultados do Mann-Whitney <i>Test</i> (valor médio). Por Género. QE.....	80
<b>Quadro 4.25</b> Resultados do Mann-Whitney <i>U. Test</i> . Por Género. QE.....	80

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.1</b> Abrangência das normas e interpretações do IASB em Portugal. ....	3
<b>Figura 2.1</b> Participantes e pressões para a harmonização internacional.....	10
<b>Figura 2.2</b> Processo de tradução das IFRS. ....	17
<b>Figura 2.3</b> Árvore de decisão (NCRF 21). ....	24
<b>Figura 2.4</b> A Contabilidade influenciada pelo meio envolvente. ....	32
<b>Figura 2.5</b> Classificação dos sistemas contabilísticos. ....	35
<b>Figura 2.6</b> Do modelo de Hofstede (1980) ao modelo de Gray (1988).....	37
<b>Figura 2.7</b> A relação entre as dimensões de Gray e as práticas contabilísticas.....	39
<b>Figura 2.8</b> A cultura dos países e a autoridade dos sistemas contabilísticos.....	40
<b>Figura 2.9</b> A cultura dos países e a mensuração e a divulgação.....	41
<b>Figura 3.1</b> Escala utilizada nas QG. ....	58
<b>Figura 3.2</b> Escala utilizada na primeira QE (passivo). ....	59
<b>Figura 3.3</b> Escala utilizada na segunda QE (ativo).....	59
<b>Figura 3.4</b> QE - Situação I. ....	60
<b>Figura 3.5</b> QE - Situação II. ....	60
<b>Figura 4.1</b> Gráfico <i>Scree Plot</i> . QG. ....	69

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AICPA</b>	American Institute of Certified Public Accountants
<b>AISG</b>	Accounting International Study Group
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CLC</b>	Certificação Legal das Contas
<b>CMVM</b>	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
<b>CNC</b>	Comissão de Normalização Contabilística
<b>DC</b>	Diretrizes Contabilísticas
<b>DF</b>	Demonstrações Financeiras
<b>EC</b>	Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras (do IASB)
<b>ED</b>	<i>Exposure Draft</i>
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FASB</b>	Financial Accounting Standards Board
<b>G20</b>	Grupo dos 20
<b>Fem.</b>	Feminino
<b>Masc.</b>	Masculino
<b>H</b>	Hipótese
<b>IAS</b>	<i>International Accounting Standard</i>
<b>IASB</b>	International Accounting Standards Board
<b>IASC</b>	International Accounting Standards Committee
<b>ICCAP</b>	International Coordination Committee for the Accounting Profession
<b>IFRIC</b>	International Financial Reporting Interpretations Committee
<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standards</i>
<b>IOSCO</b>	International Organization of Securities Commission
<b>ISCAL</b>	Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

<b>KMO</b>	<i>kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy</i>
<b>MoU</b>	<i>Memorandum of Understanding</i>
<b>NCM</b>	Normalização Contabilística para as Microentidades
<b>NCRF</b>	Norma(s) Contabilística(s) e de Relato Financeiro
<b>NIC</b>	Normas Internacionais de Contabilidade
<b>OTOC</b>	Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
<b>PEP</b>	Profissionais a exercer a profissão
<b>QE</b>	Questões específicas
<b>QG</b>	Questões gerais
<b>SEC</b>	Securities and Exchange Commission
<b>SFAS</b>	<i>Statement of Financial Accounting Standards</i>
<b>SIC</b>	<i>Standing Interpretations Committee</i>
<b>Sit.</b>	Situação
<b>SMEs</b>	Small and medium-sized entities
<b>SNC</b>	Sistema de Normalização Contabilística
<b>SPSS</b>	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
<b>TOC</b>	Técnicos Oficiais de Contas
<b>UE</b>	União Europeia
<b>USGAAP</b>	United States Generally Accepted Accounting Principles

# 1. INTRODUÇÃO

De acordo com Albuquerque e Almeida (2009), uma das principais vantagens da harmonização é a comparabilidade do relato financeiro, que tem em vista por um lado o aumento da compatibilidade das práticas contabilísticas adotadas pelos países, e por outro a diminuição das diferenças conceituais existentes entre os diversos países. Tal objetivo é igualmente referenciado pelo International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation (2013), entidade que se encontra na base do processo de harmonização, por via da adoção a um nível global – ou convergência com as normas nacionais – das normas e interpretações emanadas do International Accounting Standards Board<sup>1</sup> (IASB). Incluem-se ainda entre os objetivos do IFRS Foundation (2013) a promoção do uso e da rigorosa aplicação das normas e interpretações do IASB e o reconhecimento de uma elevada qualidade e compreensibilidade de tais normas e interpretações por parte dos países adotantes.

O IASB é definido como um organismo independente emissor de normas e interpretações contabilísticas e de relato financeiro de abrangência internacional, criado em 2001 a partir de uma reestruturação do International Accounting Standard Committee (IASC), nascido, por sua vez, em 1973.

De acordo com o IFRS Foundation (2013) já existem 122 países que obrigam ou permitem o uso das normas e interpretações do IASB ou que têm as suas normas e interpretações nacionais em processo de convergência com as referidas normas e interpretações, sendo de salientar a inclusão de todos os países do Grupo dos 20<sup>2</sup> (G20) nesse contexto.

Alguns dos resultados alcançados pelo IFRS Foundation (2013), no contexto dos objetivos definidos pelo referido organismo, e tendo em conta a análise efetuada a um conjunto composto por 122 países, encontram-se adiante apresentados:

---

<sup>1</sup> As normas e interpretações emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board), organismo internacional emissor de normas contabilísticas e de relato financeiro, e endossadas pela União Europeia, são, nomeadamente, as IAS (*International Accounting Standards*), IFRS (*International Financial Reporting Standards*), SIC (*Standing Interpretations Committee*) e IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*).

<sup>2</sup> O G20 foi criado em 1999 com o intuito de fortalecer a economia mundial, e é constituído pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias mundiais, mais a União Europeia, nomeadamente, África do Sul, Argentina, Brasil, México, Canadá, Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Arábia Saudita, Turquia, União Europeia, França, Alemanha, Itália, Rússia, Reino Unido e Austrália.

- Quase todos os 122 países analisados têm um compromisso público relativamente à adoção das IFRS<sup>3</sup>;
- O uso de IFRS já é exigido para todas ou para a maioria das entidades nacionais cotadas em 101 (83%) dos 122 países analisados;
- A maioria dos países que ainda não utilizam as IFRS para a totalidade ou para a maioria das entidades nacionais cotadas, já permite o uso de IFRS para, pelo menos, algumas das entidades cotadas;
- Cerca de 60% dos 101 países que adotaram o uso de IFRS para entidades abertas têm ampliado essa exigência para as instituições financeiras não cotadas e/ou entidades de grande dimensão não cotadas;
- Cerca de 90% dos 101 países que adotaram o uso de IFRS para entidades abertas também exigem ou permitem o uso de IFRS para as entidades não cotadas;
- 57 dos 122 países analisados exigem ou permitem o uso de IFRS for SMEs, sendo que mais 16 países estão a considerar a sua adoção.

Assim, e de acordo com os resultados identificados acima, verifica-se uma tendência mundial no sentido da condução de políticas que visem o fortalecimento do processo de harmonização contabilística internacional, no sentido de promover o aumento da comparabilidade do relato financeiro publicado pelas entidades dos diversos países.

No contexto da harmonização contabilística internacional, o Regulamento n.º 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, veio obrigar as entidades portuguesas com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado a partir de 1 de janeiro de 2005, a utilizarem as normas internacionais de contabilidade (NIC) endossadas pela União Europeia (UE) na preparação e elaboração das suas Demonstrações Financeiras (DF) consolidadas.

No plano nacional, a introdução do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e da Normalização Contabilística para as Microentidades (NCM), adotadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e da Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro, respetivamente, e em ambos os casos em linha com o normativo internacional anteriormente referido, veio incluir Portugal de vez no âmbito da harmonização contabilística internacional, embora as práticas contabilísticas internacionais já se

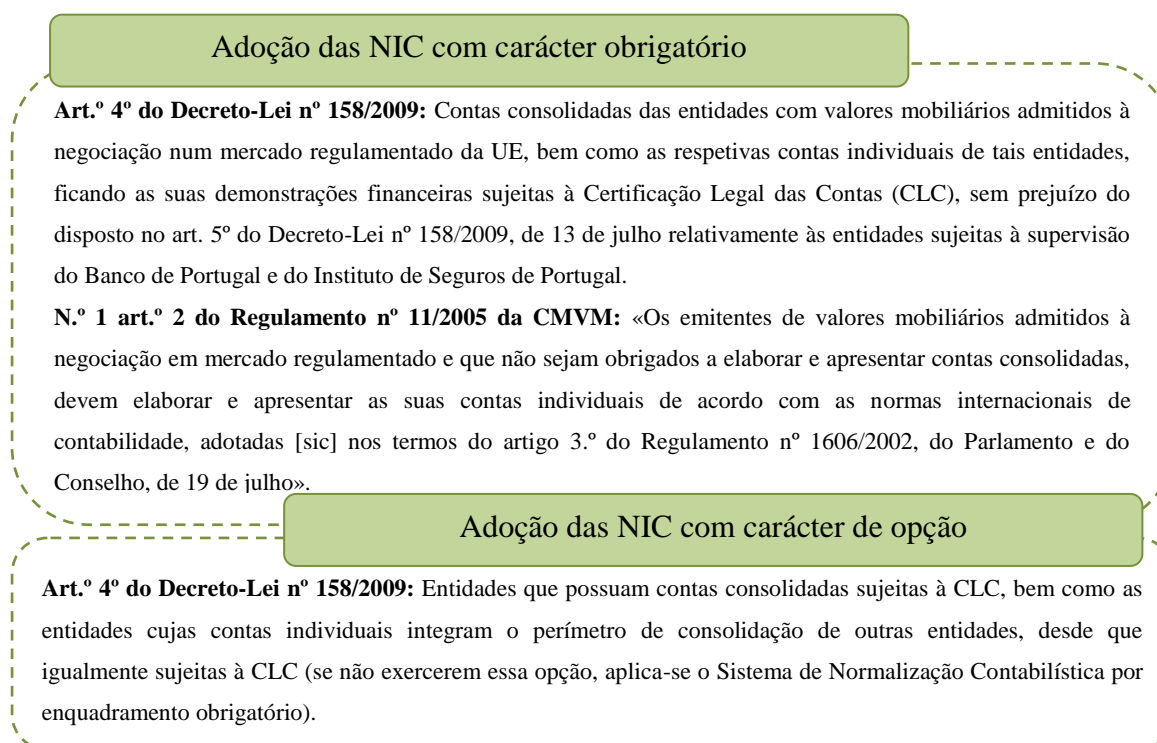
---

<sup>3</sup> A terminologia IFRS pode ser interpretada, nesse contexto, com o mesmo significado de normas e interpretações emitidas pelo IASB, tal como anteriormente apresentado.

encontrassem inseridas no anterior normativo nacional, em especial por via das Diretrizes Contabilísticas (DC).

O normativo SNC é aplicável a dois grupos de entidades tendo por base a dimensão empresarial, conforme art.º 9º, do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, isto é, consoante enquadrem-se, ou não, no conceito de pequenas entidades (embora com carácter de opção). Nesse sentido, não podem ultrapassar dois dos três limites existentes no nº 1 do referido diploma, alterados pela Lei nº 20/2010, de 24 de agosto, nomeadamente, um total de balanço de € 1.500.000, um total de vendas líquidas e outros rendimentos de € 3.000.000; e, o número médio de trabalhadores empregados durante o exercício de 50. Também o normativo NCM aplicável às microentidades é baseado em critérios de dimensão empresarial, tendo a opção de adoção do normativo SNC. Note-se que estes normativos têm em conta as entidades a que se destinam, tendo por base a estrutura conceptual do SNC. Nesse sentido, verifica-se a compatibilidade e coerência entre os normativos.

Em Portugal, as entidades abrangidas pelas normas e interpretações do IASB encontram-se ilustradas na figura 1.1, que sintetiza o âmbito de abrangência das normas e interpretações do IASB no território nacional:



**Figura 1.1** Abrangência das normas e interpretações do IASB em Portugal.

Em virtude de estar em curso um processo de harmonização contabilística internacional em fase avançada, torna-se importante compreender o impacto dos fatores ambientais sobre a prática e os sistemas contabilísticos.

De acordo com Hofstede (1980), as sociedades são influenciadas pela existência de diferentes fatores ambientais e tecnológicos, que conduzem ao desenvolvimento de diferentes valores sociais, que por sua vez afetam os processos institucionais, e a necessidade de informação sobre os mesmos. Esta parece ser a base relativamente ao desenvolvimento de um sistema contabilístico por parte de cada cultura, que melhor se adequa às necessidades específicas de cada país, que são distintas de país para país e dos seus valores sociais (Albuquerque, Almeida e Texeira Quirós, 2011).

Nesse sentido, e de forma a tentar explicar as semelhanças e diferenças culturais entre os países e a existência de relações entre a cultura (de acordo com as dimensões culturais propostas) e as preferências individuais e ações do indivíduo, Hofstede (1980) identificou quatro dimensões culturais<sup>4</sup>, nomeadamente, o individualismo *versus* coletivismo, a distância do poder, a aversão ao risco e a masculinidade *versus* feminilidade.

A cultura é definida por Hofstede (1980:25) como: «*the collective programming of the mind which distinguishes the members of one human group from another*», sendo partilhada por indivíduos ou grupos humanos que habitam no mesmo ambiente social, ou seja, que partilham as mesmas normas sociais constituídas por características comuns, nomeadamente, um sistema de valores adotado pela maioria dos indivíduos, os quais são definidos como: «a broad tendency to prefer certain states of affair over other's.» (*ibid.*: 19).

Posteriormente, quatro valores contabilísticos foram identificados por Gray (1988) para definir a subcultura da contabilidade de cada país, nomeadamente, o profissionalismo, a uniformidade, o conservadorismo e o secretismo. Gray (1988) postula que os valores contabilísticos estão relacionados e derivam dos valores culturais de Hofstede (1980), influenciam a forma como os sistemas de relato financeiro dos países se desenvolvem, bem como a forma de interpretação e aplicação das normas por parte dos profissionais (preparadores da informação financeira) dos diversos países. De acordo com Gray (1988), as práticas contabilísticas são afetadas pelos valores culturais e, nesse sentido, influenciam também a forma de desenvolvimento dos sistemas contabilísticos internacionais.

---

<sup>4</sup> Em estudos posteriores, Hofstede identificou a existência de uma quinta dimensão designada por orientação a curto prazo *versus* orientação a longo prazo.

O objetivo da harmonização contabilística internacional é a comparabilidade do relato financeiro. Contudo, a influência da cultura no julgamento profissional, que implica a decisão por parte do profissional em matérias contabilísticas, pode colocar em causa o tão desejado objetivo. Dessa forma, a existência de conceitos subjetivos previstos nas NIC, nomeadamente na International Accounting Standard (IAS) 37, intitulada Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pode conduzir a diferentes interpretações por parte dos profissionais e colocar assim em causa a comparabilidade do relato financeiro. Refira-se que a referida norma foi transposta para o normativo nacional através da Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 21, substancialmente similar à norma internacional de referência.

### **1.1 Justificação da dissertação**

Um dos principais objetivos da harmonização contabilística internacional é a comparabilidade do relato financeiro. Nesse sentido, a adoção das normas e interpretações emanadas do IASB, organismo que está à frente do movimento de harmonização, pressupõe a continuação desse mesmo objetivo.

A Contabilidade reflete o ambiente em que se encontra inserida (Perera, 1989). Dessa forma, a existência de diversos fatores de ordem política, económica, legais e culturais podem tornar-se um obstáculo à efetiva comparabilidade da informação financeira entre os países, ou seja, como um entrave à prossecução da harmonização contabilística internacional. Também o IASB, através da Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras (EC), ressalta a existência de diferentes padrões internacionais motivados por diversos fatores, conforme se conclui na seguinte passagem (IASB, 2004:22):

[...] há diferenças que provavelmente têm sido causadas por uma variedade de circunstâncias sociais, económicas e legais e por diferentes países tendo em mente as necessidades dos diferentes utentes das demonstrações financeiras aquando do estabelecimento dos requisitos.

A pertinência desta investigação reflete-se, assim, na discussão em torno das diferenças que cercam o julgamento profissional dos profissionais (preparadores da informação financeira), relativamente aos conceitos subjetivos introduzidos na NCRF 21, intitulada Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, por sua vez baseada na IAS 37, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos dessa natureza a partir de

conceitos tais como “possível”, “provável” e “virtualmente certo”, matérias que podem ser distintamente interpretadas por parte dos profissionais. A escolha da referida norma representa, assim, um fator de motivação para a concretização deste estudo, particularmente no que diz respeito à ligação entre esta matéria e o seu impacto em termos de relato financeiro e da capacidade de influenciar a decisão dos utilizadores.

A referida análise permitirá ainda, tendo por base a problemática já referida anteriormente, validar, ou não, a classificação atribuída por Gray (1988) a Portugal, o que constitui outro fator de motivação para a concretização deste estudo.

## **1.2 Objeto e objetivos da dissertação**

As normas do IASB são normas do tipo *principle-based standards*, em detrimento das normas do tipo *rule-based standards*, delegando, assim, ao julgamento profissional, a decisão em matérias contabilísticas a partir de conceitos especificamente delineados nas referidas normas. De acordo com Gray (1988), os valores contabilísticos encontram-se relacionados com as práticas contabilísticas adotadas pelos preparadores da informação financeira, e materializam-se na forma, conteúdo e características qualitativas presentes no relato financeiro. Nesse sentido, diversos fatores, alguns dos quais já anteriormente referenciados podem determinar a aplicação de conceitos de uma forma diferenciada, onde se inclui a existência de valores culturais, influenciando, assim, o julgamento profissional. Esta investigação pretende identificar, assim, tendo como referência, designadamente, o estudo de Tsakumis (2007), a materialização do julgamento profissional em termos das práticas adotadas na elaboração do relato financeiro, no âmbito específico das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes, matéria tratada na NRCF 21, por sua vez baseada na IAS 37 do IASB. Adicionalmente pretende-se validar (ou não) a classificação proposta por Gray (1988) a Portugal em torno de dois dos valores contabilísticos definidos por Gray (1988), nomeadamente, o conservadorismo e o secretismo, tendo por base os conceitos relacionados com a mensuração e a divulgação da informação financeira previstos no referido normativo.

Para o efeito, serão analisadas as respostas a um questionário elaborado para o efeito por parte dos preparadores da informação financeira em Portugal, sendo assim designados os Técnicos Oficiais de Contas (TOC) regularmente inscritos na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), em virtude de serem um dos principais intervenientes no processo de elaboração do relato financeiro pelas entidades.

### **1.3 Síntese metodológica**

O instrumento de recolha de dados do presente estudo teve por base um questionário distribuído aos TOC (população do estudo), em virtude de serem estes profissionais um dos principais intervenientes no processo de elaboração do relato financeiro. O referido questionário foi difundido, desde outubro de 2012 a julho de 2013, no *website* da OTOC e distribuído presencialmente nas formações de âmbito nacional promovidas pela mesma instituição entre janeiro de 2013 e junho de 2013. A amostra final é constituída por 408 respostas válidas.

De forma a atender os objetivos propostos, e tendo em conta o enquadramento teórico abordado, foram definidas duas hipóteses: a primeira hipótese (H1) pretende verificar se Portugal continua a apresentar elevados níveis de conservadorismo e secretismo, a partir do julgamento profissional; a segunda hipótese (H2) pretende verificar se existem diferenças significativas relativamente à decisão tomada pelo preparador da informação de acordo com o seu julgamento no que diz respeito à decisão de reconhecimento ou divulgação de um passivo ou ativo.

Os valores do conservadorismo e do secretismo, variáveis latentes do estudo que estão na base da H1, serão analisados com recurso a técnicas estatísticas multivariadas, nomeadamente, técnicas de fiabilidade e análise fatorial. As diferenças eventualmente existentes relativamente à perceção dos profissionais em torno da divulgação ou reconhecimento de passivos e ativos, subjacentes ao desenvolvimento da H2 proposta, serão analisadas, por sua vez, com recurso a técnicas estatísticas bivariadas, nomeadamente, os testes não-paramétricos de Wilcoxon *Signed Ranks Test* e o teste do qui-quadrado.

O nível de significância definido para o estudo foi de 5%.

### **1.4 Estrutura da dissertação**

Além do presente capítulo (Introdução), onde se apresenta a questão da investigação e a justificação, objetivo e objeto do estudo efetuado, esta dissertação encontra-se dividida em mais quatro capítulos. Assim, no segundo capítulo (Enquadramento Teórico) será realizado um enquadramento teórico ao tema proposto, sendo apresentados e discutidos os principais aspetos relacionados com o objetivo da harmonização contabilística, os valores culturais da Contabilidade, a influência destes nas práticas contabilísticas e nos sistemas contabilísticos

internacionais, bem como os principais aspetos relacionados com a IAS 37. Neste capítulo, serão igualmente apresentados alguns estudos relativos à temática proposta, tendo em vista a melhor compreensão dos estudos que serão subsequentemente desenvolvidos. No terceiro capítulo (Metodologia) será apresentada a metodologia desenvolvida para a obtenção dos resultados identificados nesta dissertação. Nesse contexto, serão apresentados e caracterizados a população, a amostra, o período de estudo, bem como as técnicas estatísticas utilizadas, de modo a assegurar que se cumpram os objetivos anteriormente propostos. No quarto capítulo (Apresentação dos Resultados) serão apresentados e discutidos os resultados obtidos no contexto desta investigação, tendo em conta a metodologia definida na parte precedente. No último capítulo (Conclusões, Limitações e Perspetivas Futuras), por fim, serão analisadas as conclusões obtidas tendo por base os resultados identificados no ponto precedente. Nesse contexto, serão ainda referenciadas as limitações deste estudo, bem como as contribuições e sugestões para trabalhos futuros.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo (Enquadramento Teórico) tem como objetivo apresentar os temas que se relacionam com as hipóteses de investigação e está dividido em três subcapítulos. O primeiro está relacionado com os principais aspetos que cercam a harmonização contabilística, nomeadamente a necessidade, as vantagens e desvantagens relativas à adoção da harmonização contabilística e o papel dos vários organismos no processo de harmonização contabilística. No segundo, serão apresentados os principais conceitos relacionados com a International Accounting Standard (IAS) 37, nomeadamente, a caracterização e o atual processo de substituição da referida norma. O último, por fim, aborda os valores culturais da Contabilidade e a influência destes nas práticas contabilísticas e nos sistemas contabilísticos internacionais.

### 2.1 A necessidade de harmonização contabilística

De acordo com Rodrigues e Pereira (2004), a internacionalização<sup>5</sup> e a globalização<sup>6</sup> das economias verificada nas últimas décadas permitiu o alargamento do âmbito de atuação dos vários agentes económicos e, por conseguinte, da informação financeira.

Nesse contexto, a informação contabilística passou gradualmente de uma esfera nacional para atingir contornos internacionais, implicando que a sua análise e interpretação fosse efetuada sobre vários idiomas, moedas e formatos, em obediência a diferentes fatores específicos de cada país, nomeadamente o ambiente económico, social, político, cultural e histórico. Subjacente a esse processo, a diversidade contabilística apresenta-se como uma das principais barreiras à análise e interpretação das Demonstrações Financeiras (DF), com consequências para os vários agentes, nomeadamente, os utilizadores da informação, as empresas, os mercados de valores e os organismos reguladores. Surge, então, a necessidade de comparabilidade do relato financeiro a nível internacional, e consequentemente, a necessidade de harmonização das normas de contabilidade (*ibid.*).

Segundo Nobes e Parker (2004), a pressão para a harmonização internacional parte de diversos interessados, onde se incluem os reguladores, preparadores e utilizadores das DF.

---

<sup>5</sup> A internacionalização é o «Processo de tornar alguma coisa comum a várias nações» de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001:2139).

<sup>6</sup> A globalização é considerada como o «Fenómeno que consiste na integração entre os mercados, produtores e consumidores de diversos países e blocos económicos» (*ibid.*:1902).

Também Radebaugh, Gray e Black (2006) referem que a pressão para a harmonização internacional tem origem dos interesses e das preocupações de vários grupos e organizações, conforme figura 2.1, sendo reconhecido que irá haver diferenças na necessidade da informação entre os diversos grupos.



**Figura 2.1** Participantes e pressões para a harmonização internacional.

**Fonte:** Radebaugh *et al.* (2006:153).

A ausência de comparabilidade entre os relatos financeiros pode conduzir a atrasos na sua divulgação e análise, acarretando custos tais como o custo de interpretação e custos de capital: o custo de interpretação relativamente à necessidade de “traduzir” o relato financeiro para um normativo comum de modo a tornar-se comparável e o aumento do custo de capital quando a informação financeira não for compreendida. Verifica-se, assim, a necessidade de construção de uma linguagem contabilística comum, ou seja, uma linguagem compreendida e utilizada internacionalmente, traduzindo-se na adoção de um conjunto de normas contabilísticas internacionalmente aceites, que reflita a necessidade de informação harmonizada a nível internacional (Pereira, Estevam e Almeida, 2009).

Na ótica de Choi e Meek (2005), a harmonização das normas estão livres de conflitos de lógica e devem melhorar a comparabilidade da informação financeira dos vários países.

No contexto da então Comunidade Económica Europeia (CEE), que está na origem da atual União Europeia (UE), a necessidade de harmonização tornou-se patente já na Quarta Diretiva nº 78/660/CEE do Conselho, de 25 de julho de 1978, relativamente às contas anuais de certas formas de sociedades, que faz menção no 3º ponto do preâmbulo à necessidade de «estabelecer na Comunidade regras jurídicas equivalentes mínimas quanto

ao âmbito das informações financeiras a divulgar junto do público por sociedades concorrentes».

Pereira *et al.* (2009) referem que a harmonização possibilita a eliminação de métodos não recomendados, bem como a unificação de alguns desses métodos em diferentes sistemas contabilísticos, traduzindo-se num processo de reconciliação entre diferentes perspetivas contabilísticas e, por conseguinte, entre diferentes práticas contabilísticas. Para os autores, teoricamente, a uniformidade será alcançada com o processo de harmonização e que a longo prazo conduzirá à normalização. Contudo, os mesmos autores referem que (*ibid.*:13):

[U]ma harmonização completa entre os vários sistemas contabilísticos é, provavelmente impossível de atingir e até mesmo contraproducente, na medida em que pode descaracterizar por completo a imagem fidedigna que a informação deve transmitir. No entanto, [...] é fundamental continuar a convergência dos vários sistemas.

Choi e Meek (2005) referem que a normalização impõe um conjunto mais rígido e estreito de regras e não comporta diferenças nacionais e que a harmonização é muito mais flexível e comporta algumas diferenças. Logo, a normalização é mais difícil de implementar internacionalmente e por isso a harmonização tem feito um grande progresso internacionalmente nos últimos anos. Também Radebaugh *et al.* (2006) têm a mesma opinião, ao afirmar que a harmonização implica uma abordagem mais flexível que a normalização, o que sugere uma abordagem mais rigorosa que resulta num estado de uniformidade. Ambas visam o mesmo objetivo, ou seja, que o tratamento contabilístico e de relato financeiro dado a acontecimentos e transações semelhantes seja o mesmo por parte das diversas entidades sediadas em diferentes países, bem como em certificar que a transações e eventos divergentes sejam dados um tratamento contabilístico diferente, tanto ao longo do tempo como entre entidades (IASB, 2004).

Van der Tas (1988), foi o primeiro autor a examinar o problema da natureza da harmonização e a desenvolver um método para quantificar o grau da harmonização *de facto*, ou seja, da prática da informação financeira. Esta quantificação pode ser útil na determinação de áreas problemáticas onde o grau de harmonização é baixo, e do impacto das normas no relato financeiro harmonizado ou harmonização espontânea, isto é, a harmonização que não pode ser atribuída às leis, normas ou diretrizes. A norma padrão pode utilizar o método para ajustar os objetivos relativamente ao grau de harmonia necessário aquando da emissão de uma norma, diretriz ou opinião.

De acordo com o mesmo autor, a harmonização do relato financeiro será designada por harmonização material e a harmonização das normas por harmonização formal. Aquando do desenvolvimento da harmonização material sem a intervenção de qualquer organismo emissor de normas, ela terá a designação de harmonização espontânea. A harmonização do relato financeiro ou das normas ainda se pode desdobrar relativamente ao grau de divulgação e ao método contabilístico a ser aplicado, designando-se de harmonização da divulgação ou harmonização da mensuração.

Três índices foram sugeridos por Van der Tas (1988), nomeadamente, um índice H (Herfindahl), que quantifica o grau de comparabilidade da harmonia nacional, um índice I, que também quantifica o grau de comparabilidade de harmonia nacional, mas que contém um fator de correção de forma a ser possível ter em conta vários relatos, e um índice C, que quantifica o grau de comparabilidade da harmonia internacional.

Um dos estudos sobre a harmonização *de facto* foi realizado por Cañibano e Mora (2000) relativamente à Europa no período de 1991 a 1992 e 1996 a 1997, com o objetivo de verificar se apesar dos obstáculos à harmonização da regulação na UE, tem havido uma maior conformidade nos anos recentes nas práticas contabilísticas das entidades que operam a esse nível internacional, sendo aplicado um teste de significância ao índice C, como forma de mensurar o significado da alteração no seu valor. Os autores obtiveram uma elevada significância estatística na harmonização *de facto*, o que corrobora a existência de harmonização no período.

Na ótica de Nobes e Parker (2004), os investidores e analistas financeiros necessitam de compreender as DF das entidades estrangeiras, cuja participação podem estar interessados a adquirir, e acreditar que as DF de diferentes países são fiáveis e comparáveis. Os organismos internacionais relacionados com a proteção dos investidores apresentam, pois, o mesmo interesse. As entidades nacionais sofrem esta mesma pressão. Contudo, as vantagens da harmonização apresentam-se mais decisivas para as entidades multinacionais, em virtude da necessidade da preparação e consolidação de contas sob a mesma base. Por outro lado, se a contabilidade for mais comparável e fiável, o custo do capital será tendencialmente menor, tendo em conta a potencial redução do risco para os investidores. As empresas internacionais de auditoria conseguem, por sua vez, um alargamento da carteira de clientes. As autoridades fiscais beneficiam-se da harmonização dos critérios relativos à mensuração de rendimentos obtidos em diferentes países. E, por fim, os

governos dos países desenvolvidos podem achar mais fácil de entender e controlar as operações das entidades multinacionais se o relato financeiro estiver harmonizado.

A necessidade de aumentar a comparabilidade das DF é por vezes contraditória entre os autores, mas à medida que o fenómeno da globalização financeira se consolidou os argumentos contrários perderam relevância (Rodrigues e Pereira, 2004). Designadamente, Hoarau (1995) refere que a harmonização contabilística internacional é predominantemente uma harmonização que tem por base o modelo anglo-saxónico, sendo desconsiderado o ambiente económico, social e cultural dos diferentes sistemas contabilísticos, resultando numa redução das funções sociais da contabilidade.

Apesar do grande desenvolvimento da harmonização contabilística mundial nas últimas décadas e das vantagens que são habitualmente referidas, existem igualmente alguns obstáculos à plena harmonização, onde se incluem os fatores culturais, os sistemas legais e financeiros.

Para Nobes e Parker (2004), o obstáculo fundamental ao alcance da harmonização prende-se com as diferentes práticas contabilísticas existentes nos diversos países. De acordo com os mesmos autores, os obstáculos gerais dizem respeito:

- À preparação da informação financeira, traduzida na apresentação do seu relato financeiro de acordo com o seu utilizador final, nomeadamente, se é mais voltada para os acionistas ou para os credores e entidades fiscais. Para Nobes e Parker (2004), tal obstáculo é difícil de ser superado sem uma mudança de atitudes e de leis;
- A falta de organismos profissionais de contabilidade mais fortes em alguns países, leva a que alguns organismos, que pretendiam operar a nível mundial possam não ter eficácia em todos os países;
- O nacionalismo existente em alguns países, que resultam em uma maior relutância em aceitar compromissos que envolvam a mudança das práticas contabilísticas para a dos outros países;
- Outra dificuldade é o efeito das consequências económicas nas normas contabilísticas, que pode ser considerado uma força para a desarmonização, na medida em que as consequências económicas das normas variam de país para país.

Almeida, Dias, Albuquerque, Carvalho e Pinheiro (2010) referem que, como todos os processos, também o processo de harmonização apresenta algumas vantagens e

desvantagens, pelo que existe a necessidade de que os principais obstáculos à comparabilidade do relato financeiro sejam eliminados, por forma a pôr em prática um processo que vise a redução das diferenças existentes nas práticas do relato financeiro de diferentes países. As principais vantagens e obstáculos da harmonização contabilística (quadro 2.1) traduzem-se, segundo os autores, nos seguintes termos:

**Quadro 2.1** Vantagens e obstáculos da harmonização contabilística.

<b>Vantagens</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• [M]aior facilidade das transações internacionais e diminuição do custo de capital;</li><li>• Maior familiaridade com as práticas contabilísticas dos outros países;</li><li>• Melhor comunicação empresarial e diminuição da ambiguidade na interpretação da informação financeira;</li><li>• Maior facilidade na consolidação de contas das entidades multinacionais;</li><li>• Maior comparabilidade das demonstrações financeiras de entidades de diferentes países;</li><li>• Maior mobilidade dos recursos;</li><li>• Redução de custos administrativos e de sistemas; Poupança substancial dos custos dos organismos emissores de normas existentes em cada país.</li></ul>
<b>Obstáculos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• O impacte económico das práticas contabilísticas, na medida em que a harmonização contabilística tende a diminuir a importância dos interesses de grupos específicos dos países;</li><li>• A resistência dos países em abdicar do seu normativo nacional a favor de uma regulamentação internacional definida exteriormente;</li><li>• A ausência de organismos profissionais forte em diversos países, que influenciam o processo de desenvolvimento da contabilidade internacional.</li></ul>

**Fonte:** Almeida *et al.* (2010:21).

São vários os organismos internacionais ligados à contabilidade que têm mostrado interesse pela harmonização e que vão desenvolvendo iniciativas por forma a incentivar o avanço da harmonização contabilística internacional, verificando-se assim mudanças nos sistemas normativos de vários países. Tais mudanças são o resultado do trabalho de vários organismos que têm como objetivo a qualidade e a comparabilidade do relato financeiro a nível internacional.

O International Accounting Standard Board (IASB) é considerado o organismo mais importante na prossecução deste objetivo, contudo também o International Organization of

Securities Commission (IOSCO), a UE, e o Financial Accounting Standards Board (FASB) têm prosseguido neste sentido.

O IASB foi constituído em 2001, como sucessor do International Accounting Standard Committee (IASC)<sup>7</sup>, e é um dos organismos que está à frente do processo de harmonização, tendo como objetivo a comparabilidade do relato financeiro ao nível internacional, através do desenvolvimento de «um conjunto único de normas de contabilidade globais, de alta qualidade que exijam informação transparente e comparável nas demonstrações financeiras de finalidades gerais.» (IASB, 2004:xix). A criação deste organismo, segundo Rodrigues e Pereira (2004), foi proposto no Congresso Internacional de Contabilidade realizado em 1972, em Sydney, pelo Accounting International Study Group<sup>8</sup> (AISG) e International Coordination Committee for the Accounting Profession<sup>9</sup> (ICCAP).

Por forma a atingir os seus objetivos expressos, o modelo de harmonização desenvolvido pelo IASB caracteriza-se nos seguintes termos (Pereira *et al.*, 2009:66):

- [E]nvolver a profissão e não os governos;
- Estabelecer normas de aceitação voluntária e não leis;
- Utilizar uma estrutura conceptual, onde predomina a substância sobre a forma e a divulgação da informação financeira, ao invés de a ocultar;
- Ter como objetivo o de proporcionar, aos mercados financeiros, informação verdadeira e apropriada, motivado pela preocupação fundamental de auxiliar investidores e financiadores na tomada das suas decisões económicas e financeiras.

Nesse sentido, as normas emitidas pelo IASB durante os últimos anos tentam prosseguir vários objetivos, como sejam (Almeida *et al.*, 2010:22):

- [C]onstituir um conjunto de procedimentos contabilísticos e de relato financeiro baseados numa Estrutura Conceptual apoiada na teoria contabilística e em largos consensos alcançados com vista a proporcionar uma informação (relato financeiro) que seja relevante para a tomada de decisão e simultaneamente fiável;

---

<sup>7</sup> O IASC foi fundado em 1973, por dezasseis organismos contabilísticos de nove países, nomeadamente a Austrália, Canadá, França, Japão, México, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos da América e Alemanha, em resposta às necessidades de harmonização das normas contabilísticas destes países.

<sup>8</sup> O AISG foi criado em 1966 por um conjunto de contabilistas oriundos dos Estados Unidos da América, Canadá e Reino Unido.

<sup>9</sup> O ICCAP foi criado em 1972, com o objetivo de formar as bases para uma organização da profissão contabilística a nível mundial e de elaboração de normas internacionais de contabilidade.

- Evitar ou reduzir os procedimentos contabilísticos alternativos de forma a promover a comparabilidade e a transparência do relato financeiro à escala global;
- Proporcionar demonstrações financeiras apresentadas com clareza e de fácil compreensão pelos diversos utilizadores da informação financeira.

Também a Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras (EC) apoia o IASB na:

«[...] (b) promoção da harmonização de regulamentos, normas de contabilidade e procedimentos relacionados com a apresentação de demonstrações financeiras ao proporcionar uma base para reduzir o número de tratamentos contabilísticos alternativos propostos pelas IFRSs.» (IASB, 2004:XXIV)

O processo de elaboração das International Financial Reporting Standards (IFRS) é desenvolvido através de um processo de consulta internacional, envolvendo indivíduos e organizações de todo o mundo, sendo considerado um processo sistemático, aberto, participativo e transparente. Verifica-se, assim, durante as várias etapas do processo, a existência de uma interação com os investidores, reguladores, empresários e com a profissão contabilística em geral (IFRS Foundation, s.d.a).

A IFRS Foundation tem a seu cargo a tradução das IFRS. As IFRS são publicadas em inglês, tal como são aprovadas pelo IASB, e só depois começa o processo de tradução noutras línguas, identificando-se assim um desfasamento temporal entre a publicação das normas e as versões traduzidas.

A tradução tem um papel importante no alcance do desenvolvimento de um único conjunto de normas contabilísticas globais de alta qualidade, de acordo com a IFRS Foundation. Nesse sentido, e para garantia da comparabilidade e transparência das IFRS, é essencial que as traduções das IFRS sejam de elevada qualidade, ou seja, que as IFRS sejam traduzidas de uma forma precisa e completa no idioma dos países adotantes. Refira-se ainda que, no caso de Portugal, o IASB reconhece como válida e oficial a tradução efetuada pela UE.

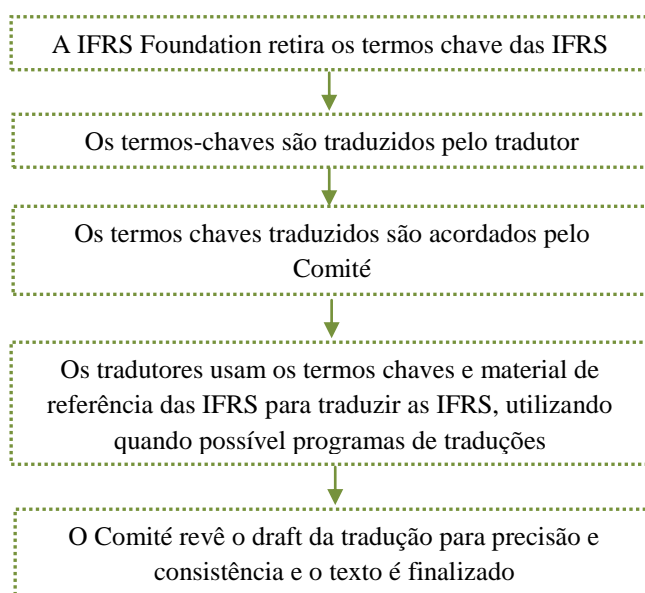
Os pilares das políticas de tradução da IFRS Foundation assentam em três pontos (IFRS Foundation, s.d.a):

- O processo oficial de tradução envolve a análise de peritos em traduções, de forma a garantir a melhor tradução técnica possível. Todas as traduções das IFRS são

analisadas por uma comissão de peritos em contabilidade, que são indivíduos de língua inglesa de comprovado conhecimento e experiência na área das IFRS.

- O controlo de todo o processo de tradução é mantido pela IFRS Foundation, de forma a garantir que as IFRS permanecem uniformes em todas as línguas e que as traduções são do mais alto padrão.
- Apenas é permitida uma tradução para cada idioma, em virtude de várias traduções das IFRS na mesma linguagem colocar em risco a comparabilidade, transparência e a sustentabilidade a longo prazo das traduções de alta qualidade.

O processo de tradução é igual para todas as línguas, conforme figura 2.2:



**Figura 2.2** Processo de tradução das IFRS.

**Fonte:** IFRS Foundation (s.d.).

A IOSCO foi criada em 1983, e é o organismo internacional, que reúne e regula as associações reguladoras dos mercados de valores mobiliário mundiais. A IOSCO tem como objetivo desenvolver, implementar e promover a adesão a normas contabilísticas reconhecidas mundialmente para a regulamentação de valores mobiliários.

Em maio de 2000, a IOSCO recomendou aos seus membros a aceitação das entidades admitidas à cotação nas bolsas de valores que utilizassem as normas internacionais de contabilidade (NIC) emitidas pelo IASC, na elaboração das suas DF (IOSCO, 2000), dando assim um passo muito importante no processo de harmonização. O IOSCO acredita

que em virtude do crescimento do fluxo de capitais transfronteiriço, as transações nos mercados financeiros, iriam ser facilitadas através do uso de normas de alta qualidade aceites mundialmente, nomeadamente as do IASC.

Também a UE prosseguiu com o mesmo objetivo, anunciando em 2000 o plano de adoção das NIC até 2005, para as entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado na UE, tendo em vista a comparabilidade da informação financeira. Contudo, foi só em 2002, através do Regulamento nº 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, que se concretizou este objetivo, sendo certo que o mesmo já se encontrava delineado aquando da emissão pela Comissão, em 1995, do comunicado “Harmonização Contabilística: Uma nova estratégia relativamente à Harmonização Internacional” (CE, 1995).

Assim, a partir de 1 de janeiro de 2005, o Regulamento nº 1606/2002/CE, veio obrigar todas as entidades da UE com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado na UE a utilizarem as normas emitidas pelo IASB e endossadas pela UE na preparação e elaboração das suas DF consolidadas.

Em Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), através do Regulamento nº 11/2005/CMVM, estabelece que, a partir de 1 de janeiro de 2007, as entidades emitentes de valores mobiliários não abrangidas pelo Regulamento nº 1606/2002/CE, devem, do mesmo modo, apresentar as suas contas individuais em conformidade com as normas e interpretações do IASB.

Assim, somando-se à obrigatoriedade de adoção das normas do IASB (endossadas pela UE) por parte das entidades cotadas na bolsa nacional, a introdução do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado ao abrigo do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e da Normalização Contabilística para as Microentidades (NCM), adotada ao abrigo da Lei nº 35/2010, de 2 de setembro, em ambos os casos em linha com o normativo internacional anteriormente referido, veio incluir Portugal de vez no âmbito da harmonização contabilística internacional.

Refira-se, contudo, que algumas práticas contabilísticas internacionais já se encontravam inseridas no anterior normativo nacional (Plano Oficial de Contabilidade), em especial por via da emissão de Diretrizes Contabilísticas (DC).

Desde setembro de 2002<sup>10</sup>, o IASB e o FASB têm trabalhado em conjunto com o objetivo de eliminar a diversidade de tratamentos contábilísticos previstos nas normas emitidas, por cada um dos organismos, acerca de uma mesma matéria. Trata-se, essencialmente, de garantir a convergência entre os dois conjuntos normativos, de maneira a criar um corpo comum de normas de alta qualidade aplicáveis a uma escala global. Refira-se que o FASB é o organismo privado que, desde 1973, emite as normas contábilísticas que regem a elaboração das DF das entidades dos Estados Unidos da América (EUA). Estas normas são oficialmente reconhecidas como autoridade pela Securities and Exchange Commission (SEC) e American Institute of Certified Public Accountants (AICPA). O FASB tem como objetivo estabelecer e melhorar as normas de contabilidade e de relato financeiro, de forma, a que a informação financeira contida nas DF seja útil para a tomada de decisão dos investidores e outros utilizadores.

Em 15 de novembro de 2007, devido aos progressos realizados pelos IASB e FASB e outros fatores, a SEC aprovou a alteração relativamente à regra no qual as DF de emissores privados estrangeiros nos EUA só poderiam ser aceites com a reconciliação para os United States Generally Accepted Accounting Principles (US GAAP). Assim, as entidades estrangeiras com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado regulamentado americano passaram a apresentar as suas DF preparadas através das IFRS emitidas pelo IASB. O objetivo do FASB, ao permitir o uso do normativo do IASB, é incentivar o desenvolvimento das IFRS como um conjunto global de normas uniforme, bem como ao entender que a consistência de aplicação das IFRS permitirá aos investidores norte-americanos que possuem títulos estrangeiros a ter uma melhor comparabilidade.

Através da reunião relativamente à sua abordagem no âmbito do processo de convergência, em 27 de fevereiro de 2006, o IASB e o FASB, chegaram a um acordo relativamente às seguintes orientações (IFRS, 2006):

- Que a convergência das normas contábilísticas pode ser melhor alcançada através do desenvolvimento de uma norma comum de alta qualidade com o tempo;
- A tentativa de eliminar diferenças entre duas normas, que necessitam de melhorias, não é o melhor uso para os recursos do IASB e FASB, em vez disso uma nova

---

<sup>10</sup> Data de celebração do *Memorandum of Understanding* (MoU), mais conhecido como o Acordo de Norwalk (IFRS, 2002).

norma comum deve ser desenvolvida que melhore a informação financeira reportada aos investidores;

- Atendendo às necessidades de investidores significa que os conselhos devem procurar a convergência através da substituição de normas com necessidade de melhorias, com novas normas desenvolvidas em conjunto.

Em 2012, o Conselho referiu que estava perto de completar o *Memorandum of Understanding* (MoU). A maioria dos projetos de curto prazo identificados para alterações, apresentavam-se concluídos ou em fase de conclusão. Relativamente aos projetos de longo prazo, muitos estavam concluídos, havendo três objetivos do projeto inicial para os quais o Conselho ainda tinha que finalizar as decisões técnicas, nomeadamente, no contexto das locações, do reconhecimento do rédito e dos instrumentos financeiros (IASB, 2012).

No próximo ponto serão apresentados alguns aspetos relativos à normalização nacional e internacional relacionada com as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, cujos conceitos serão utilizados como referência para a condução do estudo proposto na presente dissertação.

## **2.2 As provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

A IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi emitida em setembro de 1998 e entrou em vigor em 1 de janeiro de 1999, e conforme indica o seu título, diz respeito à problemática relacionada com o reconhecimento, mensuração e divulgação.

No contexto da UE, e através do Regulamento nº 1725/2003/CE da Comissão, de 21 de setembro, algumas NIC e respetivas interpretações foram adotadas, entre as quais a IAS 37, ao abrigo do Regulamento nº 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho.

Desde a introdução do Regulamento nº 1725/2003/CE até à introdução do texto base em vigor das NIC, com a entrada em vigor do Regulamento nº 1126/2008/CE da Comissão, de 3 de novembro, responsável pela revogação do texto base anterior, as únicas alterações efetuadas à IAS 37 dizem respeito a alterações terminológicas, de que é exemplo – e talvez a mais relevante – a substituição do termo “provável” pelo termo “propenso” nos § 16 e § 23.

Outras alterações identificadas dizem respeito à substituição de termos tais como “juízos” por “julgamentos”, “deslocalização” por “relocalização”, “eventos” por “acontecimentos”, entre outros, que não parece afetar o tratamento das matérias em causa.

As únicas alterações efetuadas à IAS 37, após a emissão do Regulamento nº 1725/2003/CE, estão relacionadas com os seguintes aspetos (Almeida *et al.*, 2012):

- [P]or um lado, à incorporação das novas designações propostas para as DF no âmbito da IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras, com reflexos em variadas normas. Assim, através do Regulamento nº 1274/2008/CE da Comissão, de 17 de dezembro, foram introduzidas as seguintes alterações: § 25 “elementos do balanço” é emendado para “itens na demonstração da posição financeira”; e § 75 “dos utentes tomadas” é emendado para “que os utentes tomam”.
- Por outro lado, à eliminação da referência à IFRS 3 Concentrações de Ativos Empresariais no contexto do âmbito da norma, nomeadamente, no § 5 da IAS 37. Assim, o texto base da norma transposto no Regulamento nº 1126/2008/CE, de acordo com o § 5 apresentava-se do seguinte modo: «Quando outra Norma trata de um tipo específico de provisão, passivo contingente ou ativo contingente, uma entidade aplica essa norma em vez da presente Norma. Por exemplo, a IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais trata do tratamento por parte de uma adquirente de passivos contingentes, assumidos numa concentração de atividades empresariais. De forma semelhante, certos tipos de provisões também são tratados nas Normas relativas a: a) Contratos de construção (ver a IAS 11 Contratos de Construção); ...». Com a alteração efetuada com base no Regulamento nº 495/2009/CE da Comissão, de 03 de junho, o § 5 foi emendado como se segue: «Quando outra Norma trata de um tipo específico de provisão, passivo contingente ou ativo contingente, uma entidade aplica essa norma em vez da presente norma. Por exemplo, certos tipos de provisões são tratados nas Normas relativas a: a) Contratos de construção (ver a IAS 11 Contratos de Construção);...»

O texto base da Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 21 em vigor corresponde ao texto base da norma internacional incorporada na UE através do Regulamento nº 1126/2008/CE, sendo certo que, embora haja semelhanças, a norma nacional não incorporou o texto base da norma na integralidade.

Nesse sentido, a norma internacional endossada pela UE apresenta-se mais elucidativa relativamente ao tratamento de algumas matérias, apresentando exemplos e citações de reforço não incorporadas ao normativo nacional, bem como algumas alterações terminológicas efetuadas naquele regulamento, onde se inclui a não inclusão da substituição do termo “provável” pelo termo “propenso” nas passagens anteriormente referidas. Alguns exemplos de passagens de ênfase (ou reforço) contidas na IAS 37 transposta para o Regulamento nº 1126/2008/CE, e não incorporadas no normativo nacional, obrigaram à renumeração dos parágrafos da NCRF 21 (ou não equivalência com a IAS 37 endossada pela UE), e encontram-se referenciadas nos § 7, § 11.b, § 22 e § 58.

Em virtude de se tratar de passagens acessórias, e de acordo com Almeida *et al.* (2012), essas ausências existentes não prejudicam a efetiva comparabilidade entre os critérios previstos na NCRF 21 e a IAS 37 endossada pela UE.

### **2.2.1 Breve caracterização da IAS 37**

De acordo com a IAS 37, as provisões são passivos de tempestividade ou quantia incerta (§ 10) e só devem ser reconhecidas quando cumulativamente se verificarem as seguintes condições (§ 14):

- (a) ter uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- (b) seja provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação; e,
- (c) possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Nesse caso, o que permite distinguir as provisões dos outros passivos é a sua incerteza relativamente ao prazo ou quantia incerta (§ 11).

Outra matéria que se encontra igualmente dentro do âmbito desta norma são as provisões resultantes de contratos onerosos, na medida em que tem subjacente a existência de uma obrigação presente decorrente de um contrato ou lei que obrigue a entidade a aceitar responsabilidades e também a pressupor um exfluxo de recursos necessários à sua liquidação (§ 67).

Um passivo contingente é uma possível obrigação que está dependente da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou uma obrigação presente que não é reconhecida, ou porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorporam benefícios económicos seja exigido para liquidar a

obrigação, ou porque a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade (§ 10).

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos (§ 27), mas sim, divulgados (§ 28), como exigido pelo § 86, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade (§ 10).

Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos (§ 31), mas sim, divulgados (§ 34), como exigido pelo § 89, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

A IAS 37 também se aplica a reestruturações (§ 9), sendo certo que só existe lugar ao reconhecimento de uma provisão (§ 10), se houver um programa planeado e controlado pelos órgãos de gestão que altere de forma materialmente relevante ou o âmbito do negócio da entidade ou a maneira como o mesmo é conduzido, bem como satisfaça as condições gerais de reconhecimento previstos na norma (§ 14).

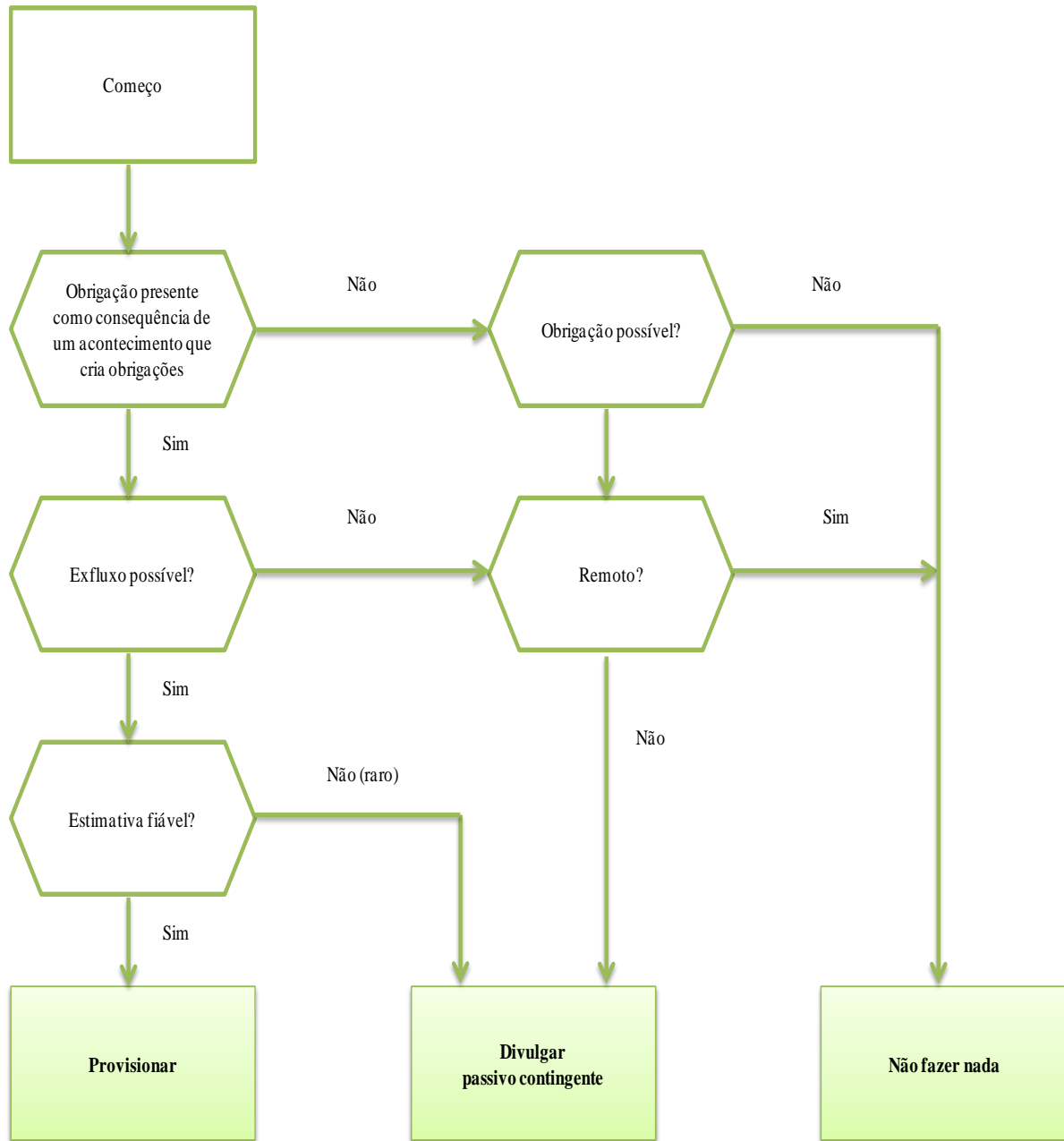
Por outro lado, o reconhecimento de provisões decorrentes de perdas operacionais futuras (§ 63) é proibido pela IAS 37, visto que não satisfazem a definição de passivo (§ 10) nem os critérios gerais de reconhecimento (§ 14). Uma expectativa de perdas operacionais futuras tem subjacente a existência de indícios de que certos ativos relacionados com a atividade operacional da empresa podem estar em imparidade (§ 65), devendo a entidade realizar testes de imparidade a esses ativos de acordo com a IAS 36 Imparidade de Ativos. Todas as provisões devem ser divulgadas no anexo, sendo agrupadas por classe (§ 84) e acompanhadas de informação suficientemente elucidativa (§ 85).

O passivo contingente deve ser divulgado exceto se a possibilidade de qualquer exfluxo na liquidação seja remoto (§ 86), ao passo que o ativo contingente deve ser divulgado quando um influxo de benefícios económicos for provável (§ 89).

Quando a provisão e o passivo contingente forem provenientes do mesmo conjunto de circunstâncias, as divulgações exigidas devem ser efetuadas de modo a indicar a ligação entre ambos (§ 88).

O fluxograma (figura 2.3) abaixo apresentado, extraído da NCRF 21, emanada da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), e por sua vez baseada na IAS 37,

estabelece os elementos que estão na base da identificação da existência de uma provisão ou de um passivo contingente.



**Figura 2.3** Árvore de decisão (NCRF 21).

**Fonte:** Aviso nº 15655/2009.

As limitações existentes na IAS 37, de acordo com o IASB, dão origem a diferenças nas práticas contabilísticas adotadas pelos países (IFRS Foundation, 2010). Tais diferenças encontram-se relacionadas, principalmente, com as definições e requisitos de reconhecimento e mensuração a seguir especificados (*ibid.*) no quadro 2.2.

## Quadro 2.2 Limitações da IAS 37.

Definição de passivo
<ul style="list-style-type: none"><li>• [A] existência de requisitos contraditórios e a orientação presente na IAS 37 resultam em práticas divergentes, em virtude de ser difícil o julgamento relativo à existência de uma obrigação construtiva.</li><li>• Os requisitos para os custos de reestruturação são inconsistentes com os princípios subjacentes na IAS 37 e com os US GAAP.</li><li>• No que concerne aos eventos futuros, a IAS 37 apresenta falta de orientação relativamente à forma como os mesmos podem afetar a decisão acerca da existência de uma obrigação presente, existindo igualmente uma falha quanto à diferenciação entre eventos futuros que afetam a existência de um passivo dos eventos que afetam a mensuração de um passivo.</li><li>• A IAS 37 define três critérios relativos à definição de passivos contingentes. No entanto, apenas um é consistente com a definição de passivo contingente previsto nos US GAAP<sup>11</sup>.</li></ul>
Reconhecimento
<ul style="list-style-type: none"><li>• Os passivos só são reconhecidos se os exfluxos forem prováveis. Contudo, este critério de “exfluxo provável” não se encontra presente em outras IFRS, tal como a IAS 39 Instrumentos Financeiros, resultando, assim, em falta de informação, na medida em que alguns passivos não são objeto de reconhecimento (tais como garantias) por estarem “<i>off balance sheet</i>.”</li></ul>
Mensuração
<ul style="list-style-type: none"><li>• Não existe clareza relativamente ao significado da “melhor estimativa” de uma única obrigação. Assim, existem entidades que, por vezes, mensuram os passivos ao resultado mais provável, ignorando outros possíveis desfechos.</li><li>• Não existe na IAS 37 especificação clara relativamente aos custos que uma entidade deve incluir na mensuração de passivos para a realização de serviços futuros, sendo passíveis de distintos tratamentos na medida em que podem incluir riscos diretos, riscos indiretos e margens.</li><li>• A orientação existente relativamente à taxa de desconto é insuficiente, permanecendo pouco claro se deve incluir riscos de “não desempenho”, resultando em diferenças materiais na mensuração de passivos.</li></ul>
Outros
<ul style="list-style-type: none"><li>• O limiar de reconhecimento para direitos de reembolso (virtualmente certos) é maior do que o limiar de reconhecimento relativo aos passivos associados. Assim, as entidades têm de reconhecer flutuações no valor dos passivos (como garantias), mas nem sempre podem reconhecer a compensação da flutuação nos valores dos direitos de reembolso associados.</li><li>• A orientação existente no reconhecimento de ativos contingentes é por vezes interpretada de uma maneira que contradiz o requisito geral da IAS 10 Acontecimentos após a Data do Balanço. Como consequência, a resolução de um processo judicial é tratado como um evento “não-ajustável”, na ótica do queixoso, e como um evento “ajustável” na ótica do requerido.</li></ul>
Contratos onerosos
<ul style="list-style-type: none"><li>• A orientação proporcionada pela IAS 37 relativamente ao reconhecimento e mensuração de contratos onerosos é reduzida, proporcionando divergências em termos práticos.</li></ul>

**Fonte:** Adaptado de Almeida *et al.* (2012a:52).

---

<sup>11</sup> O critério consistente na definição de passivo contingente na IAS 37 e nos US GAAP está relacionado com a existência de uma possível obrigação que será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos.

O ponto seguinte apresenta os principais aspectos relacionados com o projeto de substituição da IAS 37, desenvolvido em conjunto pelo IASB e pelo FASB.

### 2.2.2 O projeto de substituição da IAS 37

O objetivo do projeto de revisão da IAS 37 teve início em abril de 2002 e passa por aperfeiçoar e alinhar o registro de passivos em todas as IFRS e apoiar a convergência global das normas de relato financeiro.

As três razões principais que estiveram na base do projeto de substituição da referida IAS 37 (IASB, 2010a), de acordo com o IASB, encontram-se especificadas no quadro 2.3:

**Quadro 2.3** Principais razões do projeto de substituição da IAS 37.

<b>Eliminação de diferenças</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• [A] IAS 37 exige que uma entidade reconheça uma obrigação como passivo apenas se for provável que a obrigação resultará num exfluxo de recursos.</li><li>• A IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais e a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, por sua vez, não aplicam este critério de “probabilidade de exfluxos” para o passivo.</li></ul>
<b>Convergência mundial das normas contábilísticas</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Os custos de reestruturação são tratados de forma diferente entre a norma do IASB e a correspondente norma do FASB.</li><li>• A IAS 37 exige que uma entidade reconheça uma responsabilidade total dos custos de reestruturação quando anuncia ou começa a implementar um plano de reestruturação.</li><li>• A norma americana equivalente apenas exige que uma entidade reconheça um passivo por custos individuais de uma reestruturação quando a entidade tenha incorrido no custo particular.</li></ul>
<b>Aperfeiçoamento da mensuração dos passivos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Os requisitos de mensuração constantes na IAS 37 não são claros, permitindo o uso de diferentes mensurações, e pondo em causa a comparabilidade das DF. De acordo com o IASB, existem dois aspectos na IAS 37 que são pouco claros, nomeadamente, a expressão “melhor estimativa” do dispêndio necessário para liquidar a obrigação, que pode ser interpretada de diversas formas (o resultado mais provável, a média ponderada de todos os resultados possíveis ou mesmo a quantia mínima ou máxima no intervalo de resultados possíveis) e os custos a incluir na mensuração de um passivo que não estão especificados, verificando-se que na prática são incluídos custos diferentes: custos incrementais, todos os custos diretos, mais os custos indiretos ou a quantia que pagariam ao contratante para cumprir a obrigação em seu nome.</li></ul>

**Fonte:** Adaptado de Almeida *et al.* (2012:38).

O primeiro *Exposure Draft* (ED) 1 publicado pelo IASB para consulta pública ocorreu em junho de 2005, e tinha em vista a redução das diferenças existentes entre as IFRS e as US GAAP, através do projeto de convergência desenvolvido entre os dois organismos. Dessa

forma, a proposta de alteração dos conceitos e requisitos previstos na IAS 37, designadamente, para obrigações construtivas, contratos onerosos e provisões para reestruturações resultou da apreciação do IASB relativamente aos conceitos previstos na Statement of Financial Accounting Standards (SFAS) 146 *Accounting for Costs Associated With Exit or Disposal Activities* do FASB (2002), promovendo assim uma significativa convergência entre ambas as normas.

As alterações propostas pelo ED 1 emitido pelo IASB incidiriam sobretudo nas definições e requisitos de reconhecimento, bem como no esclarecimento de alguns aspetos relativos aos requisitos de mensuração, clarificando o âmbito da norma, nomeadamente na clarificação do âmbito da IAS 37 e terminologia; eliminação do termo e do conceito específico de “provisão” e de “melhor estimativa”; eliminação do termo passivo contingente e ativo contingente; e alteração da definição de uma obrigação construtiva (IASB, 2005).

O período de envio de comentários terminou em 28 de outubro de 2005, tendo o IASB recebido 123 cartas de diversas partes interessadas, de entre as quais, preparadores da informação financeira, empresas de contabilidade e auditoria e comissões de normalização contabilística de vários países.

As várias críticas recebidas por parte dos respondentes relativamente à proposta de mensuração estão relacionadas com os seguintes aspetos (IASB, 2010): faltava clareza relativamente aos seguintes aspetos do objetivo de mensuração: se o termo “liquidar” significava cumprir ou cancelar; se um valor de liquidação pode diferir de um valor de transferência; se forem diferentes, qual dos dois valores deve ser a base de mensuração; e, como uma entidade deve estimar o valor de transferência para um passivo que é impossível ou proibitivamente dispendioso para transferência. O cumprimento das responsabilidades das obrigações pelas entidades tornam-se mais propensos quando se tornam devidos, pelo que a quantia que uma entidade pagaria para cancelar ou transferir uma obrigação, a uma determinada data, não é uma medida relevante para passivos no âmbito da IAS 37; as mensurações baseadas no resultado mais provável são mais relevantes, mais fiáveis e menos complexas do que as mensurações baseadas em valores esperados; a inconsistência permaneceria na prática, em virtude de o ED 1 não propor qualquer orientação sobre os tipos de custos a incluir nas estimativas de exfluxos futuros pelas entidades.

Após a revisão das respostas recebidas, várias decisões foram tomadas pelo IASB relativamente à maioria dos requisitos a serem incluídos na (nova) norma IFRS.

Um novo ED foi emitido em janeiro de 2010, após a análise dos comentários recebidos pelo IASB relativamente ao ED 1, mais direcionado à mensuração de passivos no âmbito da IAS 37 (a ED 2), em virtude de continuar a haver pouca clareza relativamente aos requisitos relativos à mensuração. Outras alterações propostas à ED 1 não foram reexpostas em virtude de terem sido consideradas como secundárias (Deloitte, 2010a).

Nesse sentido, as principais alterações propostas neste ED 2 no que concerne ao aperfeiçoamento da proposta de mensuração da ED 1 dizem respeito a uma melhor orientação relativamente à quantia a ser mensurada, ao cálculo do valor presente, ao valor esperado, aos exfluxos futuros relevantes e esperados, e ao risco subjacente à diferença entre os atuais recursos e os esperados (Deloitte, 2010).

De uma forma resumida, refira-se, então, que a proposta da nova norma (IFRS), advinda em substituição da IAS 37, abrange os passivos que não estejam incluídos no âmbito de outras normas, bem como os contratos onerosos, sendo de destacar que o termo provisão, tal como existente na atual IAS 37, não é utilizado expressamente na nova IFRS, embora o seu uso não seja proibido no contexto da apresentação das DF.

Ressalve-se ainda que, posteriormente à emissão da ED 1, o termo “passivo não financeiro”, inicialmente proposto, foi substituído pelo termo “passivo”, tendo-se verificado a omissão expressa às contingências (ainda que em referência aos passivos contingentes, como igualmente proposto na ED 1).

Destaque-se, por outro lado, que os únicos ativos (“contingentes” ou não, de acordo com a terminologia atualmente prescrita na IAS 37) que caem, implicitamente apenas, no âmbito da nova IFRS a ser emitida dizem respeito aos direitos de reembolso, dada a sua relação com os passivos expressamente incluídos no seu âmbito.

Inicialmente o prazo de envio de comentários relativos à ED 2 estava previsto para terminar em 12 de abril de 2010, porém o mesmo foi prorrogado até 19 de maio de 2010.

De acordo com a análise efetuada às respostas recebidas, verificou-se que as principais preocupações identificadas pelos respondentes prendem-se com a relevância, a fiabilidade e o custo de mensuração do valor esperado; o julgamento acerca da existência de um passivo; o processo de convergência com o FASB; o uso de preços contratados e a relevância e fiabilidade dos mesmos para a mensuração dos exfluxos da entidade; o ajustamento do risco e a fiabilidade e comparabilidade de mensuração; bem como a

existência de diversidade na prática, especialmente se é aceitável incluir o efeito do risco de não-desempenho na taxa de desconto (Deloitte:2010a; Deloitte:2010b).

Por via dos comentários recebidos relativamente à *working draft* da (nova) norma IFRS publicada em 19 de fevereiro de 2010, o IASB também considerou a possibilidade de rever os requisitos de reconhecimento no que concerne ao limiar e orientação do critério de “existência de um passivo”, bem como à reafirmação da remoção do critério “exfluxo provável”.

A (nova) norma IFRS deverá especificar o limiar de “mais provável do que não” para o julgamento acerca da existência de um passivo e proporcionar mais orientação e exemplos relativos à forma como o critério de reconhecimento deve ser aplicado pelas entidades se houver incerteza relativamente à existência de um passivo. A orientação para o reconhecimento de um passivo no âmbito de um processo judicial deve especificar que a entidade só deve reconhecer o mesmo se a evidência disponível indicar que, se a ação for para tribunal, é mais provável do que não que o tribunal venha a decidir contra a entidade ou é mais provável do que não que a entidade venha a oferecer um acordo extrajudicial.

Em novembro de 2010 e em março de 2011, o IASB solicitou ao IFRS Interpretations Committee para clarificar se a taxa de desconto ou os cash-flows utilizados para calcular as provisões deveriam ser ajustadas, bem como para interpretar a frase “riscos específicos para o passivo”.

De acordo com o Apêndice B, constante do documento de trabalho sobre a taxa de desconto (IFRS Foundation, 2010a), verifica-se que existe diversidade na prática relativamente à inclusão de um ajustamento do seu próprio risco de crédito na taxa de desconto, utilizada no cálculo das provisões, em virtude de não haver clareza na IAS 37 e na ED 2 quanto aos riscos incluídos nos denominados “riscos específicos para os passivos”, bem como pela indefinição relativamente ao facto de que o risco de crédito próprio de uma entidade (risco de desempenho) deve ser excluído de quaisquer ajustes feitos na taxa de desconto utilizada para mensurar os passivos, assumindo que as estimativas dos futuros fluxos de caixa não foram ajustadas para o risco de crédito próprio da entidade.

Nesse sentido, o Comitê entende que a prática comum é excluir o risco de crédito próprio, que é visto na prática como um risco da entidade em vez de um risco específico do passivo. Contudo, o Comitê decidiu ponderar a incorporação deste pedido de orientação na (nova)

norma IFRS, em virtude de julgar que o pedido para esta orientação seria melhor abordada como parte do projeto para substituição da IAS 37.

As deliberações no projeto de substituição da IAS 37, de acordo com o IASB, irão continuar, com o fundamento de que uma parte da referida norma continua a causar diversidade na prática adotada. Nesse sentido, o IASB pretende emitir um segundo *draft* revisto da (nova) norma IFRS na sua totalidade para mais comentários, mal tenha alcançado as decisões relativamente às questões levantadas pelos respondentes (Deloitte:2010).

Em dezembro de 2012, o IASB anunciou formalmente que iria continuar com o projeto de alteração da IAS 37, como um projeto de pesquisa só do IASB, sendo certo que não iria alterar a IAS 37 sem uma reexposição completa. O projeto de pesquisa irá focar-se na identificação de exemplos que continuam a causar dificuldades na aplicação prática da IAS 37. Estes exemplos irão ser inicialmente usados como “casos de teste”, no desenvolvimento dos elementos e capítulos de mensuração do projeto da estrutura conceptual (IASPLUS, s.d.)

O próximo ponto dedica-se à apresentação, sob o ponto de vista da literatura relacionada com o tema, dos aspetos relacionados com a influência da cultura e do julgamento profissional sobre a Contabilidade.

### **2.3 A cultura, o julgamento profissional e a Contabilidade**

Perceber os impactos e a incidência dos conceitos relacionados com a prática contabilística, com base no julgamento profissional, contribui para que os objetivos que estão por trás do processo de harmonização, designadamente, a efetiva comparabilidade do relato financeiro ao nível internacional, sejam mais facilmente atingidos.

O rápido crescimento verificado nos mercados globais e a atividade de investimento transfronteiriço implica que as dimensões internacionais da contabilidade sejam importantes para os profissionais que têm de lidar com estas áreas (Choi e Meek, 2005).

Se as necessidades diferirem entre os países ou ambientes, verifica-se que a contabilidade tende a desenvolver-se também de distintas maneiras como uma resposta ao seu meio ambiente e, conseqüentemente, as definições sugeridas em diferentes contextos podem variar (Alexander e Nobes, 2001).

As diferenças na cultura, prática de negócios, a estrutura política e regulatória, o sistema legal, os valores monetários, as taxas de inflações locais, o risco de negócio e os impostos afetam a maneira das entidades conduzirem as suas operações e o relato financeiro em todo o mundo, de modo que as DF e outras divulgações são de difícil compreensão sem um conhecimento dos princípios subjacentes e da cultura de negócio (Choi e Meek, 2005). Ainda de acordo com os autores, as exigências dos participantes do mercado influenciam fortemente a contabilidade das entidades e as escolhas de divulgação bem como os esforços nacionais e internacionais para harmonizar as práticas de mensuração e divulgação em todo o mundo. Porque a contabilidade responde ao seu ambiente, diferentes ambientes culturais, económicos, legais e políticos produzem diferentes sistemas de contabilidade (*ibid.*).

A informação é útil para os diferentes tipos de utilizadores que de alguma maneira lidam com a organização empresarial, nomeadamente, os gestores, os investidores, os credores, os trabalhadores, os fornecedores, os clientes, o governo e as agências governamentais e empresas públicas. Assim, a necessidade dos utilizadores a quem a contabilidade financeira se dirige apresenta-se diversa, contudo, em geral é assumido que um conjunto de DF deve satisfazer a maioria das necessidades (Alexander e Nobes, 2001). Também a EC do IASB faz referência às diferentes necessidades dos utentes, nos seguintes termos (IASB, 2004:26):

[S]e bem que todas as necessidades de informação destes utentes não possam ser supridas pelas demonstrações financeiras, há necessidades que são comuns a todos. Como os investidores são os que proporcionam capital de risco às entidades, o fornecimento de demonstrações financeiras que satisfaçam as suas necessidades também vai de encontro à maior parte das necessidades de outros utentes que possam ser satisfeitas por demonstrações financeiras.

Na ótica de Alexander e Nobes (2001), se aceitarmos que as necessidades dos utilizadores são diferentes, os diferentes ambientes culturais são igualmente suscetíveis de conduzir a diferentes práticas contabilísticas. A classificação dos sistemas contabilísticos internacionais é importante para a compreensão e análise das diferenças.

De acordo com Rodrigues e Pereira (2004), a informação financeira é configurada por vários fatores de índole ambiental, nomeadamente, fatores económicos, sociais, legais e culturais que provocam as diferenças entre os diferentes países. Uma boa parte das divergências contabilísticas entre os países pode ser explicada pelas diferenças entre os

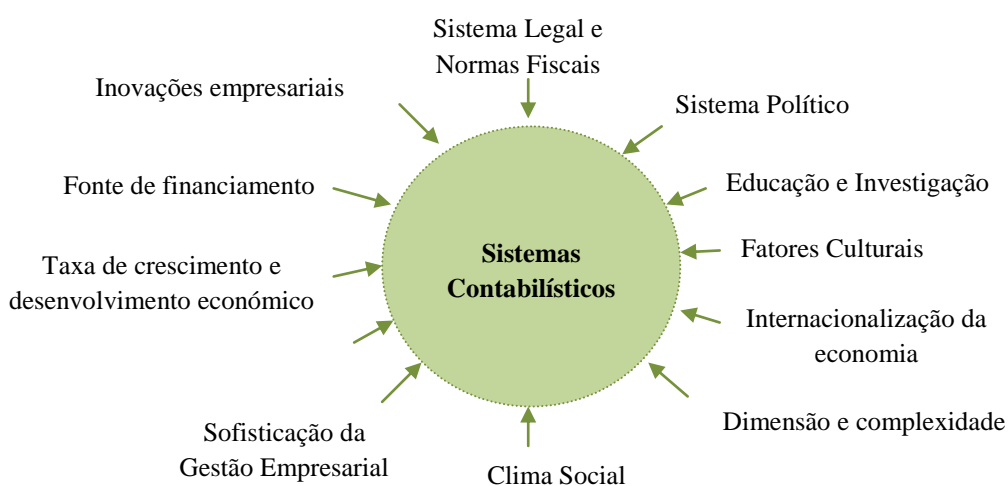
fatores ambientes de cada país, que têm um papel muito importante no desenvolvimento das práticas contabilísticas de cada país.

Segundo Albuquerque (2013), a cultura reflete-se na forma como as práticas contabilísticas de cada sistema se desenvolvem. Nesse sentido, o autor refere que «cada sistema poderá refletir, mas não necessariamente refletirá, práticas comuns entre os sistemas.» (Albuquerque, 2013:219).

Radebaugh *et al.* (2006) referem, no mesmo sentido, que apesar de existirem algumas semelhanças, verificam-se tantos sistemas de contabilidade quanto o número de países, sendo de salientar que não existem dois sistemas exatamente iguais.

Nobes e Parker (2004) definem o sistema contabilístico como as práticas usadas pelas entidades na elaboração do relato financeiro, sendo que os sistemas contabilísticos podem ser classificados através de grupos com semelhanças ou diferenças. A classificação deve ser uma maneira eficiente de descrever e comparar diferentes sistemas.

Na ótica de Radebaugh *et al.* (2006), o sistema contabilístico é definido através dos objetivos, normas e práticas de uma determinada área, que são influenciados pelas necessidades dos utilizadores. As diferenças existentes nas práticas contabilísticas a nível mundial, identificadas na figura 2.4, geram dificuldades aos que preparam, auditam e interpretam o relato financeiro (Pereira *et al.*, 2009).



**Figura 2.4** A Contabilidade influenciada pelo meio envolvente.

**Fonte:** Adaptado de Radebaugh *et al.* (2006:16).

As diferenças anteriormente identificadas podem ser influenciadas pelo meio envolvente, apontando como variáveis, o sistema legal, o sistema político, fatores culturais, o clima social, a taxa de crescimento e o nível de desenvolvimento económico, o grau de internacionalização da economia, o grau de sofisticação da gestão empresarial e da comunidade financeira, a principal fonte de financiamento utilizada pelas empresas, a sua dimensão e complexidade, o nível de educação e investigação em contabilidade, o grau de interferência das normas fiscais e a velocidade com que surgem as inovações empresariais (Choi e Meek, 2005; Radebaugh *et al.*, 2006).

Segundo Gray (1988), a classificação dos sistemas contabilísticos internacionais pode ser vista através de uma abordagem dedutiva ou indutiva. Na abordagem dedutiva, os fatores ambientais são identificados e ligados às práticas contabilísticas nacionais, sendo depois proposta a classificação internacional ou o desenvolvimento de um modelo. Na abordagem indutiva são analisadas as práticas contabilísticas, sendo posteriormente propostos os modelos de desenvolvimento identificados e explicações com referência a uma variedade de fatores económicos, sociais, políticos e culturais.

Sob o ponto de vista de Choi e Meek (2005) e Gray (1988), a classificação pioneira relativamente à classificação dos sistemas contabilísticos é aquela proposta por Mueller<sup>12</sup> (1967), que identificou quatro abordagens para o desenvolvimento da contabilidade em nações ocidentais com sistemas de economias orientadas para o mercado, nomeadamente, a abordagem macroeconómica, a abordagem microeconómica, a abordagem disciplinar interdependente e a abordagem uniforme. Tais abordagens podem ser apresentadas nos seguintes termos:

- **Abordagem macroeconómica**, em que as práticas contabilísticas são derivadas e projetadas para melhorar as metas macroeconómicas nacionais;
- **Abordagem microeconómica**, onde a Contabilidade é desenvolvida a partir dos princípios da microeconomia, e é vista como um ramo da economia empresarial;
- **Abordagem disciplinar interdependente**, em que a Contabilidade é vista como uma função de serviço, e os seus conceitos e princípios derivam da prática do negócio que serve; e,

---

<sup>12</sup> Mueller, G. G.. (1967) *International Accounting*. Parte I. Nova Iorque: Macmillan.

- **Abordagem uniforme**, neste caso a Contabilidade é vista como um meio eficiente de administração e controlo. A uniformidade existente na mensuração, divulgação e apresentação torna mais fácil o uso dessa informação contabilística para controlar todos os tipos de negócio pela administração, governo e autoridades fiscais.

A classificação proposta por Mueller (1967), de acordo com Nobes e Parker (2004), foi efetuada indiretamente com base nas diferenças da importância dos fatores económicos, governamentais e de negócio no desenvolvimento de sistemas particulares, e não com base nas diferenças em torno das práticas. Por outro lado, a classificação apresentava falta de precisão relativamente à definição do que era para ser classificado, falta de um modelo para comparar os resultados estatísticos, falta de hierarquia na atribuição das diferenças entre os países e falta de julgamento na escolha da discriminação de importantes características.

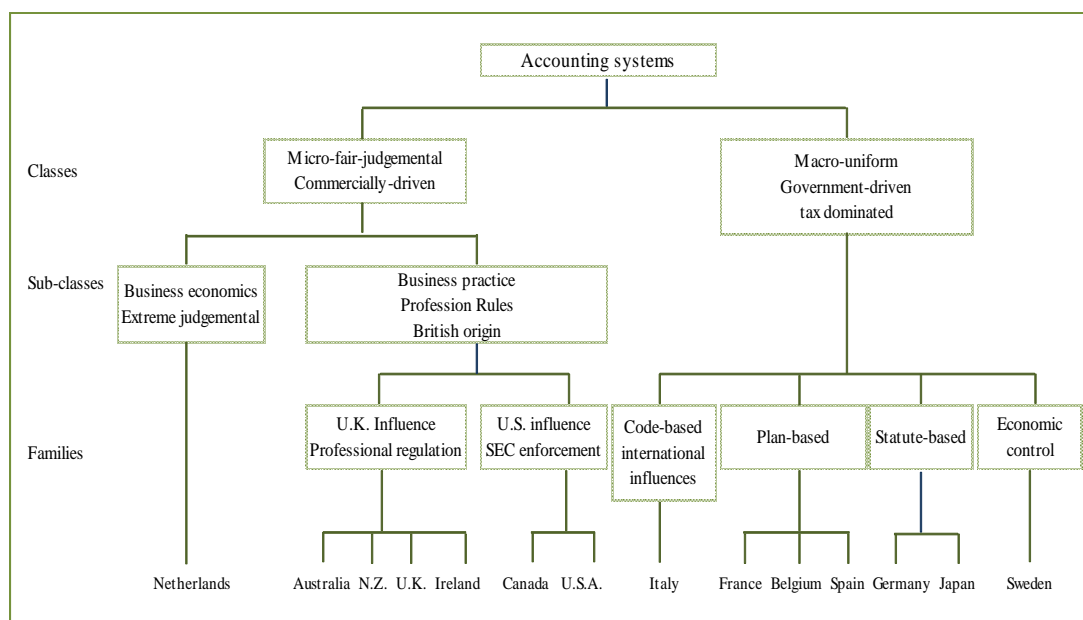
O objetivo da pesquisa efetuada por Nobes (1983) foi definido como a classificação dos países através das práticas de relato financeiro das entidades cotadas nos países ocidentais, tendo em conta dados de 1980. As práticas do relato financeiro apresentavam-se relacionadas com a mensuração e avaliação (*measurement and valuation*). A classificação foi baseada em algumas variáveis exploratórias para as diferenças na prática de mensuração. Assim, de forma a isolar as características das práticas do relato financeiro de cada país que possam constituir diferenças fundamentais a longo prazo entre os países, foram selecionados nove fatores, conforme identificado no quadro 2.4 que se apresenta na sequência.

**Quadro 2.4** Fatores para a diferenciação das práticas do relato financeiro.

Fatores para a diferenciação	
1.	Tipos de utilizadores das contas publicadas das entidades listadas.
2.	Grau em que as leis ou normas prescrevem em detalhe e excluem o julgamento.
3.	Importância das regras fiscais na mensuração.
4.	Conservadorismo/prudência (i.e. avaliação de imóveis, existências, devedores).
5.	Rigor na aplicação do custo histórico (nas contas de custos históricas).
6.	Suscetibilidade de ajustar custos nas contas principais ou complementares.
7.	Práticas de consolidação.
8.	Capacidade para ser generoso com as provisões (como oposição às reservas).
9.	Uniformidade entre entidade na aplicação das regras.

**Fonte:** Nobes e Parker (2004).

Assim, o modelo desenvolvido por Nobes (1983) apresenta-se concebido no sentido de definir a classificação dos países através das práticas do relato financeiro, conforme identificado na figura 2.5:



**Figura 2.5** Classificação dos sistemas contabilísticos.

**Fonte:** Nobes (1983).

Na ótica de Choi e Meek (2005:52) a cultura é definida como «*values and attitudes shared by a society*». O modelo desenvolvido por Hofstede (1980:25) define a cultura como: «*the collective programming of the mind which distinguishes the members of one human group from another*», onde as normas sociais constituídas por características comuns são partilhadas e distinguem um grupo humano do outro, tais como um sistema de valores partilhado pela maioria dos indivíduos e definidos como: «*a broad tendency to prefer certain states of affair over other's.*» (*ibid.*:19). Hofstede (1980) identificou nesse sentido a existência de associações entre a cultura e os valores.

Para Hofstede (1980), as sociedades são influenciadas por diferentes fatores ambientais e tecnológicos, tendo como consequência o desenvolvimento de diferentes valores sociais, que afetam os processos institucionais, incluindo as necessidades de informação sobre os mesmos. Esta parece ser a base de apoio relativamente ao desenvolvimento por parte de cada país, de um sistema contabilístico que melhor se adequa às suas necessidades específicas, que são diferentes de país para país bem como dos seus valores sociais (Albuquerque, Almeida e Texeira Quirós, 2011).

De acordo com Radebaugh *et al.* (2006), a pesquisa de Hofstede (1980), foi pioneira na detecção dos elementos estruturais da cultura e particularmente aqueles que mais afetam o conhecimento do comportamento no contexto de trabalho das organizações.

Hofstede (1980), tendo por base o seu estudo que abrangeu mais de 100 000 funcionários da IBM de 39 países, identificou quatro valores culturais que tinham como objetivo tentar explicar as semelhanças e diferenças culturais entre os diversos países, bem como a existência de relações entre a cultura (de acordo com as dimensões culturais propostas) e as preferências individuais e ações dos indivíduos. As referidas dimensões culturais podem ser apresentadas nos seguintes termos:

- individualismo *versus* coletivismo: descreve a relação entre o indivíduo e o grupo e reflete-se na forma como os indivíduos convivem, nomeadamente, nos seus valores coletivistas ou de lealdade;
- grande *versus* pequena distância do poder: está relacionada com a desigualdade social, e é formalizado na relação entre os indivíduos e as autoridades, ou seja, como uma sociedade lida com as desigualdades entre as pessoas quando elas ocorrem;
- forte *versus* fraca aversão ao risco: está relacionado com as várias formas de lidar com a incerteza relativamente ao futuro;
- masculinidade *versus* feminilidade: está relacionado com a dualidade do género, nomeadamente, com as implicações sociais resultantes das diferenças existentes entre o género feminino e masculino.

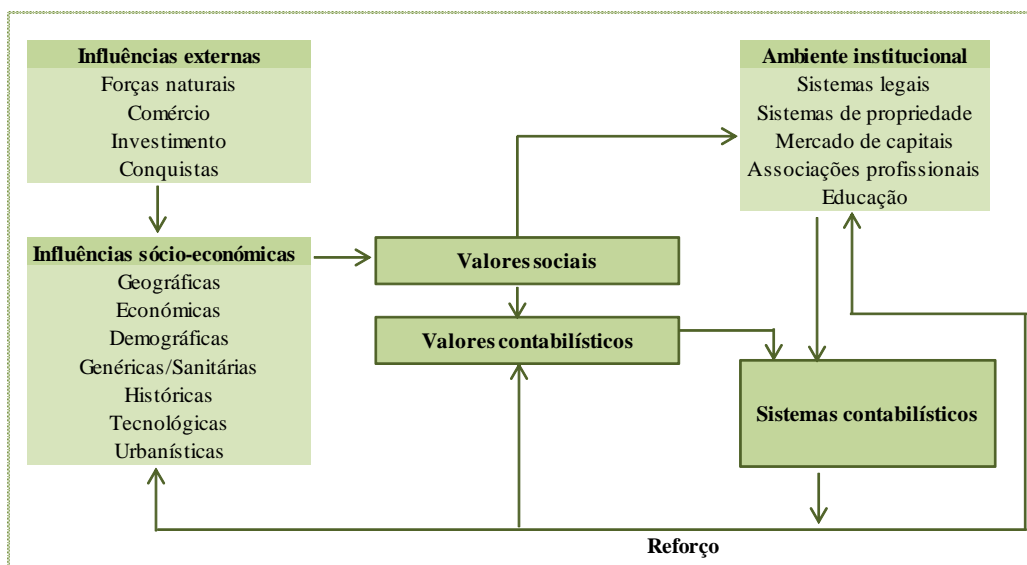
Uma quinta dimensão foi revelada por Hofstede e Bond (1988), nomeadamente a orientação a curto prazo *versus* a orientação a longo prazo que está relacionada com a virtude. No que concerne à orientação de curto prazo, verifica-se uma preocupação com o estabelecimento da verdade absoluta, apresentando um grande respeito pelas tradições, uma pequena propensão a poupar para o futuro, e um foco na obtenção de resultados rápidos, estando a orientação a longo prazo relacionada com os indivíduos acreditarem que a verdade depende muito da situação, do contexto e do tempo, havendo uma capacidade para se adaptar às novas condições, uma forte propensão para poupar e investir, e perseverança na obtenção de resultados.

Gray (1988), posteriormente, desenvolveu o conceito de valores contabilísticos e refere que os mesmos se encontram relacionados e derivam dos valores culturais de Hofstede (1980). Nesse sentido, o mesmo autor refere que o desenvolvimento dos sistemas

contabilísticos dos diversos países e a forma como os profissionais interpretam e aplicam essas normas são influenciados pelos valores contabilísticos.

As práticas contabilísticas são afetadas pelos valores culturais, e dessa forma influenciam também o desenvolvimento dos sistemas contabilísticos dos diversos países (Gray, 1988).

A figura 2.6 representa a estrutura de Gray (1988), identificando a relação entre a cultura, os valores contabilísticos e os sistemas contabilísticos internacionais.



**Figura 2.6** Do modelo de Hofstede (1980) ao modelo de Gray (1988).

**Fonte:** Gray (1988).

Nesse sentido, e a partir do modelo de Hofstede (1980), Gray (1988) defende a existência de quatro valores contabilísticos, nomeadamente, a uniformidade, o controlo estatutário, o conservadorismo e o secretismo, definidos nos seguintes termos:

- Profissionalismo *versus* controlo estatutário: está relacionado com a preferência relativamente ao exercício de julgamento profissional individual de autorregulamentação em detrimento do cumprimento dos requisitos legais e normativos estabelecidos;
- Uniformidade *versus* flexibilidade: está relacionado com uma preferência pela aplicação de práticas contabilísticas uniformes e consistentes ao longo do tempo em oposição à flexibilidade;
- Conservadorismo *versus* otimismo: está relacionado com uma preferência por uma abordagem mais cautelosa na mensuração no que concerne à forma de lidar com a

incerteza de futuros eventos, em oposição a uma abordagem mais otimista em relação aos riscos, ou seja, “*laissez-faire*”;

- Secretismo *versus* transparência: está relacionado com a preferência pela confidencialidade e restrição da divulgação de informação sobre a entidade, em oposição a uma abordagem mais transparente, aberta e pública da informação contabilística.

De acordo com Gray (1988), no valor do profissionalismo *versus* controlo estatutário está em causa o julgamento profissional, nomeadamente, a adoção de atitudes independentes e o uso individual do julgamento profissional por parte do contabilista, estando a maior controvérsia relacionada com a dependência da profissão contabilística relativamente à regulação pública.

No que concerne à uniformidade *versus* flexibilidade, Gray (1988) refere que estão em causa características relacionadas com a uniformidade, a consistência e a comparabilidade.

Na sequência, Gray (1988) refere que o valor contabilístico do conservadorismo *versus* otimismo está relacionado com a prudência na mensuração de ativos e rendimentos.

O secretismo *versus* transparência, por fim, está relacionado de acordo com o autor, com a quantidade da informação divulgada pela entidade.

Gray (1988) relaciona o modelo de Hofstede (1980) com os valores contabilísticos a partir de quatro hipóteses, apresentadas nos seguintes termos:

**H1:** Quanto maior for a classificação que um país ocupa em termos de individualismo, e menor em termos de aversão ao risco e de distância do poder, então o mais provável é ocupar uma elevada classificação em termos de profissionalismo.

**H2:** Quanto maior for a classificação que um país ocupa em termos de aversão ao risco e distância do poder e menor em termos de individualismo, então o mais provável é ocupar uma elevada classificação em termos de uniformidade.

**H3:** Quanto maior for a classificação que um país ocupa em termos de aversão ao risco e menor em termos de individualismo e masculinidade, então o mais provável é ocupar uma elevada classificação em termos de conservadorismo.

**H4:** Quanto maior for a classificação que um país ocupa em termos de aversão ao risco e de distância do poder e menor em termos de individualismo e

masculinidade, então o mais provável é ocupar uma elevada classificação em termos de secretismo.

Gray (1988) não identificou, no entanto, associação entre a masculinidade e o profissionalismo, a masculinidade e a uniformidade, e a distância do poder e o conservadorismo, conforme se pode verificar no quadro 2.5, que relaciona o modelo de Hofstede (1980) e o modelo de Gray (1988), nomeadamente as dimensões culturais e os valores contabilísticos.

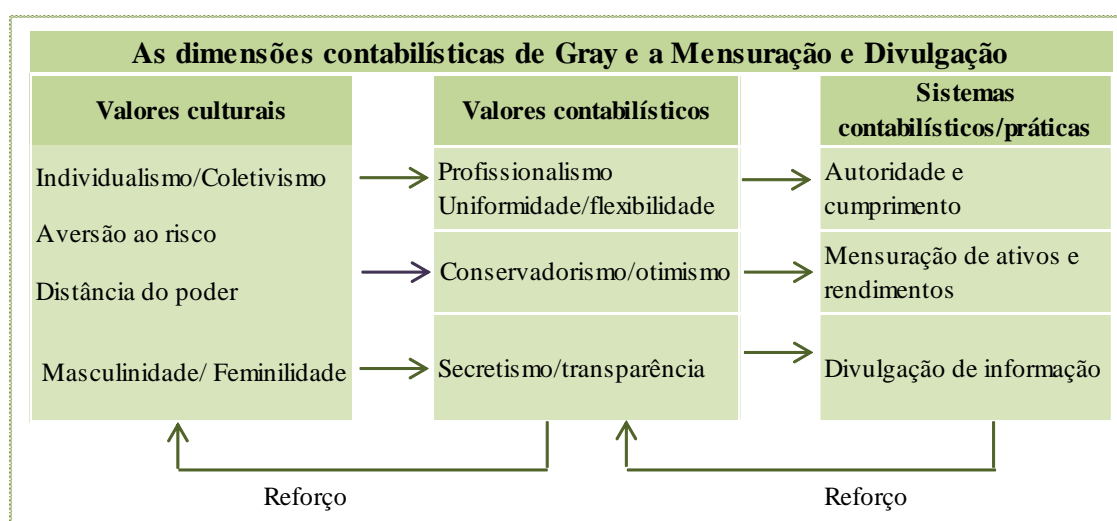
**Quadro 2.5** Relação entre o modelo de Hofstede (1980) e o modelo de Gray (1988).

RELACIONAMENTO ENTRE O MODELO DE HOFSTED E (1980) E O MODELO DE GRAY (1988)				
Dimensões Culturais (Hofstede)	Valores Contabilísticos (Gray)			
	Profissionalismo	Uniformidade	Conservadorismo	Secretismo
Distância do poder	-	+	?	+
Aversão ao risco	-	+	+	+
Individualismo	+	-	-	-
Masculinidade	?	?	-	-

Nota: "+" indica uma relação direta entre as variáveis relevantes; "-" indica um relacionamento inverso. O ponto de interrogação indica uma natureza de relação indeterminada

**Fonte:** Baydoun e Willett (1995).

As práticas contabilísticas que os valores contabilísticos propostos por Gray (1988) devem afetar, a saber, são a autoridade, mensuração e divulgação, conforme identificadas na figura 2.7.



**Figura 2.7** A relação entre as dimensões de Gray e as práticas contabilísticas.

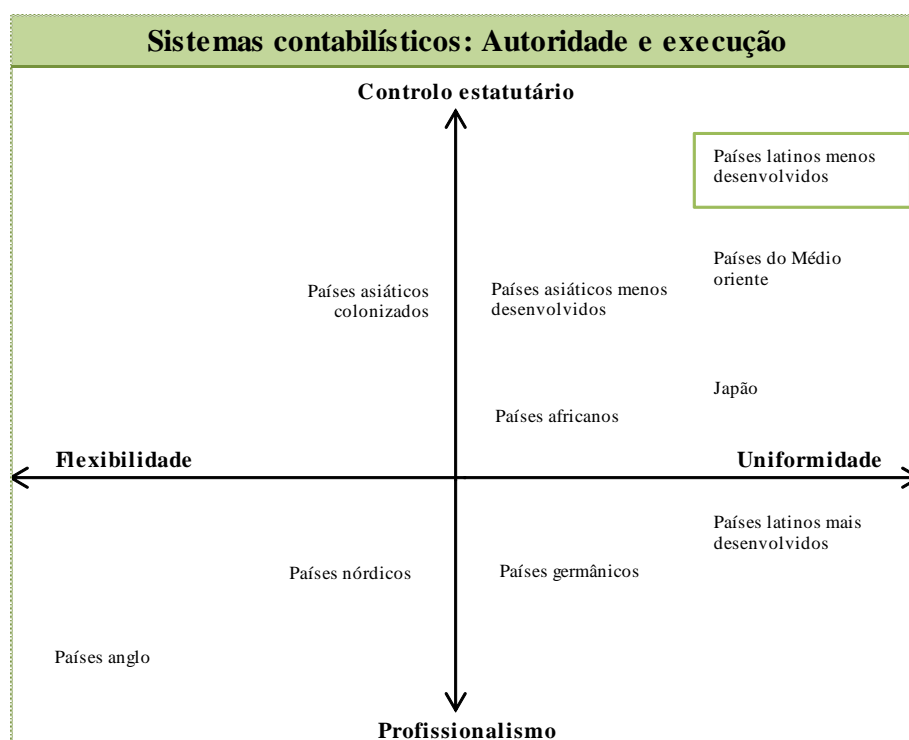
**Fonte:** Gray (1988).

Na sequência do relacionamento entre os valores culturais e os valores contabilísticos, Gray (1988) propõe o estabelecimento de novas hipóteses entre os valores contabilísticos e as práticas contabilísticas, fazendo uma distinção entre a autoridade dos sistemas contabilísticos, ou seja, a medida em que esta é determinada através de organismos nacionais ou associações profissionais, por um lado, e as características da mensuração e divulgação da informação, por outro.

O profissionalismo e a uniformidade apresentam-se como os valores contabilísticos relacionados com a regulação e o grau de conformidade.

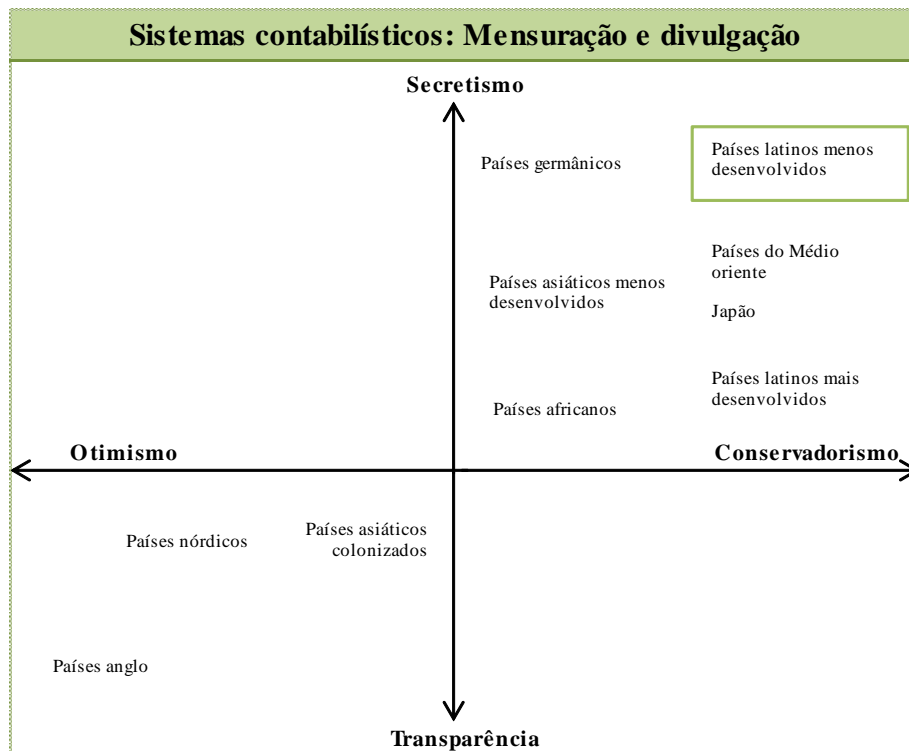
O conservadorismo e o secretismo apresentam-se, por sua vez, relacionados com as práticas de mensuração e de divulgação da informação, respetivamente.

Com base no modelo então desenvolvido, Gray (1988) identificou os sistemas contabilísticos apresentados nas figuras 2.8 e 2.9. De acordo com a referida classificação, Portugal encontra-se inserido no grupo dos países latinos menos desenvolvidos, o que implica um grau elevado de uniformidade e controlo estatutário (figura 2.8), bem como de conservadorismo e secretismo (figura 2.9).



**Figura 2.8** A cultura dos países e a autoridade dos sistemas contabilísticos.

**Fonte:** Gray (1988).



**Figura 2.9** A cultura dos países e a mensuração e a divulgação.

**Fonte:** Gray (1988).

Os pontos seguintes apresentam uma síntese das investigações mais diretamente relacionadas com os estudos propostos para esta dissertação, nomeadamente, os estudos relativos à análise da influência da cultura e do julgamento profissional sobre a Contabilidade.

### 2.3.1 Estudos relacionados com a influência da cultura

Sob o ponto de vista de Nobes e Parker (2004), os fatores ambientais podem explicar as diferenças existentes nas práticas contabilísticas internacionais. Nesse sentido, a cultura é apontada como um dos fatores influenciadores das práticas contabilísticas internacionais e, conseqüentemente, do relato financeiro. Na mesma ótica, Douppnik e Tsakumis (2004) referem, que os valores contabilísticos afetam os sistemas contabilísticos e, nesse sentido, o desenvolvimento da contabilidade e os sistemas de relato financeiro dos diversos países são influenciados diretamente pelos valores culturais, tal como proposto por Gray (1988).

De acordo com Baydoun e Willett (1995), no entanto, a teoria de Gray apresentava um problema em virtude de não haver clareza relativamente aos seus valores contabilísticos: se os mesmos são atributos culturais dos grupos sociais, ou da contabilidade; com que

finalidade intervêm como variáveis explicativas entre as dimensões culturais básicas de Hofstede (1980) e as características que se podem encontrar nas práticas contabilísticas; e serem definidos em termos de preferência para determinados cursos de ação em detrimento dos atributos das DF, tais como as características qualitativas existentes na EC do FASB (FASB, 1980). A hipótese lançada por Baydoun e Willett (1995) relativamente à relação entre a prática e a divulgação contabilística encontra-se ilustrada no quadro 2.6, verificando-se que não existe relação entre o profissionalismo e as práticas contabilísticas.

**Quadro 2.6** Os valores contabilísticos de Gray (1988) e o relato financeiro.

<b>RELATIONSHIPS BETWEEN GRAY'S REINTERPRETED DIMENSIONS, QUALITATIVE CHARACTERISTICS AND THE FORM AND CONTENT OF CORPORATE REPORTS</b>		
<b>Accounting dimensions - technical aspects</b>	<b>Qualitative characteristics relating to disclosure</b>	<b>Examples of issues relating to the form and content of corporate</b>
Uniformity           Conservatism       Secrecy	Uniform content and presentation:	
	Consistency	Standardized accounts
	Comparability	Accounting policies
	Quality of information:	
	Timeliness	Normal publication date
	Materiality	Cost versus market values
	Objectivity	Cash flow accounting
	Verifiability	Lower of cost and market
	Reliability	
	Neutrality	
	Substance over form	
	Amount of information:	Extend or disaggregated data:
	Accountability	Number of items disclosed
	Decision usefulness	Group accounts Supplementary statements

**Fonte:** Baydoun e Willett (1995).

Ainda segundo Baydoun e Willett (1995), a uniformidade como uma característica técnica do relato financeiro, engloba as duas qualidades da consistência e da comparabilidade,

ambas relevantes, relativamente à questão da aparente uniformidade das políticas contabilísticas ao longo do tempo e, à uniformidade na apresentação da informação financeira entre diferentes entidades de relato.

O conservadorismo, por seu lado é mais pertinente relativamente às questões relacionadas com a qualidade da informação divulgada, estando por isso associado a características ou atributos físicos da informação, nomeadamente a objetividade, a verificabilidade, a fiabilidade, a neutralidade e a substância sobre a forma. Os referidos conceitos determinam questões específicas sobre a forma e o conteúdo do relato financeiro, nomeadamente, a opção pelo custo histórico em detrimento do valor corrente ou a utilização de políticas baseadas no "custo ou mercado, dos dois o mais baixo".

O secretismo, por sua vez, encontra-se relacionado com as características da qualidade e da quantidade da informação divulgada no relato financeiro. Nomeadamente, o número de itens divulgados e se os mesmos são divulgados de forma agregada ou desagregada. Permitindo ainda analisar o atributo da responsabilidade (accountability) e da utilidade da decisão (decision usefulness), que estão relacionadas com os padrões da divulgação, focadas quer no utilizador, quer na natureza da entidade que relata, que na ótica dos autores não se encontra claramente clarificada no modelo de Gray (1988).

Ainda com base num aperfeiçoamento da estrutura de Gray (1988), Tsakumis (2007) sugere que a cultura nacional tem um papel importante na divulgação do julgamento profissional do contabilista, e que pode levantar obstáculos relativamente à utilidade do relato financeiro preparado sobre um conjunto comum de normas contabilísticas através dos países.

A existência de outros estudos que também partiram do modelo de Gray (MacArthur, 1996, 1999; Robert e Salter, 1999; Schultz e Lopez, 2001; Doupnik e Richter, 2004), concluíram que a opinião, atitudes e decisões dos contabilistas e/ou auditores são globalmente consistentes com a teoria de Gray (1988), postulando que a estrutura contabilística cultural é igualmente aplicável às decisões do relato financeiro contabilístico. Nesse sentido, espera-se que as normas de relato financeiro sejam aplicadas de uma forma consistente pelos contabilistas tendo em conta os seus valores culturais.

Contudo, de acordo com Tsakumis, Campbell e Doupnik (2009) existe outro fator além da cultura nacional que impede a interpretação e aplicação rigorosa das normas, nomeadamente, a dificuldade de tradução das normas em outras línguas.

De acordo com a literatura existente, diversos estudos empíricos têm contribuído para o estudo das diferenças culturais existentes entre os países, nomeadamente para a compreensão da influência da cultura sobre a contabilidade a partir do modelo de Hofstede-Gray, tendo como objetivo validar os valores contabilísticos de Gray (1988) como fator explicativo das diferenças culturais.

Hope, Kang, Thomas e Yoo (2008), tendo por base o modelo de Hofstede (1980), analisaram se a cultura nacional é um importante determinante da qualidade dos relatórios financeiros, tendo em conta o efeito sobre a escolha da empresa de auditoria, nomeadamente se o grau de secretismo de um país está negativamente relacionado com a escolha das empresas de auditoria. Usando um grande número de empresas de 37 países, os autores encontraram fortes evidências consistentes com a hipótese inicial, ou seja, que as empresas em culturas mais secretistas são menos propensas a contratar uma das *Big 4*<sup>13</sup>. Identificaram ainda que a relação entre o secretismo e a seleção da empresa de auditoria reduz-se significativamente quando existem operações substanciais com o estrangeiro, sugerindo que as empresas multinacionais são menos afetadas por normas culturais do país de origem do que as empresas nacionais.

Tsakumis, Curatola e Porcano (2007) estudaram a influência da cultura nacional sobre os níveis de conformidade fiscal em 50 países, nomeadamente, como é que as diferenças internacionais existentes na evasão fiscal podem ser explicadas pelas diferenças na cultura nacional, conforme proposto por Hofstede (1980). De acordo com os resultados obtidos, as dimensões culturais de Hofstede parecem ser relevantes para explicar os níveis internacionais de evasão fiscal, tendo os autores identificado que uma maior (menor) aversão à incerteza e distância do poder encontram-se associados com níveis maiores (menores) de evasão fiscal entre os países; um maior (menor) individualismo encontra-se associado a uma menor (maior) evasão fiscal entre os países; e que uma maior masculinidade está associada com níveis mais baixos de evasão fiscal entre os países. Assim, de acordo com o estudo, um país que não está em conformidade com os impostos é caracterizado como um país de elevada aversão à incerteza e distância do poder, baixo individualismo e masculinidade.

Sarens e Abdolmohammadi (2009) analisaram a relação entre as dimensões culturais e dois dos valores contabilísticos propostos por Gray (1988), nomeadamente o profissionalismo

---

<sup>13</sup> As Big 4 dizem respeito às quatro maiores empresas de auditoria, nomeadamente, a Deloitte, a PricewaterhouseCoopers (PwC), a Ernest & Young e a KPMG.

da comunidade de auditoria interna em 45 países e a uniformidade da prática de auditoria interna em 32 países. Os autores pretenderam estender a linha de pesquisa desenvolvida por Hofstede (1980) e refinada por House, Hanges, Javidan, Dorfman e Gupta (2004). De acordo com os resultados obtidos, os autores encontraram evidência de que uma comunidade profissional de auditoria é mais comum em países caracterizados por um baixo nível de aversão à incerteza, coletivismo e masculinidade/assertividade<sup>14</sup>, bem como um elevado grau de uniformidade da prática de auditoria interna é mais comum em países caracterizados por um baixo nível de distância do poder e coletivismo. Os autores compararam depois os resultados de acordo com o sistema legal e constataram, por um lado, que a cultura tem maior influência sobre o profissionalismo em países do tipo *civil law* em detrimento dos países de *common law* e que, por outro, o desenvolvimento económico encontra-se inversamente associado com a uniformidade nas práticas de auditoria interna.

Chanchani e Willett (2004) pretenderam validar os valores contabilísticos de Gray (1988) a partir da análise efetuada por Baydoun e Willett (1995). Através da distribuição de um questionário aos utilizadores e preparadores das DF na Nova Zelândia e Índia em 1995 e 1996, os autores encontraram algum suporte para os valores contabilísticos propostos por Gray (1988). No que concerne aos valores do profissionalismo, uniformidade e secretismo, verificou-se a obtenção de um suporte razoável, contudo, relativamente ao conservadorismo, verificou-se um apoio menos fortalecido. De acordo com os resultados do estudo, tendo por base a análise fatorial e a análise por *clusters*, o conservadorismo parece dividir-se em dois valores, um dos quais relacionado com o secretismo, tendo em conta, possivelmente, a relação entre a mensuração e a divulgação no contexto da aversão ao risco.

No âmbito nacional, Albuquerque *et al.* (2011) replicaram o referencial teórico de Hofstede-Gray (1988) tendo por base os contributos desenvolvidos por Chanchani e Willett (2004) a partir da teoria da relevância cultural da Contabilidade. O estudo pretendia validar a classificação atribuída por Gray (1988) a Portugal, relativamente aos valores contabilísticos, como um país com elevados níveis de conservadorismo, secretismo, uniformidade e controlo estatutário. Tendo por base as 382 respostas obtidas através de um questionário conduzido aos preparadores da informação financeira (Técnicos Oficiais de

---

<sup>14</sup> A assertividade faz parte da definição do valor cultural da masculinidade (Hofstede, 1980), e foi escolhido por House et al (2004) para substituir o termo masculinidade.

Contas), os resultados identificaram um razoável apoio para o secretismo e para o conservadorismo, bem como um apoio mais fortalecido para o controlo estatutário e a uniformidade, sugerindo uma redefinição do país ou a redefinição dos valores contabilísticos propostos.

Outro estudo realizado por Albuquerque e Texeira Quirós (2012), apresentava como objetivo verificar a existência de associações entre os valores contabilísticos de Gray (1988), nomeadamente, o conservadorismo e o secretismo, e as opções de financiamento das empresas a partir da perspectiva dos preparadores das DF em Portugal. Os resultados obtidos a partir da distribuição de um questionário aos Técnicos Oficiais de Contas (TOC) durante o ano de 2012, que resultou numa amostra de 431 profissionais, permitiram identificar a existência de um apoio razoável para a existência de associação entre o conservadorismo e o secretismo, em linha com as evidências de Chanchani e Willett (2004), sendo possível constatar o agrupamento de itens em torno de cada um dos valores contabilísticos de Gray (1988) analisados, isolada ou associadamente, sob o ponto de vista do financiamento das empresas.

### **2.3.2 Estudos relacionados com o julgamento profissional**

As dificuldades de interpretação de algumas normas, as diferentes interpretações de alguns conceitos existentes nas normas bem como a cultura, os sistemas políticos, legais, económicos e financeiros são os principais obstáculos à perfeita harmonização. O estudo das diferenças internacionais no âmbito da Contabilidade é importante para os países e organismos envolvidos no processo de harmonização contabilística internacional pois contribui como suporte à tomada de decisões por parte dos organismos emissores de normas internacionais, bem como pelos responsáveis nacionais pela subscrição das referidas normas.

Assim, além dos estudos especificamente relacionados com a análise em torno das variáveis culturais, outros estudos existentes na literatura prendem-se mais diretamente com a perceção dos conceitos existentes nas NIC sob o ponto de vista do julgamento profissional, conforme referenciados a seguir. Diversos autores referem, nesse sentido, que a tradução dos conceitos existentes nas referidas normas pode conduzir a diferentes interpretações por parte dos profissionais. Cabe ressaltar ainda, nesse contexto, que um dos desenvolvimentos do modelo de Gray (1988) diz respeito à análise da influência dos

valores culturais relativamente à interpretação de expressões relacionadas com o termo “probabilidade” presente em várias normas do IASB, designadamente a IAS 37.

As expressões de probabilidade ou incerteza, tal como “provável”, “virtualmente certo”, e “remoto” são utilizadas nas IFRS para estabelecer os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação constantes nas normas contabilísticas. De acordo com Evans (2004), o uso dos termos técnicos utilizados na comunicação da informação contabilística pode conduzir a mal-entendidos quando o significado de tais termos não é totalmente compreendido. Simon (2002) refere, no mesmo sentido, que é necessário entender como é que as expressões de probabilidade são interpretadas pelos preparadores das DF, em virtude de as incoerências significativas reduzirem a comparabilidade das DF.

De acordo com o estudo efetuado por Amer, Hackenbrack e Nelson (1994), os auditores demonstram uma preferência pelas expressões de probabilidade em detrimento de probabilidades numéricas, na medida em que é difícil mensurar com precisão a probabilidade da maioria dos eventos contabilísticos, e as expressões de probabilidade permitem comunicar essa incerteza.

Belkaoui (1978), através de um estudo com base em questionários distribuídos em diversos países, analisou as diferenças culturais existentes resultantes da interpretação de expressões na ótica dos preparadores da informação financeira, tendo por base os valores do conservadorismo e do secretismo, dois dos valores contabilísticos propostos por Gray (1988). Os autores concluíram que a compreensão e a interpretação dos conceitos contabilísticos por parte dos preparadores da informação financeira são influenciadas pelos processos de perceção cognitiva, em virtude de existirem diferentes grupos linguísticos, dando origem, assim, a diferentes códigos linguísticos.

O estudo efetuado por Evans (2004) baseia-se na hipótese de Sapir-Whorf, segundo o qual a linguagem utilizada encontra-se ligada à cultura, afetando a nossa perceção e pensamento. Nesse sentido, de acordo com Evans (2004), a tradução de conceitos contabilísticos de uma linguagem para outra pode aumentar este problema, em virtude de, por vezes, não existirem conceitos exatamente equivalentes na terminologia contabilística do idioma de destino, o que pode levar a uma utilização do conceito equivalente mais próximo. Tal facto poderá gerar, assim, uma confusão de significados ou perda de diferenças significativas nos conceitos. Os resultados obtidos pelos autores, tendo em conta as traduções de termos técnicos contabilísticos de três países, nomeadamente, a Alemanha, os EUA, e o Reino Unido, permitem concluir que a tradução inapropriada de um conceito é

prejudicial para a comunicação da informação contabilística internacional e pode causar problemas aos utilizadores e preparadores de DF.

O estudo desenvolvido por Monti-Belkaoui e Belkaoui (1983) analisa a existência de diferenças relativamente à perceção de um conjunto de conceitos por parte de estudantes unilingues e bilíngues das línguas francesa e inglesa, nomeadamente, se o acesso e a utilização de dois sistemas linguísticos distintos resultavam em diferenças na perceção de conceitos profissionais. A amostra era representada por estudantes francófonos e anglófonos de um curso de Contabilidade realizado no Canadá, em 1981, sendo que uma secção do curso foi dada em inglês e outra em francês. Os resultados obtidos pelos autores suportam a afirmação de que a perceção dos conceitos profissionais por parte de sujeitos unilingues e bilíngues são distintos, e dão suporte à teoria do relativismo linguístico no que concerne ao seu argumento principal, ou seja, de que a perceção da escolha de palavras para descrever um fenómeno particular, no caso presente, os conceitos profissionais, diferem de uma linguagem para outra.

Outro estudo inserido no contexto das expressões verbais existentes nas normas do IASB, igualmente sob o ponto de vista dos estudantes, foi realizado por Salleh, Gardner, Sulong e McGowan (2011). O estudo teve por base um questionário similar ao usado por Davidson e Chrisman (1993) e Doupnik e Richter (2004), apresentando como objetivo verificar a existência de diferenças no que toca à interpretação das expressões verbais de probabilidade usadas nas NIC por parte de estudantes de contabilidade multiculturais (nacionalidade chinesa e inglesa) a estudar nas universidades do Reino Unido. O estudo teve por base, exclusivamente, expressões de probabilidade em língua inglesa para estudantes que partilham e estudam em uma linguagem comum. De acordo com os resultados obtidos, os autores constataram que a cultura nativa e a linguagem não são fatores importantes para explicar as diferenças entre os estudantes de contabilidade relativamente à interpretação de expressões verbais de probabilidade. Os autores referem que, embora estes resultados pareçam inconsistentes com os obtidos por Doupnik e Richter (2003, 2004), que verificaram que a linguagem cultural tem uma relação casual com a interpretação de expressões de probabilidade, é importante referir que este estudo avalia dois grupos culturais distintos que falam uma linguagem comum (inglês) e que responderam a um questionário escrito numa língua comum (inglês). Tais resultados sugerem que pode haver, ou não, uma relação não casual, de acordo com o contexto em que a interpretação é feita. Se a mesma for feita entre linguagens diferentes (inglês *versus* alemão) ou países diferentes (Reino Unido *versus* Alemanha) pode existir uma relação

casual. Por outro lado, se for efetuada por diferentes origens culturais, mas que sejam fluentes numa linguagem comum ou estejam num ambiente educacional comum, poderá não se verificar uma relação casual (Salleh *et al.*, 2011). Assim, os autores referem que a falta de uniformidade entre este estudo e estudos anteriores pode ser devido a diferentes perspetivas de pesquisa e áreas específicas.

Simon (2002), através de um questionário distribuído aos diretores financeiros de grandes entidades cotadas e auditores do Reino Unido, realizou um estudo com o objetivo de identificar a interpretação e a eficácia da comunicação de trinta expressões de probabilidade. Os resultados identificaram que muitas expressões de probabilidade eram vistas como tendo um significado semelhante, nomeadamente: as expressões: “probable”, “frequently”, “normally”, “likely” e “intended”. Contudo, no que concerne ao grau de eficiência de comunicação, verificou-se a existência de algumas expressões com um alto grau de eficiência de comunicação (i.e. “remote”, “unlikely”, “more likely than not”) e outras com um baixo grau de eficiência de comunicação (i.e. “not expected”, “considered doubtful” e “in doubt/doubtful”). O autor refere, assim, a necessidade de haver uma reavaliação do uso de expressões que se apresentem com um baixo grau de eficiência da comunicação, bem como a adoção de expressões de probabilidade que tenham um elevado grau de eficiência de comunicação.

Douppnik e Richter (2003) analisaram o efeito da cultura, nomeadamente a linguagem e a tradução linguística, na interpretação de expressões verbais de incerteza presentes nas NIC. A amostra teve por base questionários enviados a contabilistas dos EUA (país de língua oficial inglesa), da Alemanha, da Áustria e da Suíça, (países que partilham uma língua comum, a alemã) e pretendia dar resposta a três hipóteses, nomeadamente: a existência de diferenças na interpretação de expressões de incerteza entre os contabilistas americanos e alemães; no caso da existência de diferenças, se as mesmas eram devido à existência de uma linguagem cultural diferente entre os dois grupos ou se devido à tradução, ou a ambas; e se existiam diferenças na interpretação de expressões de incerteza entre os indivíduos que falam uma mesma língua em diferentes países (Alemanha, Áustria e Suíça). Um grupo de indivíduos alemães avaliou as expressões verbais de incerteza expressas em alemão e outro grupo em inglês. Os autores verificaram que existiam diferenças na tradução de algumas expressões em inglês para alemão, sugerindo que a falta de equivalência direta de expressões nas duas linguagens pode levar a uma falta de equivalência nos conceitos subjacentes, ou seja, a tradução para outra língua pode distorcer o significado que estava

subjacente na IAS original emitida pelo IASB. No que concerne à nacionalidade (pelo menos entre os indivíduos dos países de língua alemã), não foram encontradas diferenças significativas nas probabilidades atribuídas às expressões de incerteza utilizadas nas NIC. Contudo, foram encontradas diferenças significativas relativamente a um grande número de expressões de incerteza incluídas no estudo entre os contabilistas de língua inglesa e os de língua alemã, sendo que, para algumas expressões, a diferença pode ser atribuída a diferenças na linguagem cultural dos grupos, em virtude de as expressões terem sido avaliadas em inglês por ambos os grupos. Estes resultados relativamente ao efeito da linguagem cultural e ao não efeito da nacionalidade suportam a hipótese derivada da teoria do relativismo linguístico, de que a linguagem cultural afeta a interpretação de expressões de incerteza. Verifica-se também que a tradução de expressões extremas de probabilidade do inglês para o alemão resulta em diferenças significativas na interpretação, levantando a questão se este efeito foi devido a uma tradução deficiente ou se a expressão inglesa não tem palavra homóloga em alemão. Os resultados também sugerem que os indivíduos que não têm o inglês como língua mãe podem ter menos confiança na interpretação de termos de incerteza expressos em inglês, comparativamente com a sua língua nativa.

Doupnik e Richter (2004) pretenderam estender o estudo anterior e verificar se o efeito da cultura na interpretação de expressões verbais de probabilidade “em contexto” era o mesmo, nomeadamente, o efeito da interação entre o valor do conservadorismo e o contexto em que as expressões de probabilidade são usadas. No estudo anterior (Doupnik e Richter, 2003) os autores só conseguiam atribuir essa diferença à linguagem cultural. Contudo, devido ao uso de expressões de probabilidade “em contexto”, os autores sugerem que a influência do conservadorismo na interpretação de expressões verbais de probabilidade é suficientemente forte para ultrapassar as diferenças encontradas nas expressões de probabilidade “isoladas” no estudo anterior, verificando-se um maior conservadorismo por parte dos contabilistas alemães. Quando as diferenças surgem devido à tradução deste tipo de palavras ou frases, é improvável que as normas de contabilidade sejam aplicadas de forma consistente entre as culturas (Doupnik e Richter, 2003,2004).

De acordo com Baskerville e Evans (2011), embora a tradução seja possível, a mesma não pode ser alcançada diretamente. Os problemas da tradução, segundo os autores, podem não ser os mesmos entre as diferentes línguas. Os resultados obtidos deram origem a seis recomendações e implicações políticas, sendo uma delas o reconhecimento de que ocorre

quase sempre uma mudança sutil no significado e que existirão sempre algumas diferenças de interpretação entre o texto original e as suas traduções.

No mesmo sentido, Davidson e Chrisman (1993) referem que a publicação simultânea de normas em mais de uma língua pode diminuir a uniformidade da prática de relato devido à existência de diferenças linguísticas na interpretação de expressões de incerteza equivalentes.

Douppnik e Riccio (2006) seguiram a mesma abordagem de Belkaoui (1978), analisando a percepção do termo “probabilidade” em várias normas do IASB. Os autores desenvolveram hipóteses de relacionamento entre os valores do conservadorismo e secretismo relacionadas com a atribuição por parte dos preparadores da informação de uma maior (menor) probabilidade numérica tendo em conta as expressões relacionadas com o termo “probabilidade” no reconhecimento de itens que aumentam (diminuem) os resultados ou divulgação de itens, por países mais conservadores ou secretistas em detrimento de países menos conservadores ou secretistas. Através de questionários distribuídos a contabilistas do Brasil (considerado um país de elevado conservadorismo e secretismo) e dos Estados Unidos (tido como um país de reduzido conservadorismo e secretismo), os autores encontraram mais suporte no que concerne às hipóteses relacionadas com o secretismo, encontrando apenas um razoável suporte para o conservadorismo no que se refere ao incremento de resultados em países mais conservadores.

Dando seguimento ao estudo desenvolvido por Douppnik e Riccio (2006), Tsakumis (2007) analisou a influência da cultura na aplicação das regras contabilísticas, tendo em conta os mesmos valores contabilísticos, com o objetivo de identificar na ótica dos preparadores de diferentes culturas a existência de distintas percepções a partir de um mesmo conceito contabilístico. O estudo efetuado partiu especificamente da análise relativamente à interpretação dos conceitos de ativos e passivos existentes na IAS 37. O estudo consistiu na análise de 101 respostas obtidas a um questionário distribuído a contabilistas da Grécia (52 respostas) e dos Estados Unidos (49 respostas), utilizando, como variáveis independentes, a cultura e a natureza da contingência (ativo *versus* passivo), e a identificação das situações (conservadorismo) e as decisões de divulgação (secretismo) como variáveis dependentes. Os resultados obtidos não constatarem diferenças significativas relativamente à identificação de situações que envolvessem quer os ativos quer os passivos entre os contabilistas gregos e americanos, no entanto, os autores constatarem que os contabilistas americanos apresentavam maior conservadorismo, ao

passo que os contabilistas gregos estavam menos propensos a divulgar informação (maior secretismo) em comparação com os contabilistas americanos.

No contexto nacional, e em linha com os estudos anteriores, Teixeira e Silva (2009) analisaram a perceção em torno das expressões verbais existentes nas normas do IASB. Através de um questionário distribuído aos auditores registados na CMVM portuguesa, do qual foram obtidas 35 respostas de um total de 45 questionários enviados, as autoras identificaram a existência de diferenças significativas relativamente à interpretação verbal dos termos “remoto” e “certeza razoável” em Portugal, comparativamente com os resultados identificados em outros países (nomeadamente suíços, alemães, britânicos e austríacos), bem como uma falta de consenso relativamente aos termos “possível”, “provável” e a expressão “virtualmente certo” entre os profissionais em estudo. As autoras destacam assim que em virtude de o termo “provável” ser comumente utilizado no contexto das NIC, o mesmo «can affect the international comparability of financial reporting» (Teixeira e Silva, 2009:70).

Tendo em conta os estudos anteriores, o capítulo seguinte tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada no contexto do estudo desenvolvido para esta dissertação.

### 3. METODOLOGIA

Este capítulo pretende, na sequência do enquadramento teórico subjacente ao tema anteriormente apresentado, divulgar os aspetos metodológicos relacionados com esta investigação, nomeadamente, as hipóteses definidas por forma a dar resposta à problemática do tema em causa, o instrumento e o período de recolha dos dados, os elementos relativos à seleção e caracterização da amostra, bem como as técnicas estatísticas utilizadas para o tratamento dos dados obtidos.

#### 3.1 Hipóteses do estudo

De forma a atender os objetivos propostos, e tendo em conta o enquadramento teórico divulgado na parte precedente, este ponto apresenta as hipóteses definidas para este estudo. De acordo com Gray (1988), Portugal enquadra-se como um país de elevados níveis de conservadorismo e secretismo, encontrando-se nesse sentido no conjunto dos países latinos menos desenvolvidos. O conservadorismo e o secretismo, de acordo com Tsakumis (2007) são dois dos valores culturais mais relevantes no que concerne ao impacto da cultura nacional na Contabilidade, e encontram-se relacionados com a mensuração e a divulgação da informação. Nesse sentido, foi definida a seguinte hipótese:

**H1:** Os preparadores da informação em Portugal, de acordo com o seu julgamento profissional, apresentam elevados níveis de conservadorismo e secretismo, encontrando-se em consonância com a inclusão de Portugal no conjunto dos países menos desenvolvidos proposta por Gray (1988).

Na base dos valores do conservadorismo e do secretismo encontra-se o julgamento profissional, o qual, no contexto da elaboração das DF, pode eventualmente ocasionar distintas interpretações dos conceitos previstos nas normas.

Assim, a hipótese seguinte deste estudo tem subjacente a decisão tomada pelo preparador da informação, de acordo com o seu julgamento, relativamente à decisão de divulgação ou reconhecimento de um passivo ou um ativo, tendo em conta os conceitos existentes na NCRF 21, intitulada Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Nesse sentido, a referida hipótese apresenta-se definida nos seguintes termos:

**H2:** Verificam-se diferenças significativas relativamente à perceção dos preparadores da informação em Portugal relativamente à divulgação e ao reconhecimento de passivos e ativos nas demonstrações financeiras, indiciando a existência de um maior conservadorismo e secretismo por parte de tais profissionais.

O próximo ponto apresenta uma caracterização da população e da amostra selecionada para este estudo, identificando ainda o período da sua realização.

### **3.2 População, amostra e período do estudo**

Os preparadores da informação em Portugal, nomeadamente, os TOC com inscrição regularmente ativa, constituem a população deste estudo, em virtude de serem um dos principais intervenientes no processo de elaboração do relato financeiro publicado pelas entidades.

O acesso a estes profissionais foi obtido a partir de uma solicitação à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), órgão representativo da profissão em Portugal, por via de um pedido encaminhado para este fim específico, bem como para a distribuição do questionário através das ações de formação promovidas pela mesma instituição. Assim, a recolha dos dados primários teve por base as respostas obtidas através de um questionário difundido, desde outubro de 2012 a julho de 2013, no *website* da OTOC, e acedido a partir da seguinte ligação:

<http://alfa.limequery.com/index.php?sid=29114&newtest=Y&lang=pt>.

Simultaneamente, de modo a aumentar a taxa de resposta, foram obtidas presencialmente algumas respostas, a partir de contactos efetuados com os TOC participantes de formações de âmbito nacional promovidas pela mesma instituição entre janeiro e junho de 2013.

As vantagens inerentes à opção pela difusão através da Internet estão relacionadas com a facilidade de disseminação e recolha dos dados, a possibilidade de criar regras no pedido de resposta, bem como a alteração de uma forma aleatória da ordem das questões, permitindo, assim, reduzir os riscos de enviesamento.

O Relatório e Contas de 2012 da OTOC (2012) indicam a existência de 72 650 TOC com inscrição ativa. Contudo, não existe referência ao número exato de TOC que se encontram a exercer as referidas funções. O quadro 3.1. apresenta a ficha técnica do estudo, incluindo

a amostra mínima requerida para a realização do estudo tendo em conta a estimativa da população anteriormente referida.

**Quadro 3.1** Ficha técnica do estudo.

Dimensão da amostra e população	
Preparadores (amostra): n	<b>408</b>
Preparadores (amostra mínima):	382
Preparadores (população):N	72.650
Outros dados da análise estatística:	
Nível de significância ( <i>p-value</i> )	p < 0,05
Nível de Confiança (NC)	95%
Variável aleatória normal padronizada (Z)	1,96
Precisão (SE)	5%
Probabilidade de sucesso (p)	50%

De acordo com os parâmetros constantes no quadro 3.1, e através do método sugerido por Arkin (1982) para o cálculo da dimensão mínima da amostra (n), verifica-se que a amostra recolhida para este estudo cumpre os critérios no que concerne à dimensão mínima requerida. A fórmula (3.1) aplicada no cálculo da amostra mínima, encontra-se descrita abaixo:

$$n = p(1-p) / [(SE/Z)^2 + (p(1-p)/N)]. \quad (3.1)$$

O quadro 3.2 apresenta os elementos específicos relativos à caracterização da amostra, recolhidos a partir das questões de enquadramento constantes do instrumento de recolha utilizado (questionário), cujo conteúdo apresenta-se desenvolvido já no ponto seguinte. Com base no referido quadro (quadro 3.2), verifica-se uma maior concentração das idades nos respondentes entre os 26 e os 45 anos. No que diz respeito ao género, destaque-se a participação relativamente equitativa entre o género feminino (Fem.) e masculino (Masc.) na amostra deste estudo. O nível de formação que a maioria dos preparadores possui é a licenciatura e representa 68% dos respondentes.

Relativamente à área de formação mais relevante, verifica-se que a Contabilidade (54,5%) e a Economia/Gestão (25,3%) representam as áreas mais específicas entre os preparadores, perfazendo um total de 79,8%. No que concerne aos anos de experiência profissional, verifica-se que a maior frequência encontra-se associada aos respondentes que possuem entre 11 e 20 anos (34,5%), sendo depois distribuída de forma similar entre os restantes

intervalos (17%). Por fim, verifica-se que 78,6% dos respondentes encontram-se a exercer funções inerentes às atividades de TOC.

**Quadro 3.2** Questões de enquadramento – Resultados obtidos.

<b>Idade:</b>	<b>Nº</b>	<b>Freq</b>
Menos de 25 anos	9	2,2
Entre 26 e 35 anos	115	28,2
Entre 36 e 45 anos	143	35,0
Entre 46 e 55 anos	70	17,2
Mais de 55 anos	71	17,4
<b>Total</b>	<b>408</b>	<b>100,0</b>
<b>Género:</b>	<b>Nº</b>	<b>Freq</b>
Feminino	204	50,4
Masculino	201	49,6
<b>Total</b>	<b>405</b>	<b>100,0</b>
<b>Último / atual nível de formação:</b>	<b>Nº</b>	<b>Freq</b>
Formação de nível não superior	57	14,1
Bacharelato/Licenciatura	253	62,8
Especialização/Pós-graduação	63	15,6
Mestrado	27	6,7
Doutoramento ou pós-doutoramento	3	0,7
<b>Total</b>	<b>403</b>	<b>100,0</b>
<b>Área de formação mais relevante:</b>	<b>Nº</b>	<b>Freq</b>
Contabilidade	218	54,5
Auditoria	11	2,8
Finanças	18	4,5
Direito/Fiscalidade	10	2,5
Economia/Gestão	101	25,3
Mais do que uma das áreas acima	42	10,5
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>100,0</b>
<b>Anos de experiência profissional:</b>	<b>Nº</b>	<b>Freq</b>
Até 5 anos	54	13,3
Entre 6 e 10 anos	74	18,2
Entre 11 e 20 anos	140	34,5
Entre 21 e 30 anos	70	17,2
Mais de 30 anos	68	16,7
<b>Total</b>	<b>406</b>	<b>100,0</b>
<b>Encontra-se atualmente a exercer a profissão:</b>	<b>Nº</b>	<b>Freq</b>
Sim	312	78,6
Não	85	21,4
<b>Total</b>	<b>397</b>	<b>100,0</b>

Refira-se ainda a existência de discrepâncias entre o total da amostra (408) e alguns dos totais identificados no âmbito das questões de enquadramento. Essa diferença encontra-se relacionada com a não resposta por parte de alguns respondentes relativamente às questões de enquadramento. Em tais casos, optou-se pela não exclusão das referidas respostas, tendo em conta que as questões gerais (QG) e as questões específicas (QE) foram respondidas integralmente pelos 408 respondentes, não prejudicando, desse modo, o teste às hipóteses definidas para o presente estudo. Por outro lado, e para evitar o enviesamento das respostas, os questionários que não apresentavam a parte II (QG) e a parte III (QE) totalmente respondidos foram excluídos da amostra.

O ponto seguinte diz respeito à apresentação do instrumento de recolha definida no contexto da presente investigação.

### **3.3 Instrumento de recolha**

O questionário é um instrumento comumente utilizado neste tipo de investigação, que tem como objetivo analisar as influências dos fatores culturais relativamente às práticas contabilísticas e à perceção dos profissionais no que concerne a matérias relacionadas com o relato financeiro (Hofstede, 1980; Belkaoui, 1978; Douppnik e Riccio, 2006; Teixeira e Silva, 2009; Tsakumis, 2007).

De forma a verificar a clareza e a compreensão das questões, o questionário foi submetido a uma fase de pré-teste, através da sua divulgação entre os docentes de Contabilidade e Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) em 2012. Este processo resultou na reformulação de algumas questões.

O questionário elaborado apresenta, em termos de estrutura, uma primeira parte relacionada com questões de enquadramento, tendo em vista a caracterização da amostra do estudo. A segunda parte encontra-se relacionada com QG, tendo em vista o estudo de dois valores contabilísticos, o conservadorismo e o secretismo, definidos como variáveis latentes do estudo<sup>15</sup>. A terceira parte, por fim, está relacionado com questões mais específicas em torno da interpretação dos conceitos de provisão, passivos contingentes e ativos contingentes, estando subjacente o julgamento profissional do preparador da

---

<sup>15</sup> De acordo com Hill e Hill (2009:135), uma variável latente, é uma variável que “não pode ser observada nem medida diretamente mas que pode ser definida a partir de um conjunto de outras variáveis (possíveis de serem observadas ou medidas) que medem qualquer coisa em comum (nomeadamente, a variável latente)”.

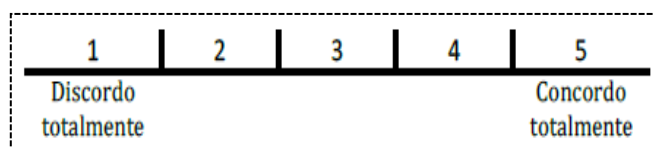
informação financeira relativamente à decisão de divulgação ou reconhecimento de passivos e ativos.

As QG (Parte II), compostas por 14 itens, foram desenvolvidas a partir de dois conjuntos de conceitos, cada um representativo de dois dos valores contabilísticos de Gray (1988), nomeadamente, o conservadorismo e o secretismo. Nesse sentido, tais itens encontram-se relacionados, implícita ou explicitamente, com matérias relativas à mensuração e à divulgação identificativas, respetivamente, de tais valores. Tais questões pretendem validar (ou não) a classificação de Portugal no conjunto dos países menos desenvolvidos, tal como proposto por Gray (1988), conforme a hipótese 1 (H1) definida para este estudo.

As QE (Parte III), constituídas por duas situações, encontram-se relacionadas com a influência da cultura no julgamento profissional, e pretende analisar as diferenças existentes em torno do julgamento profissional dos preparadores da informação financeira relativamente à divulgação ou ao reconhecimento de passivos e ativos, tendo em conta os conceitos previstos na NCRF 21. Recorde-se que a referida norma nacional é a norma de referência em matéria de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, encontrando-se, por sua vez, baseada na IAS 37 do IASB.

A conceção do questionário teve por base o instrumento de recolha similarmente utilizado por Albuquerque *et al.* (2011), Chanchani e Willett (2004) e Tsakumis (2007).

A escala de atribuição de grau de importância utilizada no questionário teve por base o modelo de Lickert, de 1 a 5 valores. No caso das QG, a referida escala encontra-se definida do “discordo totalmente” (1) ao “concordo totalmente” (5), conforme figura 3.1.



**Figura 3.1** Escala utilizada nas QG.

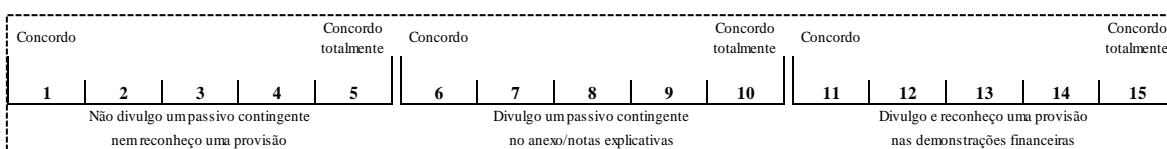
No caso das QE, as respostas foram obtidas em termos de uma escala similar, através da atribuição de um grau de importância de 5 em 5 valores definido do “concordo” até o “concordo totalmente”. Assim, relativamente ao passivo, foram definidos os seguintes intervalos:

- “Não divulgo um passivo contingente nem reconheço uma provisão” (de 1 a 5 valores);

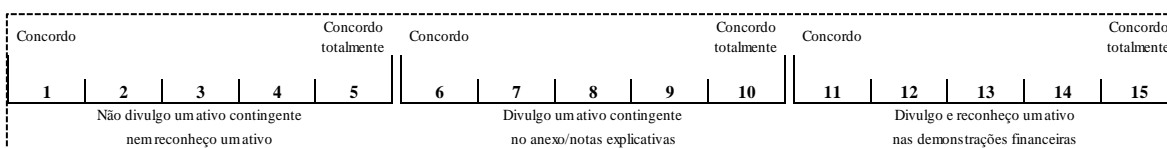
- “Divulgo um passivo contingente no anexo/notas explicativas” (de 6 a 10 valores); e
- “Divulgo e reconheço uma provisão nas demonstrações financeiras” (de 11 a 15 valores) (figura 3.2).

No contexto do ativo, foram definidos os seguintes intervalos:

- “Não divulgo um ativo contingente nem reconheço um ativo” (de 1 a 5 valores);
- “Divulgo um ativo contingente no anexo/notas explicativas” (de 6 a 10 valores); e
- “Divulgo e reconheço um ativo nas demonstrações financeiras” relativamente a um ativo (de 10 a 15 valores) (figura 3.3).



**Figura 3.2** Escala utilizada na primeira QE (passivo).



**Figura 3.3** Escala utilizada na segunda QE (ativo).

O cenário exposto no que concerne às questões específicas tem subjacente o envolvimento de uma entidade num processo judicial, em virtude de representar a contingência mais comum. Nesse sentido, foram expostas duas situações, tendo sido solicitado aos preparadores da informação para decidirem se reconheciam ou divulgavam um passivo (figura 3.4) ou se reconheciam ou divulgavam um ativo (figura 3.5), tendo em conta as diretrizes gerais da norma previamente facultada relativamente a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Adicionalmente, foram fornecidas informações acerca dos danos potenciais e do estado do processo judicial no fim do período contabilístico, sendo que o estado do processo judicial no fim do período se encontra descrito de forma a tornar incerto o resultado final do caso. Tal procedimento foi realizado de modo a condicionar o exercício do julgamento profissional relativamente às situações expostas por parte dos preparadores da informação financeira, tendo em conta os conceitos previstos na NCRF 21.

Situação I:	
<p>2. Ao preparar as suas demonstrações financeiras de 2012, a LusoBras, S.A. deparou-se com a seguinte situação:</p> <p>Em Maio de 2012, a Global, S.A. intentou uma ação judicial contra a LusoBras por, alegadamente, a LusoBras ter utilizado indevidamente direitos de autor de uma patente industrial desenvolvida pela Global, relacionada com um novo processo de fabricação de bolas de futebol. A Global reclama, nesse sentido, o pagamento de uma indemnização pela LusoBras.</p> <p>Em Novembro de 2012, os advogados da LusoBras sugerem a negociação de um acordo financeiro com a Global. Os advogados da LusoBras estimam que um eventual acordo poderá situar-se entre 5.000.000 e 10.000.000, em quaisquer dos casos uma quantia material para a LusoBras. Até ao momento da preparação das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2012, não havia ocorrido novos contactos entre as partes envolvidas.</p> <p>Assim, e tendo por base os conceitos previstos na norma contabilística e de relato financeiro aplicável, bem como os pressupostos acima</p>	<p><b>Resposta:</b> <input type="text"/></p>
<p>2.1 apresentados, indique o tratamento contabilístico a adotar pela LusoBras em 31 de Dezembro de 2012, utilizando um único número situado exclusivamente numa das escalas abaixo indicadas:</p>	

**Figura 3.4 QE - Situação I.**

Situação II:	
<p>3. Ao preparar as suas demonstrações financeiras de 2012, a LusoBras, S.A. deparou-se com a seguinte situação:</p> <p>Em Maio de 2012, a LusoBras intentou uma ação judicial contra a Internacional, S.A. por, alegadamente, a Internacional ter utilizado indevidamente direitos de autor de uma patente industrial desenvolvida pela LusoBras, relacionada com um novo conceito de relva sintética para campos de futebol. A LusoBras reclama, nesse sentido, o recebimento de uma indemnização da Internacional.</p> <p>Em Novembro de 2012, os advogados da LusoBras sugerem a negociação de um acordo financeiro com a Internacional. Os advogados da LusoBras estimam que um eventual acordo poderá situar-se entre 5.000.000 e 10.000.000, em quaisquer dos casos uma quantia material para a LusoBras. Até ao momento da preparação das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2012, não havia ocorrido novos contactos entre as partes envolvidas.</p> <p>Assim, e tendo por base os conceitos previstos na norma contabilística e de relato financeiro aplicável, bem como os pressupostos acima</p>	<p><b>Resposta:</b> <input type="text"/></p>
<p>3.1 apresentados, indique o tratamento contabilístico a adotar pela LusoBras em 31 de Dezembro de 2012, utilizando um único número situado exclusivamente numa das escalas abaixo indicadas:</p>	

**Figura 3.5 QE - Situação II.**

Conforme anteriormente mencionado, a NCRF 21 é uma norma que requer um considerável julgamento profissional, pelo que se torna adequada para a análise dos valores do conservadorismo e do secretismo, em virtude de ser necessário que os preparadores da informação avaliem expressões de probabilidade tais como “remoto”, “possível”, “provável” e “virtualmente certo” no que diz respeito ao reconhecimento de provisões e ativos ou à divulgação de passivos contingentes e ativos contingentes.

O ponto seguinte diz respeito à apresentação das técnicas estatísticas utilizadas no contexto desta investigação.

### 3.4 Tratamento estatístico dos dados

De acordo com o estudo efetuado, os valores do conservadorismo e do secretismo que se encontram na base do desenvolvimento da H1 proposta, serão analisados com recurso a técnicas estatísticas multivariadas, nomeadamente, técnicas de análise fatorial e de fiabilidade. As diferenças eventualmente existentes relativamente à perceção dos profissionais em torno da divulgação ou reconhecimento de passivos e ativos, subjacentes

ao desenvolvimento da H2 proposta, serão analisadas, por sua vez, com recurso a técnicas estatísticas bivariadas, nomeadamente, os testes não-paramétricos de Wilcoxon *Signed Ranks Test* e o teste do qui-quadrado.

As variáveis latentes utilizadas na H1, nomeadamente, o conservadorismo e o secretismo, de acordo com Hill e Hill (2009), são variáveis que são representadas por um conjunto de outras variáveis e podem ser medidas a partir de itens (questões) de um questionário. Nesse sentido, é necessário verificar a adequacidade do questionário para medir a variável latente, o que é realizado através da análise de fiabilidade e da validade dos dados.

A análise do coeficiente de fiabilidade alfa de Cronbach, ou Cronbach's *alpha* ( $\alpha$ ), permite estimar a fiabilidade interna dos itens (questões) do questionário relativamente às variáveis latentes com que estão relacionadas, no caso presente, o conservadorismo e o secretismo. De acordo com Hill e Hill (2009), o valor mínimo a ser aceite para o grau de identificação expresso é 0,7. O valor de  $\alpha$  pode ser estimado a partir da seguinte fórmula (3.2), onde K representa o número de itens no questionário:

$$\alpha = [(K) \times (\Sigma \text{ das variâncias de cada item})] / [(K-1) \times (\Sigma \text{ das variâncias dos K itens})] \quad (3.2)$$

A validade fatorial pode ser avaliada através da análise fatorial e analisa, de acordo com Hill e Hill (2009:152), «as correlações entre as várias variáveis para encontrar um conjunto de “factores” que, teoricamente, representam o que têm em comum as variáveis analisadas.». No mesmo sentido, Maroco (2007:361) refere que a análise fatorial usa «as correlações observadas entre as variáveis originais para estimar o(s) fator(es) comum(ns) e as relações estruturais que ligam os fatores (latentes) às variáveis.». »

Neste estudo, a análise fatorial baseia-se no método das componentes principais, que tem como objetivo a transformação de «um conjunto de variáveis correlacionadas num conjunto menor de variáveis independentes.» (Maroco, 2007:329), que possam ser explicativos do fenómeno em causa sem que haja perda de informações relativamente aos dados originais. O método é utilizado com recurso à rotação varimax, que permite a maximização da variância entre os fatores para a rotação das matrizes fatoriais, ou seja, «na qual uma e apenas umas das variáveis originais esteja fortemente associada com um único fator, e pouco associada com os restantes fatores.» (Maroco, 2007:375).

Outros dois procedimentos estatísticos que permitem averiguar da qualidade das correlações entre as variáveis no contexto da análise fatorial é a KMO (*kaiser-Meyer-Olkin Measure os Sampling Adequacy*) e o teste de esfericidade de Bartlett. A KMO de acordo

com Maroco (2007:367) «compara as correlações simples com as correlações parciais observadas entre as variáveis.». O seu valor situa-se entre 0 e 1. Nesse sentido, verifica-se que existe uma maior adequação (validade) dos dados para a análise em estudo, quando o valor se aproxima da unidade. De acordo com Maroco (2007:368), aceita-se um valor entre 0,7 e 0,8 como razoável. O teste de esfericidade de Bartlett tem uma distribuição assintótica do tipo  $\chi^2$ , e testa se a matriz de correlação é uma matriz identidade, o que indica não haver correlação entre as variáveis iniciais, rejeitando a hipótese nula.

Um recurso auxiliar utilizado é a análise do gráfico *scree plot* que permite através do eixo das abcissas, verificar o número de fatores que deve ser utilizado para fins de extração, de forma a explicar uma percentagem elevada da variância total das variáveis originais. O número máximo de fatores que resulta da análise fatorial é identificado a partir do ponto em que se verifica um declive reduzido, ou seja, em que a linha que os une começa a ficar horizontal.

As variáveis utilizadas no contexto da H2 encontram-se, por sua vez, relacionados com a divulgação ou o reconhecimento de passivos (“Sit. I”) e ativos (“Sit. II”) por parte dos preparadores da informação, estando subjacente o julgamento profissional dos preparadores da informação relativamente à perceção dos conceitos existentes na NCRF 21 que tem impacto no relato financeiro.

O Wilcoxon *Signed Ranks Test* é um teste não paramétrico alternativo ao *T-Test* (distribuição normal) utilizado quando se pretende comparar a «medida de tendência central da população sob estudo com um determinado valor teórico.» (Hill e Hill, 2009).

O teste do qui-quadrado é uma distribuição do tipo  $\chi^2$ , e resulta da soma dos quadrados de  $n$  variáveis  $N(0,1)$ . Tem como objetivo testar se «a frequência com que os elementos da amostra se repartem pelas classes de uma variável nominal categorizada é ou não idêntica.» (Maroco, 2007:103).

As variáveis da H1 e H2 utilizadas neste estudo foram igualmente sujeitas a técnicas estatísticas descritivas, nomeadamente medidas descritivas, (i.e. média, mediana e desvio padrão) de forma a caracterizar a amostra, bem como ao cálculo das frequências relativas.

A análise de dados foi efetuada com recurso ao *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 17.

O capítulo seguinte tem como objetivo apresentar e analisar os resultados obtidos a partir dos objetivos propostos e da metodologia apresentada no presente capítulo.

## 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados obtidos tendo em conta a metodologia definida na parte precedente. Apresenta-se, por sua vez, dividido em dois subcapítulos, relacionados com cada uma das hipóteses definidas no contexto desta dissertação.

### 4.1 Portugal e os valores culturais (H1)

De acordo com Gray (1988), Portugal encontra-se inserido no conjunto de países latinos menos desenvolvidos e apresenta elevados níveis de conservadorismo e secretismo, valores que se encontram relacionados com a mensuração e a divulgação da informação, respetivamente. Nesse sentido e a partir do modelo desenvolvido, designadamente, por Albuquerque *et al.* (2011) e Chanchani e Willett (2004), as QG desenvolvidas na primeira parte pretendem testar a classificação de Portugal relativamente à classificação de Gray (1988).

Nesse sentido, e de forma a validar (ou não) a classificação de Portugal proposta pelo referido autor, foi concebida a seguinte hipótese:

**H1:** Os preparadores da informação em Portugal, de acordo com o seu julgamento profissional, apresentam elevados níveis de conservadorismo e secretismo, encontrando-se em consonância com a inclusão de Portugal no conjunto dos países menos desenvolvidos proposta por Gray (1988).

Assim, e de forma a testar a H1, foram utilizadas duas técnicas de análise multivariada, nomeadamente, a análise de fiabilidade e a análise fatorial. As mesmas técnicas foram utilizadas por Albuquerque *et al.* (2011) e Chanchani e Willett (2004), em estudos de natureza similar. O primeiro teve, como população de estudo, os preparadores da informação financeira em Portugal e o segundo os utilizadores e preparadores da informação financeira da Índia e da Nova Zelândia.

De acordo com o quadro 4.1, é possível verificar a existência de medianas superiores a 3,00 na generalidade dos itens da questão 1 do questionário, à exceção dos itens SQ04, SQ08, SQ012 e SQ014, associadas em todos os casos com o valor contabilístico do

secretismo. As referidas questões estão relacionadas com a não divulgação de informação quando está em causa a continuidade da empresa, matérias mais complexas, incerteza relativamente a contingências e informação mais detalhada sobre a entidade, verificando-se uma associação entre a SQ04 e SQ14, em virtude de a divulgação de informação mais detalhada poder colocar em causa a continuidade da empresa. O item SQ04, em particular, apresenta valores para a mediana e para o terceiro quartil de 1,0 e 2,0, respetivamente, ao passo que os itens SQ08 e SQ14 apresentam idêntico valor para a mediana e o terceiro quartil (2,0). De notar também, por outro lado, que é igualmente em torno de dois itens relacionados com o mesmo valor contabilístico (secretismo) que se verificam os maiores valores para a mediana e terceiro quartil (itens SQ06 e SQ10), situados em 4,0 e 5,0, respetivamente. O desvio-padrão situa-se entre 0,952 e 1,256, valores considerados razoáveis atendendo à escala proposta (de 1 a 5 valores).

**Quadro 4.1** Análise das estatísticas descritivas. QG.

<i>Statistics/ Items</i>	<i>Mean</i>	<i>Mode</i>	<i>Std. Deviation</i>	<i>Variance</i>	<i>Kurtosis</i>	<i>Std. Error of Kurtosis</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>	<i>1º Quartil</i>	<i>2º Quartil</i>	<i>3º Quartil</i>
SQ01	2,77	3	1,083	1,173	-,584	,241	1	5	2,00	3,00	3,00
SQ02	3,18	3	1,239	1,536	-,843	,241	1	5	2,00	3,00	4,00
SQ03	2,81	3	1,256	1,577	-1,071	,241	1	5	2,00	3,00	4,00
SQ04	1,59	1	,952	,906	2,214	,241	1	5	1,00	1,00	2,00
SQ05	3,12	3	1,178	1,388	-,728	,241	1	5	2,00	3,00	4,00
SQ06	3,59	4	1,211	1,466	-,551	,241	1	5	3,00	4,00	5,00
SQ07	2,82	3	1,063	1,130	-,448	,241	1	5	2,00	3,00	3,00
SQ08	1,87	1	1,048	1,099	,702	,241	1	5	1,00	2,00	2,00
SQ09	2,74	3	1,143	1,307	-,737	,241	1	5	2,00	3,00	4,00
SQ10	4,06	5	1,109	1,229	,778	,241	1	5	4,00	4,00	5,00
SQ11	2,73	3	1,132	1,281	-,775	,241	1	5	2,00	3,00	4,00
SQ12	2,52	2	1,200	1,440	-,835	,241	1	5	2,00	2,00	3,00
SQ13	2,97	3	1,188	1,412	-,843	,241	1	5	2,00	3,00	4,00
SQ14	1,84	1	1,030	1,061	,511	,241	1	5	1,00	2,00	2,00

Em termos de frequências relativas (quadro 4.2), e em consonância com a análise anterior, refira-se a existência de mais itens com maiores frequências relativas à esquerda da escala de concordância (1,0 e 2,0), comparativamente com as maiores frequências obtidas à direita da escala (4,0 e 5,0). Nesse sentido, é possível constatar a existência de quatro itens relacionados com o secretismo (SQ04, SQ08, SQ12 e SQ14) cuja soma dos níveis à esquerda (1+2) são superiores aos itens da direita em mais de 50%, com valores entre 52,0% (item SQ12) e 83,9% (item SQ04), e dois itens (SQ06, SQ10) cuja soma dos níveis à direita (4+5) são superiores aos itens da esquerda em mais de 50%, com valores de 57,4% (item SQ06) e 76,2% (item SQ10).

**Quadro 4.2** Análise de frequências relativas. QG.

	Escala = 1		Escala = 2		Escala = 3		Escala = 4		Escala = 5	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
SQ01	63	15,4	85	20,8	162	39,7	77	18,9	21	5,1
SQ02	54	13,2	59	14,5	118	28,9	115	28,2	62	15,2
SQ03	80	19,6	89	21,8	103	25,2	99	24,3	37	9,1
SQ04	265	65,0	77	18,9	42	10,3	17	4,2	7	1,7
SQ05	46	11,3	69	16,9	137	33,6	102	25,0	54	13,2
SQ06	31	7,6	44	10,8	99	24,3	122	29,9	112	27,5
SQ07	52	12,7	92	22,5	166	40,7	73	17,9	25	6,1
SQ08	193	47,3	123	30,1	54	13,2	27	6,6	11	2,7
SQ09	70	17,2	95	23,3	140	34,3	76	18,6	27	6,6
SQ10	19	4,7	23	5,6	55	13,5	127	31,1	184	45,1
SQ11	70	17,2	99	24,3	135	33,1	81	19,9	23	5,6
SQ12	101	24,8	111	27,2	105	25,7	66	16,2	25	6,1
SQ13	56	13,7	84	20,6	127	31,1	99	24,3	42	10,3
SQ14	199	48,8	121	29,7	48	11,8	33	8,1	7	1,7

O quadro 4.3 identifica, por sua vez, o valor obtido para o coeficiente alfa, tendo por base os catorze itens associados à questão 1 das QG do questionário. Para o referido coeficiente foi identificado um valor de 0,606 para o conjunto dos itens propostos, inferior ao valor considerado razoável para a confirmação da fiabilidade ou consistência interna (Hill e Hill: 2009). Note-se, contudo, que Chanchani e Willett (2004), designadamente, obtiveram valores inferiores para o alfa de Cronbach em estudo de natureza similar.

**Quadro 4.3** Análise de fiabilidade. QG.

<i>Reliability Statistics</i>		
<i>Cronbach's Alpha</i>	<i>Cronbach's Alpha Based on Standardized Items</i>	<i>N of Items</i>
,606	,612	14

A análise das estatísticas item-total permite identificar os itens que, se excluídos, possibilitariam um aumento do valor do coeficiente de alfa, assim como os itens que apresentam os menores valores para a correlação item-total.

Assim, é possível constatar, com base no quadro 4.4, que a exclusão dos itens SQ06, SQ07 e SQ10 resultaria em acréscimos ao valor do coeficiente anteriormente identificado, sendo tais itens responsáveis pelos menores valores da correlação item-total (encontrando-se o item SQ10 negativamente associado com os restantes).

**Quadro 4.4** Análise das estatísticas item-total. QG.

*Item-Total Statistics*

<i>Item</i>	<i>Scale Mean if Item Deleted</i>	<i>Scale Variance if Item Deleted</i>	<i>Corrected Item-Total Correlation</i>	<i>Squared Multiple Correlation</i>	<i>Cronbach's Alpha if Item Deleted</i>
SQ01	35,84	36,778	,245	,107	,587
SQ02	35,44	35,981	,245	,138	,587
SQ03	35,80	36,277	,219	,101	,593
SQ04	37,03	36,709	,308	,224	,579
SQ05	35,50	35,396	,313	,289	,575
SQ06	35,03	39,338	,024	,026	,628
SQ07	35,79	38,016	,154	,089	,602
SQ08	36,74	34,742	,431	,329	,556
SQ09	35,87	35,487	,321	,176	,574
SQ10	34,55	40,494	-,039	,120	,635
SQ11	35,89	35,784	,303	,138	,577
SQ12	36,10	35,406	,303	,181	,576
SQ13	35,65	35,934	,268	,266	,583
SQ14	36,77	35,656	,362	,284	,568

Após a exclusão dos três itens anteriormente referidos, o quadro 4.5 apresenta o novo valor obtido para o coeficiente alfa, de 0,661, verificando-se um ligeiro incremento no valor obtido para o referido coeficiente.

**Quadro 4.5** Análise de fiabilidade após a exclusão de itens. QG.

*Reliability Statistics*

<i>Cronbach's Alpha</i>	<i>Cronbach's Alpha Based on Standardized Items</i>	<i>N of Items</i>
,661	,668	11

O quadro 4.6 apresenta a análise das estatísticas item-total após a exclusão dos três itens anteriormente referidos (SQ06, SQ07 e SQ10), de modo a identificar a necessidade de proceder-se à exclusão de outros itens da QG que resultasse em acréscimos ao valor do alfa de Cronbach. Assim, e tendo em conta os elementos que se encontram identificados na sequência, constata-se que a exclusão de qualquer item não resultaria em acréscimos ao valor do coeficiente alfa, obtendo-se correlações item-total situadas entre 0,239 (SQ01) e 0,487 (SQ08).

**Quadro 4.6** Análise das estatísticas item-total após a exclusão de itens. QG.

*Item-Total Statistics*

<i>Item</i>	<i>Scale Mean if Item Deleted</i>	<i>Scale Variance if Item Deleted</i>	<i>Corrected Item-Total Correlation</i>	<i>Squared Multiple Correlation</i>	<i>Cronbach's Alpha if Item Deleted</i>
SQ01	25,37	31,447	,239	,105	,652
SQ02	24,97	30,058	,289	,127	,644
SQ03	25,33	30,585	,242	,100	,653
SQ04	26,55	30,945	,347	,216	,635
SQ05	25,02	30,218	,303	,272	,641
SQ08	26,27	28,939	,487	,320	,609
SQ09	25,40	30,206	,319	,162	,638
SQ11	25,42	30,769	,277	,108	,645
SQ12	25,63	30,368	,281	,149	,645
SQ13	25,17	30,439	,280	,259	,645
SQ14	26,30	29,955	,400	,267	,624

O valor do KMO (quadro 4.7) identificado para as questões apresenta-se, por sua vez, razoavelmente significativo, de 0,721, o que evidencia a adequação dos dados sujeitos à análise. O referido resultado, associado ao teste de esfericidade de Bartlett (quadro 4.7), que apresenta um valor-p inferior a 0,001, identifica um nível suficiente de correlação entre as variáveis (Maroco, 2007).

**Quadro 4.7** KMO e teste de esfericidade de Bartlett. QG.

*KMO and Bartlett's Test*

<i>Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.</i>		,721
<i>Bartlett's Test of Sphericity</i>	<i>Approx. Chi-Square</i>	550,588
	<i>Df</i>	55
	<i>Sig.</i>	,000

Identificando-se como uma medida da proporção da variância explicada pelos fatores extraídos, as comunalidades observadas no quadro 4.8 variam, por sua vez, entre 0,321 (item SQ11) e 0,683 (item SQ05), valores considerados igualmente adequados para o processo de extração fatorial.

**Quadro 4.8** Análise de comunalidades. QG.

*Communalities*

<i>Item</i>	<i>Initial</i>	<i>Extraction</i>
SQ01	1,000	,348
SQ02	1,000	,401
SQ03	1,000	,351
SQ04	1,000	,505
SQ05	1,000	,683
SQ08	1,000	,546
SQ09	1,000	,544
SQ11	1,000	,321
SQ12	1,000	,344
SQ13	1,000	,649
SQ14	1,000	,537

*Extraction Method: Principal Component Analysis.*

O quadro 4.9 apresenta a porcentagem da variância total explicada associada aos três agrupamentos identificados, tendo por base o número de fatores (três) extraídos da análise fatorial efetuada. Nesse sentido, verifica-se que os três fatores extraídos explicam 48% da variância total, valor inferior ao obtido por Albuquerque *et al.* (2011), de 61%, e próximo, no entanto, do valor obtido para a variância total no estudo de Chanchani e Willett (2004), de 49%. Refira-se que o primeiro fator explica 18% da variância total, ao passo que o segundo e o terceiro fator explicam cerca de 15% e 14% da variância total.

**Quadro 4.9** Total da variância explicada. QG.

*Total Variance Explained*

<i>Component</i>	<i>Initial Eigenvalues</i>			<i>Extraction Sums of Squared Loadings</i>			<i>Rotation Sums of Squared Loadings</i>		
	<i>Total</i>	<i>% of Variance</i>	<i>Cumulative %</i>	<i>Total</i>	<i>% of Variance</i>	<i>Cumulative %</i>	<i>Total</i>	<i>% of Variance</i>	<i>Cumulative %</i>
1	2,620	23,814	23,814	2,620	23,814	23,814	2,026	18,416	18,416
2	1,472	13,381	37,195	1,472	13,381	37,195	1,675	15,231	33,647
3	1,138	10,349	47,544	1,138	10,349	47,544	1,529	13,898	47,544
4	,989	8,989	56,533						
5	,931	8,468	65,001						
6	,850	7,727	72,728						
7	,716	6,509	79,237						
8	,663	6,023	85,261						
9	,602	5,477	90,738						
10	,525	4,773	95,511						
11	,494	4,489	100,000						

*Extraction Method: Principal Component Analysis.*

O gráfico de declive (figura 4.1) ou das componentes (*scree plot*) tem como objetivo auxiliar na análise dos fatores que mais fortemente explicam a variância, e que podem ser selecionados. Assim, e tendo em conta o referido gráfico, constata-se que existe uma maior força no poder de explicação da variância na passagem do primeiro para o segundo, reduzindo-se então do segundo para o terceiro fator, ponto a partir do qual se verifica uma quebra mais acentuada na inclinação da curva.



**Figura 4.1** Gráfico *Scree Plot*. QG.

O quadro seguinte (quadro 4.10) apresenta as cargas fatoriais associadas a cada um dos três fatores passíveis de extração identificados relativamente aos valores do conservadorismo e do secretismo, sendo identificados em cada componente os itens com cargas fatoriais superiores a 0,3.

A análise do quadro 4.10 permite verificar que, no primeiro fator, com 18% da variância total explicada, identificam-se quatro itens relacionados com o secretismo (SQ04, SQ08, SQ12 e SQ14). No segundo fator, com cerca de 15% da variância total explicada, observam-se quatro itens associados com o conservadorismo (SQ01, SQ05, SQ11 e SQ13), ressalvando-se que, no caso do item SQ11, a carga fatorial superior a 0,3 identifica-se quer na primeira quer na segunda componente; No terceiro fator, por fim, com cerca de 14% da variância total explicada, identificam-se dois itens relacionados, exclusivamente neste fator, com o conservadorismo (SQ03 e SQ09) e um item relacionado com o secretismo (SQ02). Neste último fator, identifica-se ainda um item (SQ01) relacionado com o conservadorismo, que partilha uma carga fatorial superior a 0,3 com o segundo fator.

### Quadro 4.10 Resultados da análise fatorial. QG.

*Rotated Component Matrix<sup>a</sup>*

Item	Component			Questão
	1	2	3	
SQ01	-,047	,451	,377	Em caso de dúvida, a mensuração de um ativo pela quantia mais baixa pressupõe a representação fidedigna de um fenómeno económico
SQ02	,168	-,008	,611	A divulgação de contingências deve ser cuidadosamente ponderada, uma vez que, em regra, compromete a imagem da entidade no mercado
SQ03	,105	,018	,583	O valor de mercado é, em geral, menos fiável do que o custo de aquisição, ainda que mais relevante
SQ04	,703	-,032	,097	As informações que possam comprometer a continuidade da entidade não devem ser divulgadas no relato financeiro
SQ05	,060	,823	,052	Entre duas quantias possíveis e igualmente fiáveis, a mensuração de um ativo pela quantia mais baixa deve ser preferencialmente utilizada
SQ08	,668	,136	,285	As matérias mais complexas não devem ser objeto de divulgação no relato financeiro
SQ09	,105	,087	,725	Em caso de opção, o modelo do custo deve ser preferencialmente utilizado, em detrimento do modelo do justo valor
SQ11	,454	,321	-,111	Os gastos e as perdas devem ser relatados com base na informação mais recentemente disponível à entidade, ainda que menos fiável
SQ12	,544	-,105	,194	Em caso de incerteza relativamente ao seu desfecho, as contingências não devem ser divulgadas
SQ13	,097	,800	-,015	Entre duas quantias possíveis e igualmente fiáveis, a mensuração de um passivo pela quantia mais alta deve ser preferencialmente utilizada
SQ14	,720	,118	,069	O relato financeiro não deve incluir a informação mais detalhada disponível na entidade, ainda que relevante

*Extraction Method: Principal Component Analysis.*

*Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.*

*a. Rotation converged in 5 iterations.*

Refira-se que os quatro itens ligados ao valor contabilístico do secretismo presentes no primeiro fator encontram-se relacionados com a qualidade e a quantidade da informação divulgada no relato financeiro, tendo subjacente o julgamento profissional dos preparadores da informação. Os dois itens que se apresentam mais fortalecidos (SQ04 e SQ14) encontram-se relacionados com a não divulgação de informação mais detalhada sobre a entidade, o que pode colocar em causa a continuidade da mesma. O terceiro (SQ08) e quarto (SQ12) item com cargas fatoriais mais elevadas encontram-se relacionados com a não divulgação de matérias mais complexas, bem como a divulgação de contingências quando o desfecho é incerto.

No que concerne ao segundo fator, verifica-se que os itens ligados ao valor contabilístico do conservadorismo que se apresentam mais fortalecidos estão relacionados com a mensuração de ativos e passivos (SQ05 e SQ13). Está em causa o reconhecimento dos passivos por quantias mais elevadas e os ativos por quantias mais reduzidas. Verifica-se que o SQ11 apresenta uma carga fatorial superior a 0,3 no primeiro e no segundo fator,

embora mais elevada no primeiro caso. Tal facto pode estar relacionado com a consideração de elementos relativos quer ao reconhecimento quer à divulgação (“relatados..”), conduzindo à sua identificação com ambos os valores contabilísticos em causa (conservadorismo e secretismo, respetivamente).

Relativamente ao terceiro fator, os dois itens ligados ao valor do conservadorismo (SQ03 e SQ09) encontram-se relacionados com a fiabilidade do valor de mercado e a utilização do modelo do justo valor. Está subjacente a fiabilidade da informação, tendo em conta os conceitos referenciados. O item ligado ao valor do secretismo (SQ02) está relacionado com a divulgação de informação relativamente às contingências. Por fim, o item (SQ01), relacionado com o conservadorismo, que partilha uma carga fatorial superior a 0,3 com o segundo fator, encontra-se relacionado com o reconhecimento de ativos por quantias mais reduzidas em caso de dúvida.

Tendo em conta a análise anteriormente apresentada, é possível constatar a existência de uma associação entre os valores culturais do conservadorismo e do secretismo, já referenciada em estudos anteriores (Albuquerque e Texeira Quirós, 2012; Chanchani e Willettt, 2004).

Contudo, tendo por base a análise da tabela de frequências anteriormente apresentada, verifica-se a existência de uma maior atitude de não secretismo, ou seja, de mais transparência relativamente à informação financeira divulgada por parte dos preparadores da informação financeira, contrariamente ao que se verifica no que concerne ao valor do conservadorismo. Nesse sentido, e tendo em conta que Portugal é considerado um país de elevado secretismo, a H1 definida neste estudo apenas obteve um razoável suporte.

## **4.2 O julgamento dos preparadores em Portugal (H2)**

Na base dos valores do conservadorismo e do secretismo encontra-se o julgamento profissional, o qual, no contexto da elaboração das DF, pode eventualmente ocasionar distintas interpretações dos conceitos previstos nas normas. A partir do estudo desenvolvido por Tsakumis (2007), as QE desenvolvidas na terceira parte do questionário têm subjacentes a decisão tomada pelo preparador da informação relativamente à divulgação ou reconhecimento de um passivo ou um ativo, tendo em conta os conceitos existentes na NCRF 21, intitulada Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Nesse sentido, foi concebida a seguinte hipótese:

**H2:** Verificam-se diferenças significativas relativamente à perceção dos preparadores da informação em Portugal relativamente à divulgação ou ao reconhecimento de passivos e ativos nas demonstrações financeiras, indiciando a existência de um maior conservadorismo e secretismo por parte de tais profissionais.

Assim, e de forma a validar a H2, foram utilizadas técnicas estatísticas bivariadas, nomeadamente, os testes não-paramétricos de Wilcoxon *Signed Ranks Test* e o teste do qui-quadrado.

O quadro 4.11 apresenta algumas medidas estatísticas descritivas relacionadas com as respostas identificadas no contexto do reconhecimento e divulgação de um eventual passivo (“Sit. I”) e de um eventual ativo (“Sit. II”). Nesse sentido, destaca-se a existência de diferenças em torno da mediana<sup>16</sup> (11,0 para o passivo e 9,0 para o ativo), identificativa de um maior conservadorismo (“em caso de dúvida, reconhecer os passivos por quantias mais elevadas e os ativos por quantias mais reduzidas”), em linha com os resultados obtidos no ponto anterior, onde se verifica uma associação entre o conservadorismo e o reconhecimento de passivos e ativos.

**Quadro 4.11** Estatísticas descritivas: “Sit. I” e “Sit. II”. QE.

<i>Statistics</i>	<i>Mean</i>	<i>Mode</i>	<i>Std. Deviation</i>	<i>Variance</i>	<i>Kurtosis</i>	<i>Std. Error of Kurtosis</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>	<i>1° Quartil</i>	<i>2° Quartil</i>	<i>3° Quartil</i>
Sit. I	11,31	10	2,884	8,316	-,226	,241	1	15	10,00	11,00	14,00
Sit. II	8,73	10	2,904	8,436	,538	,241	1	15	7,25	9,00	10,00

De acordo com o quadro 4.12, é possível identificar a existência de frequências relativas mais elevadas associadas à existência de um eventual ativo (“Sit. II”) até ao valor 10,0 da escala proposta, isto é, até ao ponto em que nenhum ativo é reconhecido no balanço relativamente aos quatro grupos analisados.

Constata-se ainda que 70,5% do total dos profissionais divulgavam um ativo contingente no anexo/notas explicativas (escala de 6 a 10 valores), sendo 66,1% explicado por quatro das maiores frequências relativas identificadas (5,6%; 16,9%; 11,9%, e 32,6%), contra uns

---

<sup>16</sup> A mediana é uma medida de tendência central, que separa a metade inferior da amostra, da metade superior, ou seja, metade da amostra (50%) terá valores inferiores ou iguais à mediana e a outra metade (50%) terá valores superiores ou iguais à mediana.

meros 14,9% que não divulgavam nem reconheciam um ativo (escala de 1 a 5 valores), dos quais 6,6% são explicados pela frequência mais elevada.

A seguir ao valor 10,0 da escala proposta, as frequências relativas mais elevadas identificam-se com as respostas associadas ao reconhecimento de um eventual passivo (“Sit. I”), verificando-se que 54,6% dos profissionais divulgavam e reconheciam uma provisão nas DF, sendo 42,4% explicado por três das maiores frequências relativas (9,1%; 14,7%; e 18,6%), que compara com 42,3% dos respondentes que divulgavam um passivo contingente no anexo/notas explicativas, sendo 31,3% (10,0% e 21,3%) explicado por duas frequências mais elevadas.

De notar que não se verificam diferenças significativas, nesse contexto, entre o total da amostra e o total relativo exclusivamente aos TOC que se encontram a exercer a profissão, assim como entre o total da amostra e as maiores frequências relativas observadas para os homens e as mulheres, com uma maior concentração em torno do valor 10,0 da escala, relativamente ao passivo.

**Quadro 4.12** Frequências relativas: “Sit. I” e “Sit. II”. QE.

Escala	Total				A exercer a profissão				Masculino				Feminino			
	Sit. I		Sit. II		Sit. I		Sit. II		Sit. I		Sit. II		Sit. I		Sit. II	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	1	0,2	9	2,2	1	0,3	8	2,6	1	0,5	3	1,5	0	0,0	6	2,9
2	0	0,0	5	1,2	0	0,0	3	1,0	0	0,0	4	2,0	0	0,0	1	0,5
3	3	0,7	9	2,2	3	1,0	8	2,6	1	0,5	4	2,0	2	1,0	5	2,5
4	4	1,0	11	2,7	2	0,6	10	3,2	2	1,0	6	3,0	2	1,0	5	2,5
5	4	1,0	27	6,6	4	1,3	20	6,4	2	1,0	14	7,0	2	1,0	13	6,4
6	11	2,7	18	4,4	8	2,6	12	3,8	3	1,5	10	5,0	8	3,9	8	3,9
7	9	2,2	23	5,6	8	2,6	21	6,7	2	1,0	13	6,5	7	3,4	10	4,9
8	41	10,0	69	16,9	36	11,5	59	18,9	20	10,0	30	14,9	20	9,8	38	18,6
9	25	6,1	45	11,0	15	4,8	31	9,9	16	8,0	27	13,4	8	3,9	17	8,3
10	87	21,3	133	32,6	59	18,9	92	29,5	36	17,9	63	31,3	51	25,0	69	33,8
11	23	5,6	9	2,2	18	5,8	8	2,6	12	6,0	3	1,5	11	5,4	6	2,9
12	27	6,6	10	2,5	20	6,4	9	2,9	15	7,5	6	3,0	11	5,4	4	2,0
13	60	14,7	15	3,7	46	14,7	10	3,2	29	14,4	6	3,0	31	15,2	9	4,4
14	37	9,1	10	2,5	31	9,9	8	2,6	20	10,0	5	2,5	17	8,3	5	2,5
15	76	18,6	15	3,7	61	19,6	13	4,2	42	20,9	7	3,5	34	16,7	8	3,9
Total	408	100	408	100	312	100	312	100	201	100	201	100	204	100	204	100

Com base no quadro 4.13, verifica-se, relativamente ao total, um maior número de casos (220 situações) em que o valor na escala identificado para o ativo é inferior ao valor identificado para o passivo (Sit. II (ativo) < Sit. I (passivo)), identificando-se, por outro lado, 169 situações em que os valores da escala foram coincidentes. Em apenas 19 casos, o valor do ativo na escala proposta apresentou-se superior. Nesse sentido, os valores associados aos testes de Wilcoxon (*mean rank* e *sum of ranks*), identificados no quadro seguinte (quadro 4.13), assim como a análise das medidas estatísticas descritivas anteriormente apresentadas (quadro 4.11), demonstram uma tendência mais fortalecida para a divulgação ou o reconhecimento de passivos, em detrimento da divulgação ou o reconhecimento de ativos.

**Quadro 4.13** Resultados do Wilcoxon *Signed Test* (valor médio). QE.

<i>Wilcoxon Signed Ranks Test</i>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Sit. II – Sit. I	Negative Ranks	220 <sup>a</sup>	124,88	27473,00
	Positive Ranks	19 <sup>b</sup>	63,53	1207,00
	Ties	169 <sup>c</sup>		
	Total	408		

a. Sit. II < Sit. I; b. Sit. II > Sit. I; c. Sit. II = Sit. I

Nesse sentido, o resultado do teste de Wilcoxon (quadro 4.14) identifica a existência de diferenças significativas entre as respostas apresentadas pelos profissionais (preparadores da informação) em torno da divulgação ou do reconhecimento de passivos e ativos, para um nível de significância inferior a 5%.

**Quadro 4.14** Resultados do Wilcoxon *Signed Test*. QE.

<i>Test Statistics<sup>b</sup></i>	
	Sit. II – Sit. I
Z	-12,399 <sup>a</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a. Based on positive ranks.

b. Wilcoxon Signed Ranks Test

O teste seguinte (quadro 4.15) identifica os valores inferiores ou iguais (“0”) ou superiores (“1”) à mediana em cada uma das duas questões propostas no segundo grupo, isto é, “0” relativamente ao reconhecimento de um eventual passivo e “1” no que diz respeito ao reconhecimento de eventuais ativos. Com base no referido quadro, verifica-se a existência de 125 situações de coincidência entre o agrupamento “0” (com 83 mudanças do agrupamento “0” para o agrupamento “1”, na passagem da Sit. I, passivo, para a Sit. II, ativo) e 109 situações de coincidência entre o agrupamento “1” (com 91 mudanças do agrupamento “1” para o agrupamento “0”, na passagem da Sit. II, passivo, para a Sit. I, ativo).

**Quadro 4.15** Número de observações abaixo ou acima da mediana. QE.

		Sit.II_Q		Total
		0	1	
Sit.I_Q	0	125	83	<b>208</b>
	1	91	109	<b>200</b>
Total		<b>216</b>	<b>192</b>	<b>408</b>

Nesse sentido, o resultado do teste de Qui-Quadrado (quadro 4.16) identifica, uma vez mais, a existência de diferenças significativas entre as respostas apresentadas pelos profissionais (preparadores da informação) em torno da divulgação ou do reconhecimento de passivos e ativos, tendo em conta o nível de significância adotado neste estudo ( $p\text{-value} < 0,05$ ).

**Quadro 4.16** Resultados do teste do qui-quadrado. QE.

*Chi-Square Tests*

Statistics	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
<i>Pearson Chi-Square</i>	8,719 <sup>a</sup>	1	,003		
<i>Continuity Correction<sup>b</sup></i>	8,143	1	,004		
<i>Likelihood Ratio</i>	8,749	1	,003		
<i>Fisher's Exact Test</i>				,004	,002
<i>Linear-by-Linear Association</i>	8,698	1	,003		
<i>N of Valid Cases</i>	408				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 94,12.

b. Computed only for a 2x2 table

Tendo em conta as análises anteriormente identificadas, verificou-se a partir dos resultados obtidos, uma forte confirmação da H2.

O ponto seguinte apresenta, adicionalmente, uma análise idêntica à efetuada anteriormente, tendo em conta, no entanto, as respostas obtidas exclusivamente por parte dos profissionais que se encontram a exercer a profissão de TOC.

#### 4.2.1 Análise adicional: Os profissionais a exercer a profissão

A análise adicional efetuada neste ponto pretende verificar se a existência de diferenças significativas mantêm-se quando estão em causa, exclusivamente, as respostas obtidas pelos profissionais a exercer a profissão (PEP), no que diz respeito à decisão de divulgação ou reconhecimento de passivos (Sit. I) ou ativos (Sit. II).

Com base no quadro 4.17, verifica-se, relativamente aos profissionais a exercer a profissão, um maior número de casos (172 situações) em que o valor na escala identificado para o ativo é inferior ao valor identificado para o passivo (Sit. II (ativo) < Sit. I (passivo)), verificando-se, por outro lado, 124 situações em que os valores da escala foram coincidentes. Em apenas 16 casos, o valor do ativo na escala proposta apresentou-se superior. Neste grupo, também se verifica uma tendência mais fortalecida para a divulgação ou o reconhecimento de passivos, em detrimento da divulgação ou o reconhecimento de ativos, conforme se comprova pelos valores associados aos testes de Wilcoxon (*mean rank e sum of ranks*) identificados no mesmo quadro.

**Quadro 4.17** Resultados do Wilcoxon *Signed Test* (valor médio). PEP. QE.

<i>Wilcoxon Signed Ranks Test</i>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
<b>Sit. II – Sit. I</b>	<i>Negative Ranks</i>	172 <sup>a</sup>	98,74	16983,00
	<i>Positive Ranks</i>	16 <sup>b</sup>	48,94	783,00
	<i>Ties</i>	124 <sup>c</sup>		
	<i>Total</i>	312		

a. Sit. II < Sit. I; b. Sit. II > Sit. I; c. Sit. II = Sit. I

Nesse sentido, o resultado do teste de Wilcoxon (quadro 4.18) identifica a existência de diferenças significativas entre as respostas apresentadas pelos profissionais (preparadores da informação) a exercer a profissão em torno da divulgação ou do reconhecimento de passivos e ativos, para um nível de significância inferior a 5%.

**Quadro 4.18** Resultados do Wilcoxon *Signed Test*. PEP. QE.

<i>Test Statistics<sup>b</sup></i>	
	Sit. II – Sit. I
Z	-10,958 <sup>a</sup>
<i>Asymp. Sig. (2-tailed)</i>	,000

a. Based on positive ranks.

b. Wilcoxon Signed Ranks Test

O ponto seguinte apresenta, adicionalmente, uma análise idêntica à efetuada anteriormente, tendo em conta, no entanto, o género dos profissionais que participaram neste estudo.

#### 4.2.2 Análise adicional: Os profissionais por género

Esta última análise objetiva tem por fim, verificar se as diferenças significativas relativamente à divulgação ou reconhecimento de passivos (Sit. I) ou ativos (Sit. II) mantêm-se quando se tem em conta a variável género (Fem. e Masc.) obtida a partir de uma das questões de enquadramento propostas.

Com base no quadro 4.19, verifica-se, relativamente aos profissionais do género Masc., um maior número de casos (117 situações) em que o valor na escala identificado para o ativo é inferior ao valor identificado para o passivo (Sit. II (ativo) < Sit. I (passivo)), verificando-se, por outro lado, 76 situações em que os valores da escala foram coincidentes.

Refira-se ainda que, em apenas 8 casos, o valor do ativo na escala proposta apresentou-se superior ao valor do passivo identificado pelos respondentes.

**Quadro 4.19** Resultados do Wilcoxon *Signed Test* (valor médio). Género Masc. QE.

<i>Wilcoxon Signed Ranks Test</i>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Sit. II – Sit. I	<i>Negative Ranks</i>	117 <sup>a</sup>	65,28	7638,00
	<i>Positive Ranks</i>	8 <sup>b</sup>	29,63	237,00
	<i>Ties</i>	76 <sup>c</sup>		
	<i>Total</i>	201		

a. Sit. II < Sit. I; b. Sit. II > Sit. I; c. Sit. II = Sit. I

Tendo em conta os valores associados aos testes de Wilcoxon (*mean rank e sum of ranks*) identificados no mesmo quadro, verifica-se uma tendência mais fortalecida para a divulgação ou o reconhecimento de passivos, em detrimento da divulgação ou o reconhecimento de ativos.

O resultado do teste de Wilcoxon (quadro 4.20) identifica a existência de diferenças significativas entre as respostas apresentadas pelos profissionais (preparadores da informação) do género Masc. em torno da divulgação ou do reconhecimento de passivos e ativos, para um nível de significância inferior a 5%.

**Quadro 4.20** Resultados do Wilcoxon *Signed Test*. Género Masc. QE.

<i>Test Statistics<sup>b</sup></i>	
Sit. II – Sit. I	
<b>Z</b>	-9,211 <sup>a</sup>
<b>Asymp. Sig. (2-tailed)</b>	,000

a. Based on positive ranks.

b. Wilcoxon Signed Ranks Test

Na sequência, o quadro 4.21 identifica, relativamente aos profissionais do género Fem., um maior número de casos (102 situações) em que o valor na escala identificado para o ativo é inferior ao valor identificado para o passivo (Sit. II (ativo) < Sit. I (passivo)), verificando-se, por outro lado, 91 situações em que os valores da escala foram coincidentes. Em apenas 11 casos, o valor do ativo na escala proposta apresentou-se superior.

**Quadro 4.21** Resultados do Wilcoxon *Signed Test* (valor médio). Género Fem. QE.

<i>Wilcoxon Signed Ranks Test</i>				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
<b>Sit. II – Sit. I</b>	<i>Negative Ranks</i>	102 <sup>a</sup>	59,61	6080,50
	<i>Positive Ranks</i>	11 <sup>b</sup>	32,77	360,50
	<i>Ties</i>	91 <sup>c</sup>		
	<i>Total</i>	204		

a. Sit. II < Sit. I; b. Sit. II > Sit. I; c. Sit. II = Sit. I

Assim, no que respeita ao género Fem., e em linha com os resultados obtidos relativamente ao género Masc., continua a verificar-se uma tendência mais fortalecida para a divulgação ou o reconhecimento de passivos, em detrimento da divulgação ou o reconhecimento de ativos, de acordo com os valores associados aos testes de Wilcoxon (*mean rank e sum of ranks*) identificados no quadro 4.21.

O resultado do teste de Wilcoxon (quadro 4.22) identifica a existência de diferenças significativas entre as respostas apresentadas pelos profissionais (preparadores da informação) do género Fem. em torno da divulgação ou do reconhecimento de passivos e ativos, para um nível de significância inferior a 5%, similarmente aos resultados obtidos para o género Masc..

**Quadro 4.22** Resultados do Wilcoxon *Signed Test*. Género Fem. QE.

<i>Test Statistics<sup>b</sup></i>	
Sit. II – Sit. I	
<i>Z</i>	-8,277 <sup>a</sup>
<i>Asymp. Sig. (2-tailed)</i>	,000

*a. Based on positive ranks.*

*b. Wilcoxon Signed Ranks Test*

De destacar, por fim, com base no quadro 4.23 a não existência de grandes disparidades nos resultados obtidos entre o género Masc. e Fem., relativamente à perceção dos profissionais (preparadores da informação) em torno da divulgação ou do reconhecimento de passivos (“Sit. I) e ativos (Sit. II”).

**Quadro 4.23** Estatísticas descritivas: “Sit. I” e “Sit. II”. Por Género. QE.

Homens											
<i>Statistics</i>	<i>Mean</i>	<i>Mode</i>	<i>Std. Deviation</i>	<i>Variance</i>	<i>Kurtosis</i>	<i>Std. Error of Kurtosis</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>	<i>1º Quartil</i>	<i>2º Quartil</i>	<i>3º Quartil</i>
Sit. I	11,53	15	2,871	8,240	,156	,341	1	15	10,00	12,00	14,00
Sit. II	8,65	10	2,877	8,278	,469	,341	1	15	7,00	9,00	10,00
Mulheres											
<i>Statistics</i>	<i>Mean</i>	<i>Mode</i>	<i>Std. Deviation</i>	<i>Variance</i>	<i>Kurtosis</i>	<i>Std. Error of Kurtosis</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>	<i>1º Quartil</i>	<i>2º Quartil</i>	<i>3º Quartil</i>
Sit. I	11,11	10	2,896	8,386	-,483	,339	3	15	10,00	11,00	13,75
Sit. II	8,79	10	2,956	8,736	,606	,339	1	15	8,00	9,00	10,00

Com base no referido quadro (quadro 4.24) verifica-se, uma vez mais, uma pequena disparidade nos valores médios, quer relativamente ao passivo, quer relativamente ao ativo. De ressaltar, no entanto, os maiores (menores) valores da escala atribuídos ao passivo (ativo) pelos homens, sendo tal diferença mais significativa no primeiro caso.

**Quadro 4.24** Resultados do Mann-Whitney *Test* (valor médio). Por Género. QE.

<b>Mann-Whitney Test</b>				
	Sit.I_Q	N	Mean Rank	Sum of Ranks
<b>Sit. I</b>	0	201	211,39	42490,00
	1	204	194,73	39725,00
	Total	405		

<b>Mann-Whitney Test</b>				
	Sit.II_Q	N	Mean Rank	Sum of Ranks
<b>Sit. II</b>	0	201	199,03	40004,50
	1	204	206,91	42210,50
	Total	405		

Tais diferenças, no entanto, não se apresentam significativas, o que é passível de confirmação a partir do quadro seguinte (quadro 4.25), e tendo em conta o nível de significância de 5% definido para este estudo, o que valida a existência de diferenças significativas, para ambos os géneros em análise, relativamente à divulgação ou ao reconhecimento de passivos e ativos nas DF.

**Quadro 4.25** Resultados do Mann-Whitney *U. Test*. Por Género. QE.

<b>Test Statistics<sup>a</sup></b>		
	Sit. I	Sit. II
<b>Mann-Whitney U</b>	18815,000	19703,500
<b>Wilcoxon W</b>	39725,000	40004,500
<b>Z</b>	-1,448	-,692
<b>Asymp. Sig. (2-tailed)</b>	,147	,489

*a. Grouping Variable: Sit.I\_Q / Sit.I\_Q*

O quinto e último capítulo que se apresenta na sequência tem como objetivo apresentar as principais conclusões obtidas, bem como as principais limitações observadas no presente estudo e sugestões para futuros estudos realizados no âmbito do presente tema.

## **5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS**

No presente capítulo serão apresentadas as principais conclusões obtidas a partir dos resultados obtidos no capítulo anterior, bem como algumas das limitações identificadas na condução do estudo e possíveis contribuições para futuros estudos relacionados com o tema desta investigação.

### **5.1 Conclusões**

Um dos objetivos do processo de harmonização é a comparabilidade do relato financeiro ao nível internacional (Albuquerque e Almeida, 2009). Contudo, a existência de conceitos subjetivos presentes nas NIC pode colocar em causa o referido objetivo. Nesse sentido, torna-se necessário perceber quais os impactos e a incidência que os referidos conceitos apresentam com a prática contabilística, tendo por base a cultura e o julgamento profissional, por um lado, e a sua materialização no relato financeiro, por outro.

Os pontos seguintes apresentam as principais conclusões obtidas tendo por base as hipóteses definidas e os resultados identificados no ponto precedente.

#### **5.1.1 Portugal e os valores culturais (H1)**

No que concerne à primeira hipótese, e de acordo com os resultados obtidos neste estudo, foi possível verificar a existência de uma associação entre os valores culturais do conservadorismo e do secretismo.

O secretismo apresentou-se como o valor contabilístico mais fortalecido em torno dos agrupamentos identificados (variáveis latentes), como um valor relacionado com a quantidade da informação financeira contida no relato financeiro, tendo por base o julgamento profissional em matérias relativas à divulgação da informação mais detalhada sobre a entidade, bem como a divulgação de matérias mais complexas e de contingências em situações de incerteza. A análise das frequências relacionadas com os itens associados ao referido valor contabilístico permitiu identificar de modo mais fortalecido, no entanto, uma atitude de não secretismo ou, por outras palavras, de maior transparência.

Relativamente ao valor contabilístico do conservadorismo, foi possível constatar o fortalecimento do valor em torno dos itens relacionados com a mensuração de ativos e

passivos, mais especificamente, pelo reconhecimento de passivos por quantias mais elevadas e de ativos por quantias mais reduzidas, bem como pela preferência do modelo do custo em detrimento do justo valor. Os resultados das frequências identificadas relativamente a tais itens são consistentes com uma atitude conservadora, contrariamente às constatações anteriores.

Assim, os resultados obtidos suportam apenas parcialmente a H1. Refira-se que as mudanças verificadas quer no contexto económico mundial, onde se verifica uma abertura do mercado, que se traduz na necessidade de um relato financeiro mais transparente e com maiores exigências de divulgação, quer no contexto nacional, através da via de adoção das NIC endossadas pela UE em 2005, para as contas consolidadas das entidades cotadas, bem como da adoção do SNC e demais normativos relacionados a partir de 2010, baseados, por sua vez, nas NIC, podem ter contribuído para uma mudança ou reposicionamento do valor contabilístico do secretismo em Portugal.

### **5.1.2 O julgamento dos preparadores em Portugal (H2)**

No que concerne à H2, os resultados obtidos permitiram identificar uma forte confirmação da hipótese definida, em virtude de terem sido observadas diferenças significativas relativamente à perceção dos profissionais (preparadores da informação) em torno da divulgação ou do reconhecimento de passivos e ativos. Salienta-se, nesse contexto, a existência de uma maior frequência relativa associada à divulgação ou ao reconhecimento de passivos, em detrimento de ativos, o que indicia a existência de um maior conservadorismo como valor cultural em Portugal (Gray, 1988), caracteristicamente associado aos países de sistemas legais do tipo *code-law*, como é o caso de Portugal. Os referidos resultados encontram-se em linha com as conclusões obtidas, designadamente, por Albuquerque e Texeira Quirós (2012), em estudo realizado para o mesmo país, assim como os resultados identificados no contexto da análise à H1. Ressalve-se ainda que os resultados dos testes estatísticos efetuados, nomeadamente, os testes do qui-quadrado e do Wilcoxon *Signed Ranks Test*, continuam válidos mesmo quando são tidas exclusivamente em consideração as respostas obtidas por parte dos profissionais (TOC) que se encontram no exercício da profissão, bem como relativamente ao género, para o nível de significância definido para este estudo (5%).

Refira-se ainda que a preferência pela divulgação ou o reconhecimento de passivos como forma de antecipação de riscos futuros, em detrimento da divulgação ou o reconhecimento

de ativos, encontra-se em linha com o conservadorismo (Albuquerque e Almeida, 2009), valor contabilístico atribuído por Gray (1988) a Portugal. O conservadorismo e o secretismo são, de acordo com Tsakumis (2007), dois dos valores culturais mais relevantes quanto ao impacto da cultura nacional na comparabilidade das DF, e encontram-se relacionados com a mensuração e a divulgação da informação, respetivamente. O julgamento profissional encontra-se na base dos referidos valores, o qual, no âmbito da elaboração das DF, pode levar a distintas interpretações por parte dos preparadores da informação dos conceitos previstos nas normas.

No âmbito nacional, é importante salientar ainda que os resultados obtidos encontram-se em linha com o estudo efetuado por Teixeira e Silva (2009). De acordo com as referidas autoras, diferentes interpretações relativamente à aplicação das normas podem levar a reconhecimentos e desreconhecimentos de ativos e passivos, bem como à sua divulgação ou não divulgação (Teixeira e Silva, 2009).

O ponto seguinte desta dissertação tem como objetivo referir as limitações observadas durante o estudo, bem como referenciar as perspetiva futuras do estudo.

## **5.2 Limitações e perspetivas futuras**

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser referenciadas, a primeira das quais associadas à subjetividade inerente a estudos que cercam a identificação de valores e o julgamento profissional, como um fator próprio e inultrapassável relacionado com estudos que utilizam o questionário como fonte de recolha.

A dificuldade na obtenção de respostas constitui outra das limitações relacionadas com estudos que utilizam o questionário, que pode se encontrar relacionada com o número de questões propostas. Tal limitação foi igualmente referenciada por Albuquerque *et al.* (2011). Nesse sentido, houve a necessidade de manter um reduzido número de questões para a condução do presente estudo, sem prejuízo dos objetivos inicialmente definidos.

Refira-se ainda, por fim, a relativa ausência de estudos que cercam a temática do julgamento profissional realizados no âmbito nacional que tenham em conta as preferências dos preparadores no âmbito da informação financeira, dificultando a comparação dos resultados obtidos. Em causa, a existência de estudos que versem, nomeadamente, sobre a temática do julgamento profissional sob diferentes perspetivas.


Novos estudos poderiam analisar as hipóteses lançadas por esta investigação no âmbito de outras normas ou, ainda, na análise de outros distintos conceitos, designadamente, os conceitos que estão na base das características qualitativas da informação financeira.

Estudos futuros podem, ainda, estabelecer uma relação mais direta entre as preferências dos profissionais por determinados conceitos e os valores culturais que se encontram na base de tais preferências, identificando a existência de eventuais fatores explicativos.

Estudos nos campos da cultura e do julgamento profissional têm ainda analisado as relações entre variáveis específicas das amostras, tais como a idade, a formação académica mais relevante ou os anos de experiência profissional, com os efeitos decorrentes de tais diferenças à luz do julgamento profissional.

# ANEXOS

## Anexo I: Versão definitiva do questionário

 <p style="text-align: center;"><i>Nota: Toda a informação recolhida neste questionário é estritamente confidencial.</i></p> <p style="text-align: center;">Os dados serão utilizados unicamente para fins estatísticos, sendo os resultados apresentados de uma forma agregada.</p> <p style="text-align: center;">Este questionário deve ser exclusivamente respondido por técnicos oficiais de contas registados como tal na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.</p>													
Parte I - Questões de enquadramento													
<b>Idade:</b> Menos de 25 anos <input type="checkbox"/> Entre 26 e 35 anos <input type="checkbox"/> Entre 36 e 45 anos <input type="checkbox"/> Entre 46 e 55 anos <input type="checkbox"/> Mais de 55 anos <input type="checkbox"/>	<b>Género:</b> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/>	<b>Encontra-se atualmente a exercer funções inerentes às atividades de TOC?</b> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>											
<b>Último / atual nível de formação:</b> Formação de nível não superior <input type="checkbox"/> Bacharelato/Licenciatura <input type="checkbox"/> Especialização/Pós-graduação <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutoramento ou pós-doutoramento <input type="checkbox"/>	<b>Área de formação mais relevante:</b> Contabilidade <input type="checkbox"/> Auditoria <input type="checkbox"/> Finanças <input type="checkbox"/> Direito/Fiscalidade <input type="checkbox"/> Economia/Gestão <input type="checkbox"/>	<b>Anos de experiência profissional:</b> Até 5 anos <input type="checkbox"/> Entre 6 e 10 anos <input type="checkbox"/> Entre 11 e 20 anos <input type="checkbox"/> Entre 21 e 30 anos <input type="checkbox"/> Mais de 30 anos <input type="checkbox"/>											
Parte II - Questões gerais													
1. Utilizando a escala que se segue, indique em que medida concorda ou discorda de cada uma das afirmações abaixo apresentadas:													
		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20%; text-align: center;">1</td> <td style="width: 20%; text-align: center;">2</td> <td style="width: 20%; text-align: center;">3</td> <td style="width: 20%; text-align: center;">4</td> <td style="width: 20%; text-align: center;">5</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Discordo totalmente</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td style="text-align: center;">Concordo totalmente</td> </tr> </table>	1	2	3	4	5	Discordo totalmente				Concordo totalmente	
1	2	3	4	5									
Discordo totalmente				Concordo totalmente									
1.1 Em caso de dívida, a mensuração de um ativo pela quantia mais baixa pressupõe a representação fidedigna de um fenómeno económico			<input type="checkbox"/>										
1.2 A divulgação de contingências deve ser cuidadosamente ponderada, uma vez que, em regra, compromete a imagem da entidade no mercado			<input type="checkbox"/>										
1.3 O valor de mercado é, em geral, menos fiável do que o custo de aquisição, ainda que mais relevante			<input type="checkbox"/>										
1.4 As informações que possam comprometer a continuidade da entidade não devem ser divulgadas no relato financeiro			<input type="checkbox"/>										
1.5 Entre duas quantias possíveis e igualmente fiáveis, a mensuração de um ativo pela quantia mais baixa deve ser preferencialmente utilizada			<input type="checkbox"/>										
1.6 As exigências de divulgação previstas nas normas contabilísticas e de relato financeiro deveriam ser incrementadas			<input type="checkbox"/>										
1.7 No cálculo de estimativas, a informação de origem interna deve ser preferencialmente utilizada, em detrimento da informação de origem externa			<input type="checkbox"/>										
1.8 As matérias mais complexas não devem ser objeto de divulgação no relato financeiro			<input type="checkbox"/>										
1.9 Em caso de opção, o modelo do custo deve ser preferencialmente utilizado, em detrimento do modelo do justo valor			<input type="checkbox"/>										
1.10 O relato financeiro deve estar disponível para o público em geral, e não apenas para um grupo de utilizadores específicos			<input type="checkbox"/>										
1.11 Os gastos e as perdas devem ser relatados com base na informação mais recentemente disponível à entidade, ainda que menos fiável			<input type="checkbox"/>										
1.12 Em caso de incerteza relativamente ao seu desfecho, as contingências não devem ser divulgadas			<input type="checkbox"/>										
1.13 Entre duas quantias possíveis e igualmente fiáveis, a mensuração de um passivo pela quantia mais alta deve ser preferencialmente utilizada			<input type="checkbox"/>										
1.14 O relato financeiro não deve incluir a informação mais detalhada disponível na entidade, ainda que relevante			<input type="checkbox"/>										
Parte III - Questões específicas													
A norma contabilística e de relato financeiro prevê as seguintes definições e requisitos relativamente às provisões, passivos e ativos contingentes:													
Uma provisão é: Um passivo de tempestividade ou quantia incerta. Uma provisão deve ser reconhecida quando cumulativamente: (a) uma entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado; (b) seja provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.													
Um passivo contingente é: a) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade; ou b) uma obrigação presente que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque: i) não é provável que um exfluxo de recursos que incorporam benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação, ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.													
Uma entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Um passivo contingente é divulgado a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.													
Um ativo contingente é: Um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Uma entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Um ativo contingente é divulgado quando for provável um influxo de benefícios económicos.													
Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras desde que isto possa resultar no reconhecimento de rendimentos que possam nunca ser realizados. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.													

### Pressupostos

Assuma que é o diretor do departamento financeiro da entidade LusoBras, S.A., uma entidade de capital aberto de grande dimensão. O país onde a entidade se encontra inserida raramente processa as entidades e os seus gestores. O regulador da bolsa de valores requer o uso da norma contabilística e de relato financeiro para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. O seu papel é determinar como esta norma deve ser aplicada à luz dos factos apresentados nas situações abaixo descritas. Assuma que a maneira pela qual a norma é aplicada não terá nenhum impacto no lucro tributável da entidade.

A LusoBras é uma entidade conceituada e gerida por profissionais competentes, apresentando um desempenho económico e uma posição financeira relativamente estáveis ao longo dos últimos anos.

### Situação I:

2. Ao preparar as suas demonstrações financeiras de 2012, a LusoBras, S.A. deparou-se com a seguinte situação:

Em Maio de 2012, a Global, S.A. intentou uma ação judicial contra a LusoBras por, alegadamente, a LusoBras ter utilizado indevidamente direitos de autor de uma patente industrial desenvolvida pela Global, relacionada com um novo processo de fabricação de bolas de futebol. A Global reclama, nesse sentido, o pagamento de uma indemnização pela LusoBras.

Em Novembro de 2012, os advogados da LusoBras sugerem a negociação de um acordo financeiro com a Global. Os advogados da LusoBras estimam que um eventual acordo poderá situar-se entre 5.000.000 e 10.000.000, em quaisquer dos casos uma quantia material para a LusoBras. Até ao momento da preparação das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2012, não havia ocorrido novos contactos entre as partes envolvidas.

- 2.1 Assim, e tendo por base os conceitos previstos na norma contabilística e de relato financeiro aplicável, bem como os pressupostos acima apresentados, indique o tratamento contabilístico a adotar pela LusoBras em 31 de Dezembro de 2012, utilizando um único número situado exclusivamente numa das escalas abaixo indicadas:

Resposta:

Concordo					Concordo totalmente					Concordo					Concordo totalmente					Concordo					Concordo totalmente				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
Não divulgo um passivo contingente nem reconheço uma provisão					Divulgo um passivo contingente no anexo/notas explicativas					Divulgo e reconheço uma provisão nas demonstrações financeiras																			

### Situação II:

3. Ao preparar as suas demonstrações financeiras de 2012, a LusoBras, S.A. deparou-se com a seguinte situação:

Em Maio de 2012, a LusoBras intentou uma ação judicial contra a Internacional, S.A. por, alegadamente, a Internacional ter utilizado indevidamente direitos de autor de uma patente industrial desenvolvida pela LusoBras, relacionada com um novo conceito de relva sintética para campos de futebol. A LusoBras reclama, nesse sentido, o recebimento de uma indemnização da Internacional.

Em Novembro de 2012, os advogados da LusoBras sugerem a negociação de um acordo financeiro com a Internacional. Os advogados da LusoBras estimam que um eventual acordo poderá situar-se entre 5.000.000 e 10.000.000, em quaisquer dos casos uma quantia material para a LusoBras. Até ao momento da preparação das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2012, não havia ocorrido novos contactos entre as partes envolvidas.

- 3.1 Assim, e tendo por base os conceitos previstos na norma contabilística e de relato financeiro aplicável, bem como os pressupostos acima apresentados, indique o tratamento contabilístico a adotar pela LusoBras em 31 de Dezembro de 2012, utilizando um único número situado exclusivamente numa das escalas abaixo indicadas:

Resposta:

Concordo					Concordo totalmente					Concordo					Concordo totalmente					Concordo					Concordo totalmente				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
Não divulgo um ativo contingente nem reconheço um ativo					Divulgo um ativo contingente no anexo/notas explicativas					Divulgo e reconheço um ativo nas demonstrações financeiras																			

Obrigada pela colaboração!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea**. 2º Vol. Lisboa: Verbo, 2001. ISBN 978-989-96412-32-5.
- ALBUQUERQUE, Fábio de – **El conservadurismo, el secreto y las opciones de financiación de las pyme portuguesas**. Badajoz: Universidad de Extremadura. 2013. Tesis doctoral.
- ALBUQUERQUE, Fábio de; ALMEIDA, Maria. C. - **A cultura, os valores contabilísticos e o julgamento profissional dos preparadores portugueses**. Prémio Luiz Chaves de Almeida atribuído pela APOTEC. ISSN 0870-8789. 407 (2009) 39-55.
- ALBUQUERQUE, Fábio de; ALMEIDA, Maria C.; TEXEIRA QUIRÓS, Joaquín – **The culture and the accounting values: an empirical study in view of portuguese preparers**. *Journal of International Business and Economics*. ISSN 1544-8037. 11:2 (2011) 16-27.
- ALBUQUERQUE, Fábio de; Texeira QUIRÓS, Joaquín – **The conservatism, secrecy and financing options from the perspective of portuguese preparers of financial statements**. *Journal of Finance and Investment Analysis*. ISSN: 2241-0988. 1:3 (2012) 197-216.
- ALEXANDER, David; NOBES, Christopher – **Financial Accounting: An international introduction**. Harlow: Financial Times: Prentice Hall, 2001. ISBN 0-273-64678-8.
- ALMEIDA, Rui M. P; DIAS, Ana Isabel; ALBUQUERQUE, Fábio de; CARVALHO, Fernando; PINHEIRO, Pedro – **SNC Explicado**. 2.ªed. [Lisboa]: ATF-Edições Técnicas, 2010. ISBN 978-989-96412-32-5.
- ALMEIDA, Rui M. P; DIAS, Ana Isabel; ALBUQUERQUE, Fábio de; CARVALHO, Fernando; PINHEIRO, Pedro; MARCELINO, Manuela – **IAS 37 Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes: Passado, presente e futuro**. *Revista TOC*. ISSN 1645-9237. 149 (2012) 36-39.
- ALMEIDA, Rui M. P; DIAS, Ana Isabel; ALBUQUERQUE, Fábio de; CARVALHO, Fernando; PINHEIRO, Pedro; MARCELINO, Manuela – **IAS 37: O projeto de substituição da norma**. *Revista TOC*. ISSN 1645-9237. 151 (2012a) 51-57.

- AMER, Tarek; HACKENBRACK, Karl; NELSON, Mark – **Between auditor differences in the interpretation of probability phrases.** *Auditing: A Journal of Practice & Theory*. ISSN 0278-0380. 13:1 (1994) 126-136.
- ARKIN, Herbert – **Sampling methods for the auditor: An advanced treatment.** New York: McGraw Hill, 1982. ISBN 0-07-002194-5.
- AVISO nº 15655/2009. **Diário da República – II Série.** 173 (07-09-2009) 36327-36332.
- BASKERVILLE, Rachel; EVANS, Lisa – **The darkening glass: Issues for translation of IFRS.** The Institute of Chartered Accountants of Scotland. 2011. ISBN: 978-1-904574-75-0.
- BAYDOUN, Nabuk; WILLETT, Roger – **Cultural relevance of western accounting systems to developing countries.** *Abacus*. ISSN 0001-3072. 31:1 (1995) 67-92.
- BELKAOUI, Ahmed - **Linguistic relativity in accounting.** *Accounting, Organizations and Society*. 3:2 (1978) 97-104.
- CañIBANO, Leandro; MORA, Araceli – **Evaluating the statistical significance of the facto accounting harmonization: a study of European global players.** *The European Accounting Review*. ISSN 0963-8180. 9:3. (2000) 349-369.
- CHANCHANI, Shalin; WILLETT, Roger – **An empirical assessment of Gray's accounting value construct.** *The International Journal of Accounting*. ISSN 0020-7063. 39:2 (2004) 125-154.
- CHOI, Frederick D. S.; MEEK, Gary K. – **International accounting.** 5.<sup>a</sup> ed. USA: Pearson: Prentice-Hall, 2005. ISBN 0-13-129357-5.
- COMISSÃO EUROPEIA (CE) – **Harmonização contabilística: Uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional.** [Em linha] (1995). [Consult. 28-05-2013]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/internal\\_market/accounting/docs/com-95-508/com-95-508\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/com-95-508/com-95-508_pt.pdf).
- DAVIDSON, Ronald A.; CHRISMAN, Heidi H. – **Interlinguistic comparison of international accounting standards: the case of uncertainty expressions.** *International Journal of Accounting*. ISSN 0020-7063. 28:1. (1993) 1-16.
- DECRETO-LEI nº 158/2009. **D.R – I Série-A.** 133 (13-07-09) 4375-4384.

- DELOITTE - **IASB refines proposals for the measurement of liabilities in IAS 37.** [Em linha]. (jan. 2010). [Consult. 21 ago. 2012] Disponível em: <http://www.iasplus.com/en/publications/ifrs-in-focus/2010/ias-plus-update-2014-iasb-refines-proposals-for-the-measurement-of-liabilities-in-ias-37-january-2010/view>.
- DELOITTE - **IFRS Project Insights Liabilities.** [Em linha]. (nov. 2010a). [Consult. 21 ago. 2012]. Disponível em: <http://www.iasplus.com/en/publications/ifrs-project-insights/iasb-project-insights-2013-liabilities>.
- DELOITTE - **Liabilities – Amendments to IAS 37.** [Em linha]. (set. 2010b). [Consult. 21 ago. 2012]. Disponível em: [http://www.iasplus.com/en/meeting-notes/agenda\\_1009/agenda1503](http://www.iasplus.com/en/meeting-notes/agenda_1009/agenda1503).
- DIRECTIVA nº 78/660/CEE do Conselho, de 25 de julho, (Quarta Directiva). Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia** L 222, de 1978-09-14.
- DOUPNIK, Timothy S.; RICCIO, Edson L. - **The influence of conservatism and secrecy on the interpretation of verbal probability expressions in the Anglo and Latin cultural areas.** *The International Journal of Accounting*. ISSN 0020-7063. 41:3 (2006) 237-261.
- DOUPNIK, Timothy S.; RICHTER, Martin – **Interpretation of uncertainty expressions: a cross-national study.** *Accounting, Organizations and Society*. 28:1. (2003) 15-35.
- DOUPNIK, Timothy S.; RICHTER, Martin – **The impact of culture on the interpretation of “in context” verbal probability expressions.** *Journal of International Accounting Research*. ISSN 154-6297. 3:1. (2004) 1-20.
- DOUPNIK, Timothy S.; TSAKUMIS, George T. – **A critical review of test’s of Gray’s theory of cultural relevance and suggestions for future research.** *Journal of Accounting Literature*. ISSN 0737-4607. 23. (2004) 1-48.
- EVANS, Lisa – **Language, translation and the problem of international accounting communication.** *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. 17:2. (2004) 210-248.
- FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD (FASB) – **Statement of Financial Accounting Concepts nº 2: Qualitative characteristics of accounting information.** (1980). [Consult. 21 ago. 2012]. Disponível em:

<http://www.fasb.org/pdf/con2.pdf>.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD (FASB) – **Statement of Financial Accounting Standards n° 146: Accounting for costs associated with exit or disposal activities.** (2002). [Consult. 21 ago. 2012]. Disponível em: <http://www.fasb.org/pdf/fas146.pdf>.

GRAY, S. - **Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally.** Abacus. ISSN 0001-3072. 24:1 (1988) 1-15.

HILL, Manuela M.; HILL, Andrew – **Investigação por questionário.** Lisboa: Sílabo, 2009. ISBN: 978-972-618-273-3.

HOARAU, Christian – **International accounting harmonization – American hegemony or mutual recognition with benchmarks.** *The European Accounting Review.* 4:2 (1995) 217-233.

HOFSTEDE, Geert - **Culture's consequences: International differences in work-related values.** London: Sage Publications, 1980. ISBN 0-8039-1444-X.

HOFSTEDE, Geert; BOND, Michael H. - **The confucius connection: From cultural roots to economic growth.** *Organizational Dynamics.* ISSN 0090-2616. 16:4 (1988) 5-21.

HOPE, Ole-Kristian; KANG, Tony; THOMAS, Wayne; YOO, Yong Keun – **Culture and auditor choice: A test of the secrecy hypothesis.** *Journal of Accounting and Public Policy.* ISSN 0278-4254. 27:5 (2008) 357-373.

HOUSE, Robert. J.; HANGES, Paul J.; JAVIDAN, Mansour; DORFMAN, Peter; GUPTA, Vipin. – **Culture, leadership, and organizations: The globe study of 62 societies.** Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2004. ISBN: 0-761-924-019.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB) – **International Accounting Standards 37: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.**

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB), INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE FOUNDATION (IASCF); trad. Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - **Normas internacionais de relato financeiro: IFRSs 2004.** London: IASB: IASCF, 2004. ISBN 972-99043-3-2.

- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB) - **Exposure draft of proposed amendments to IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets and IAS 19 Employee Benefits**. London: IASCF, 2005. ISBN 1-904230-91-1.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Exposure draft measurement of liabilities in IAS 37**. London: IASCF, 2010. ISBN 978-1-907026.-58-4.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Snapshot: IAS 37 replacement**. [Em linha]. (jan. 2010a). [Consult. 21 ago. 2012]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/High-level-summaries/Documents/EDIAS37Replacement2.pdf>.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Joint update note from the IASB and FASB Ac – Note from IASB on governance enhancements**. [Em linha]. (abr. 2012). [Consult. 16 ago. 2013]. Disponível em: [http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Global-convergence/Convergence-with-US-GAAP/Documents/r\\_120420d.pdf](http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Global-convergence/Convergence-with-US-GAAP/Documents/r_120420d.pdf).
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS PLUS (IASPLUS). **Non-financial liabilities**. [Em linha]. (s.d.). [Consult. 08 ago. 2013]. Disponível em: <http://www.iasplus.com/en/projects/non-financial-liabilities>.
- INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS). **Memorandum of Understanding: The Norwalk agreement**. [Em linha]. (set. 2002). [Consult. 16 ago. 2013]. Disponível em: [http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Global-convergence/Convergence-with-US-GAAP/Documents/Norwalk\\_agreement.pdf](http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Global-convergence/Convergence-with-US-GAAP/Documents/Norwalk_agreement.pdf).
- INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS). **A roadmap for convergence between IFRSs and USGAAP – 2006-2008. Memorandum of Understanding between the FASB and IASB**. [Em linha]. (fev. 2006). [Consult. 16 ago. 2013]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Global-convergence/Convergence-with-US-GAAP/Documents/MoU.pdf>.
- INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS FOUNDATION (IFRS Foundation). **Official translation process and policies**. [Em linha]. (s.d.) [Consult. 10 out 2013]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/IFRS-translations/Pages/Official-translation-process-and-policies.aspx>.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS FOUNDATION (IFRS Foundation). **The IFRS Foundation and its translation policies**. [Em linha]. (s.d.a). [Consult. 10 out 2013]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/IFRS-translations/Pages/IFRS-translations.aspx>.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS FOUNDATION (IFRS Foundation). **Liabilities – IFRS to replace IAS 37: What’s wrong with IAS 37?**. [Em linha]. (set. 2010). [Consult. 21 ago 2012]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Liabilities/Meeting-Summaries/Documents/IAS370910b07AppBobs.pdf>.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS FOUNDATION (IFRS Foundation). **New items for initial consideration: IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities, and Contingent Assets - Discount rate**. [Em linha]. (nov. 2010a). [Consult. 21 ago 2012]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Meetings/Documents/IFRS-IC-Nov10/1011obs10IAS37DiscountRate.pdf>.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS FOUNDATION (IFRS Foundation). **Latest update to study confirms substantial progress towards global adoption of IFRS**. [Em linha]. (dez. 2013) [Consult. 09 dez. 2013]. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Alerts/PressRelease/Pages/Latest-update-to-study-confirms-substantial-progress-towards-global-adoption-of-IFRS-December-2013.aspx>.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSION (IOSCO). **IASC standards – Assesment report**. [Em linha]. (mai 2000). [Consult. 16 ago. 2013]. Disponível em: <http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD109.pdf>.

LEI nº 20/2010. **Diário da República – I Série A**. 163 (23-08-2010) 3661.

LEI nº 35/2010. **Diário da República – I Série A**. 131 (02-09-2010) 3857.

MACARTHUR, J.B. – **An investigation into the influence of cultural factors in the international lobbying of the International Accounting Standards Committee: The case of E32, comparability of financial statements**. *International Journal of Accounting*. 31:2 (1996) 213-237.

- MACARTHUR, J.B. – **The impact of cultural factors on the lobbying of the International Accounting Standards Committee on E32, comparability of financial statements: An extension of MacArthur to accounting Member Bodies.** *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. 8:2 (1999) 315-335.
- MAROCO, João. – **Análise Estatística: Com utilização do SPSS.** 3ªed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007. ISBN .978-972-618-452-2.
- MONTI-BELKAOUI, Janice; BELKAOUI, Ahmed – **Bilingualism and the perception of professional concepts.** *Journal of Psycholinguistic Research*. ISSN 0090-6905. 12:2 (1983) 111-127.
- NOBES, C. - **Accounting judgmental international classification of financial reporting practices.** *Journal of Business Finance and Accounting*. 10:1 (1983) 1-19.
- NOBES, C.; PARKER, R. - **Comparative international accounting.** 8ªed. London: Prentice-Hall: Financial Times. 2004. ISBN 0-273-68753-0.
- ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS – **Relatório e Contas 2012.** [Em linha]. [Consult. 16 ago. 2013]. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0003249819f415c49aec5>.
- PEREIRA, R.; ESTEVAM, M.; ALMEIDA, R. - **Harmonização contabilística internacional: Análise das suas implicações em Portugal.** 1ªed. Lisboa: Horácio Piriquito, 2009. ISBN 978-989-8184-18-4.
- PERERA, M. - **Towards a framework to analyze the impact of culture on accounting.** *The International Journal of Accounting*. 24 (1989) 42-56.
- RADEBAUGH, L. H.; GRAY, J. S.; BLACK, E. L. - **International accounting & multinational enterprises.** 6.ª ed. New York: John Wiley & Sons. 2006. ISBN 0-471-65269-5.
- REGULAMENTO nº 11/2005/CMVM da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, de 03 de novembro. Lisboa: **Diário da República** II Série 235, de 2005-12-09. 17171-17172.
- REGULAMENTO nº 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia** L 243, de 2002-11-11.

- REGULAMENTO nº 1725/2003/CE da Comissão, de 21 de setembro. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia L 261**, de 2003-10-13.
- REGULAMENTO nº 1126/2008/CE da Comissão, de 3 de novembro. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia**, L 320 de 2008-08-29.
- REGULAMENTO nº 1274/2008/CE da Comissão, de 17 de dezembro. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia L 339** de 2008-12-18.
- REGULAMENTO nº 495/2009/CE da Comissão, de 03 de junho. Bruxelas: **Jornal Oficial da União Europeia L 149** de 2009-06-12.
- ROBERTS, C.B.; SALTER, S. B. – **Attitudes towards uniform accounting: Cultural or economic phenomena?**. *Journal of International Financial Management and Accounting*. 10:2 (1999) 121-142.
- RODRIGUES, Lúcia R.; PEREIRA, Ana A. C. - **Manual de contabilidade internacional: A diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional**. Lisboa: Publisher Team, 2004. ISBN 989-601-004-8.
- SALLEH, Safrulizani M.; GARDNER, John C.; SULONG, Zumaidah; MCGOWAN, Carl B. – **The interpretation of “In context” verbal probability expressions used in International Accounting Standards: A comparison of english and chinese students studying at english speaking universities**. *Journal of International Education Research – Second Quarter 2011*. ISSN 2158-0979. 7:2 (2011) 67-80.
- SARENS, Gerrit; ABDOLMOHAMMADI, Mohammad J. – **Cultural dimension and professionalism and uniformity of internal auditing practice**. CAAA Annual Conference. 2010. [Em linha]. (nov 2009). [Consult. 16 ago. 2013]. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1529033>.
- SCHULTZ, J. J.; LOPEZ, T. J. – **The impact of national influence on accounting estimates: Implications for international accounting standard-setters**. *The International Journal of Accounting*. 36:3 (2001) 271-290.
- SIMON, Jon – **Interpretation of probability expressions by financial directors and auditors of UK companies**. *The European Accounting Review*. ISSN 0963-8180. 11:3 (2002) 601-629.
- TEIXEIRA, Cláudia; SILVA, Ana F. - **The interpretation of verbal probability expressions used in the IAS/IFRS: Some portuguese evidence**. *Revista de Estudos*

*Politécnico*. ISSN 1645-9911. VII:12 (2009) 57-73.

TSAKUMIS, George T. - **The Influence of culture on accountants' application of financial reporting rules**. *Abacus*. 43 (2007) 27-48.

TSAKUMIS, George T.; CAMPBELL, David R.; DOUPNIK, Timothy S. – **IFRS: Beyond the standards**. *Journal of Accountancy*. ISSN 0021-8448. 207:2 (2009) 34-39.

TSAKUMIS, George T.; CURATOLA, Anthony P.; PORCANO, Thomas M. – **The relation between national cultural dimensions and tax evasion**. ISSN 1061-9518. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. 16:2 (2007) 131-147.

VAN DER TAS, Leo G. – **Measuring harmonization of financial reporting practice**. *Accounting and Business Research*. 18:70 (1988) 157-169.